



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB  
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CFCHS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM  
GESTÃO PÚBLICA E SOCIAL

Projeto pedagógico do curso de  
Bacharelado em Gestão Pública e Social  
apresentado ao Consuni em 9 de  
dezembro de 2020

PORTO SEGURO – BA  
2020

Reitora da UFSB

Joana Angélica Guimarães da Luz

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Francisco José Gomes Mesquita

Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Fabício Luchesi Forgerini

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Rogério Herminda Quintella

Pró-Reitora de Gestão Acadêmica

Francesco Lanciotti Júnior

Pró-Reitor de Sustentabilidade e Integração Social

Sandro Augusto Silva Ferreira

Decano do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais

Luiz Antonio Silva Araújo

## **EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DO PPC**

### **Valéria Giannella (coordenadora)**

Doutorado em Políticas Públicas do Território na Universidade IuaV de Veneza

### **Carolina Bessa Ferreira de Oliveira**

Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo

### **Danilo Christiano Antunes Meira**

Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina

### **Paulo Dimas Rocha de Menezes**

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais

### **Spensy Kmitta Pimentel**

Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo

### **Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos**

Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília

### **Rafael Andrés Patiño**

Doutorado em Psicologia (área de concentração em psicologia social e do trabalho) pela Universidade Federal da Bahia

### **Igor Dantas Fraga**

Doutorando em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia

### **Altemar Felberg**

Doutorando em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia

### **Danielle Ferreira Medeiro Da Silva De Araújo**

Doutorando em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia

### **Radharani Cabrera Teixeira de Arruda**

Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Sul da Bahia

### **Lia Valente Martins**

Graduanda em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade Federal do Sul da Bahia

## **EQUIPE DOCENTE PERMANENTE DO CURSO**

### **Valéria Giannella (coordenadora)**

Doutorado em Políticas Públicas do Território na Universidade IuaV de Veneza

### **Carolina Bessa Ferreira de Oliveira**

Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo

### **Danilo Christiano Antunes Meira**

Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina

### **Paulo Dimas Rocha de Menezes**

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais

### **Spensy Kmitta Pimentel**

Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo

### **Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos**

Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília

### **Rafael Andrés Patiño Orozco**

Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia

### **Leonardo Evangelista Moraes**

Doutorado em Oceanografia Biológica pela Universidade Federal do Rio Grande

### **Aline Nunes de Oliveira**

Doutorado em Artes da Cena pela Universidade Estadual de Campinas

## SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	6
2 DADOS DA INSTITUIÇÃO	8
3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	10
3.1 Carga horária e creditação previstas	11
3.1.1 Primeiro ciclo	11
3.1.2 Segundo ciclo	12
3.2 Formas de ingresso	12
3.2.1 Entrada para egressos dos cursos de primeiro ciclo	12
3.2.2 Entrada direta	14
4 BASES LEGAIS DO PPC	16
5 CONTEXTO	19
5.1 A Universidade Federal do Sul da Bahia	19
5.2 A construção do curso de Bacharelado em Gestão Pública e Social na UFSB	20
5.3 O contexto do Sul e Extremo Sul da Bahia	21
5.4 A demanda social por educação	32
6 JUSTIFICATIVA DO CURSO	37
6.1 O Campo de Públicas	37
6.2 Demanda por formação em Gestão Pública e Social articulada à realidade social	38
6.3 Evolução da administração Pública e Princípios Orientadores da Formação	39
7 PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	43
7.1 Políticas institucionais no âmbito do curso	44
7.1.1 Permanência acadêmica e assistência estudantil	45
7.1.2 Incentivo à pesquisa criação e inovação	45
7.1.3 Vocação extensionista - co-produzindo saberes e ação	47
7.1.4 Mobilidade nacional e internacional	50
7.1.5 Integração entre graduação e pós-graduação	50
8 MISSÃO DO CURSO	52
9 OBJETIVOS	53
9.1 Objetivo geral	53
9.2 Objetivos específicos	53
10 REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO	55
10.1 Aspectos Gerais	55
10.2 Princípios orientadores da profissão	56
11 PERFIL DA/O EGRESSA/O	57
11.1 Matriz de competências	57
11.2 Áreas de atuação	59

11.3 Juramento dos Concludentes	60
<b>12 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS E METODOLOGIA</b>	<b>61</b>
12.1 Dispositivos pedagógicos	64
12.1.1 Oficinas temáticas	64
12.1.2 Estágio supervisionado	66
12.1.3 Trabalho de conclusão de curso	68
12.2 O caráter interdisciplinar do curso	69
12.3 Incentivo e ética na pesquisa	70
12.4 Acessibilidade e inclusão	71
<b>13 MATRIZ CURRICULAR</b>	<b>73</b>
13.1 Formação geral	73
13.2 Eixo Propedêutico e tabela de Componentes Curriculares transversais	74
13.3 Outros elementos da matriz curricular	77
13.4 Hipótese de percurso via entrada estruturada por ciclos	80
13.4.1 Núcleo de Formação Comum	80
13.4.2 Núcleo de Formação Específica - Ênfases	83
13.4.3 Atividades complementares	85
13.5 Hipótese de percurso via entrada direta	86
13.6 Carga horária total	90
13.6.1 Carga horária total com blocos constitutivos da hipótese por ciclos	90
13.6.2 Carga horária total com blocos da matriz curricular da hipótese por entrada direta	91
13.7 Quadros detalhados de fluxo nas hipóteses de entrada por ciclos e direta	91
13.8 Representação sintética de fluxo com CCs e Atividades Obrigatórias/optativas	94
13.8.1 Formação Básica e Eixo Propedêutico	94
13.8.2 Formação Preliminar (para ingressantes via entrada direta)	95
13.8.3 Núcleo de Formação Comum (comum para todas as formas de ingresso)	95
13.8.4 Ênfase 1 - Democracia e Sociedade (comum para todas as formas de ingresso)	96
13.8.5 Ênfase 2 - Estado e Governança Pública (comum para todas as formas de ingresso)	96
13.8.6 Notas sobre o fluxo ideal	98
13.9 Sistema de creditação	98
13.10 Mobilidade e aproveitamento de estudo	100
13.11 Aproveitamento de estudos e dispensa por equivalência	100
<b>14 INFRAESTRUTURA</b>	<b>102</b>
14.1 Infraestrutura Física e Acadêmica	102
14.2 Biblioteca e Núcleo de Difusão de Informação	102
14.3 Recursos Tecnológicos	103
14.4 Laboratórios	103
<b>15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM</b>	<b>104</b>
<b>16 REGIME DE MATRÍCULA E INSCRIÇÃO EM COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>107</b>

17 GESTÃO DO CURSO	<b>108</b>
17.1 Corpo docente	108
17.1.1 Professores permanentes	108
17.1.2 Professores colaboradores	109
17.1.3 Corpo docente e condições de funcionamento do curso	110
17.2 Colegiado do Curso	111
17.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	112
17.4 Sistema de avaliação do projeto pedagógico de curso	113
ANEXO 1 - REGIMENTO DO BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E SOCIAL	<b>115</b>
ANEXO 2 - REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO BGPS	<b>116</b>
ANEXO 3 - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO BGPS	<b>117</b>
ANEXO 4 - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO BGPS	<b>118</b>
Anexo 4.1 anexo ao regulamento de atividades complementares do Bacharelado em Gestão Pública e Social	121
ANEXO 5: EMENTÁRIO DO BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E SOCIAL	<b>126</b>
Componentes curriculares transversais do eixo propedêutico - optativos	126
Componentes curriculares do Núcleo de Formação Comum	157
Componentes curriculares do núcleo de formação específica (ênfases)	184

## 1 APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) é um documento que expressa as orientações para a ação educativa, fundamentando as gestões acadêmica, pedagógica e administrativa de cada curso. Ele define o referencial epistemológico e teórico-conceitual do curso, referencial que embasa a relação entre teoria e prática e, a partir disso, desenha a organização didático-pedagógica, seus objetivos, estrutura e conteúdo curricular, metodologia de ensino, ementário, entre outras informações. Sendo assim, apresentamos a seguir o PPC do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Social (BGPS), da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Este PPC foi elaborado com foco nas visões de gestão acadêmica, pedagógica, tecnopolítica e administrativa, frente aos princípios educacionais e necessidades específicas para a formação no Campo de Públicas. Segundo a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP), o Campo de Públicas é designado como um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia (detalhamento no item 6.1, página 20). Dessa forma, recepcionou-se os ditames das Diretrizes Curriculares Nacionais que contemplam o curso proposto, a saber: a Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014 – Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) de Administração Pública<sup>1</sup>, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como demais legislações pertinentes (listadas na página 13), prezando, assim, pela excelência e atendimento aos valores da comunidade acadêmica, assim como da comunidade territorial em serviço à qual esse curso foi elaborado e pretende operar.

O Curso de BGPS se propõe a formação de um perfil de gestor público ou gestor social consciente dos desafios que esses campos de atuação implicam na contemporaneidade, consciente, portanto, da necessária postura crítica, ética, proativa e

---

<sup>1</sup> [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&Itemid=30192)

colaborativa com vistas à produção de processos que aproximem configurações de desenvolvimento territorial mais justas e sustentáveis.

## 2 DADOS DA INSTITUIÇÃO

IES	Universidade Federal do Sul da Bahia
SIGLA	UFSB
CNPJ	18.560.547/0001-07
CATEGORIA ADMINISTRATIVA	Pública Federal
ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	Universidade
LEI DE CRIAÇÃO	Lei 12.818, de 05 de junho de 2013
ENDEREÇO DO SÍTIO	<a href="http://www.ufsb.edu.br">http://www.ufsb.edu.br</a>

Para operação institucional da oferta diversificada dos cursos em Regime de Ciclos, a estrutura institucional da UFSB compreende três campi, respeitando a ampla cobertura regional da instituição, com a seguinte distribuição de unidades acadêmicas:

### Campus Jorge Amado – Itabuna

Rod. Ilhéus-Vitória da Conquista, BR 415, km 39, Itabuna, BA, CEP: 45600-000

Instituto Jorge Amado de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC)

Centro de Formação em Ciências Agroflorestais (CFCAf)

Centro de Formação em Tecnociências e Inovação (CFTCI)

Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais (CFPPTS)

Rede CUNI<sup>2</sup> Litoral Sul (Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus e Itabuna)

### Campus Sosígenes Costa – Porto Seguro

Rodovia Porto Seguro-Eunápolis, BR 367, km 10, Porto Seguro, BA, CEP: 45810-000

---

<sup>2</sup> A Rede Anísio Teixeira de Colégios Universitários (CUNI), é concebida pelo Plano Orientador da UFSB para atender a localidades com mais de 20 000 habitantes e com mais de 300 egressos do ensino médio, em bairros de baixa renda, assentamentos, aldeias indígenas e quilombos. Os Colégios Universitários funcionam preferencialmente em turno noturno, em instalações da rede estadual de ensino médio.

Instituto Sosígenes Costa de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC)

Centro de Formação em Artes (CFA)

Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais (CFCHS)

Centro de Formação em Ciências Ambientais (CFCAm)

Rede CUNI Costa do Descobrimento (Porto Seguro e Santa. Cruz Cabrália)

#### Campus Paulo Freire – Teixeira de Freitas

Pça. Joana Angélica, 250, Bairro São José, Teixeira de Freitas, BA, CEP: 45996-115

Instituto Paulo Freire de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC)

Centro de Formação em Ciências da Saúde (CFCS)

Centro de Formação em Desenvolvimento Territorial (CFDT)

Rede CUNI Extremo Sul (Teixeira de Freitas e Itamaraju)

### 3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO	Gestão Pública e Social
ÊNFASES	1. Democracia e Sociedade 2. Estado e Governança Pública
CÓDIGO EMEC	
GRAU	Bacharelado
MODALIDADE	Presencial
TURNO	Noturno
TITULAÇÃO CONFERIDA	1. Bacharel em Gestão Pública e Social; ou 2. Bacharel em Gestão Pública e Social com ênfase em Democracia e Sociedade; ou 3. Bacharel em Gestão Pública e Social com ênfase em Estado e Governança Pública
CAMPUS DE OFERTA	Campus Sosígenes Costa (CSC), Porto Seguro – BA
UNIDADE ACADÊMICA	Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais (CFCHS)
CARGA HORÁRIA	3.030 horas
TOTAL DE CRÉDITOS	202
CRÉDITOS EM COMPONENTES OBRIGATÓRIOS	4. Formação Geral: 28 créditos - 420 horas 5. Núcleo comum: 80 créditos - 1.200 horas 6. Bacharel em Gestão Pública e Social com ênfase em Democracia e Sociedade: 41 créditos – 615 hs 7. Bacharel em Gestão Pública e Social com ênfase em Estado e Governança Pública: 45 créditos – 675 hs
CRÉDITOS EM COMPONENTES OPTATIVOS	8. Eixo propedêutico ou Formação preliminar: 16 créditos - 240 horas 9. Núcleo comum: 20 créditos - 300 horas 10. Bacharel em Gestão Pública e Social com ênfase em Democracia e Sociedade: 12 créditos –180 h 11. Bacharel em Gestão Pública e Social com ênfase em Estado e Governança Pública: 8 créditos – 120 hs
CRÉDITOS EM ATIVIDADES EXTENSIONISTAS	22 créditos - 330 h <sup>3</sup>
CRÉDITOS EM TCC	8 créditos - 120 h
CRÉDITOS EM ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	5 créditos - 75 h

<sup>3</sup> Carga horária e créditos das atividades extensionistas, do TCC e do estágio obrigatório estão incluídos na CH Total.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES (obrigatórias)	5 créditos -75 h <sup>4</sup>
FORMAS DE INGRESSO	Entrada do 1º para o 2º ciclo Entrada direta
VAGAS	40 vagas anuais
REGIME LETIVO	Quadrimestral
PERÍODO MÍNIMO DE INTEGRALIZAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Percurso por ciclos: <ol style="list-style-type: none"> <li>a. 1º Ciclo: 9 quadrimestres (10 quadrimestres para egressos das LIs)</li> <li>b. 2º Ciclo: 8 quadrimestres letivos</li> </ol> </li> <li>2. Percurso via entrada direta: 12 quadrimestres.</li> </ol>
PERÍODO MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Percurso por ciclos: <ol style="list-style-type: none"> <li>a. 1º Ciclo: 15 quadrimestres (Vespertino) e 18 quadrimestres letivos (Noturno).</li> <li>b. 2º Ciclo: 16 quadrimestres</li> </ol> </li> <li>2. Percurso via entrada direta: 19 quadrimestres.</li> </ol>
INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	2020.3
SITUAÇÃO LEGAL DE RECONHECIMENTO	

### 3.1 Carga horária e creditação previstas

#### 3.1.1 Primeiro ciclo

Conforme quadro abaixo, a carga horária aproveitável do primeiro ciclo corresponde a um mínimo de 750 até 1050 horas. Isso deriva da soma da Formação Geral (420 horas), mais o Eixo propedêutico que inclui um mínimo de quatro (240 horas) até um máximo de 9 CCs (540 horas), mais 90 horas de atividades extensionistas relacionadas ao escopo do BGPS. Em termos de créditos, de um mínimo de 50 até 70 créditos.

CARGA HORÁRIA RECONHECIDA NA PROGRESSÃO DE 1º PARA 2º CICLO EM GPS	
FORMAÇÃO GERAL	420 horas ou 28 créditos
EIXO PROPEDÊUTICO (CH mínima)	240 horas ou 16 créditos

<sup>4</sup> Carga horária e créditos das Atividades Complementares são obrigatórios e necessários para alcançar a CH prevista de 3.030 horas.

EIXO PROPEDÊUTICO (CH máxima)	540 horas ou 36 créditos
ATIVIDADE EXTENSIONISTA	90 horas ou 06 créditos
<b>CH MÁXIMA CREDITÁVEL</b>	<b>1050 HORAS ou 70 CRÉDITOS</b>

### 3.1.2 Segundo ciclo

O quadro abaixo destaca os blocos formativos integrantes do percurso curricular para obtenção do diploma de bacharel em Gestão Pública e Social. Sua carga horária total é de 3.030 horas, o que corresponde ao total de 202 créditos. Ressalte-se que, nos termos da Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, a carga horária mínima de qualquer bacharelado deve ser igual ou superior a de 3.000 horas.

<b>BLOCOS FORMATIVOS INTEGRANTES O PERCURSO CURRICULAR DO BGPS</b>	
FORMAÇÃO GERAL	420 horas ou 28 créditos
EIXO PROPEDÊUTICO	240 horas ou 16 créditos (mínimo)
NÚCLEO COMUM	1.500 horas ou 100 créditos
ÊNFASES	795 horas ou 53 créditos
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	75 horas ou 05 créditos
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>	<b>3.030 horas ou 202 créditos</b>

### 3.2 Formas de ingresso

O curso de Bacharelado em Gestão Pública e Social possui duas formas de ingresso: (a) entrada para egressos de cursos de primeiro ciclo da UFSB e (b) entrada direta via SISU.

#### 3.2.1 Entrada para egressos dos cursos de primeiro ciclo

As quarenta vagas disponíveis no BGPS são distribuídas anualmente de acordo com as várias formas de ingresso, a partir da proposição da Progeac em interação com o Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais. Uma dessas formas é a destinada a estudantes

egressos dos cursos de 1º ciclo da UFSB, os quais poderão concorrer em processo seletivo para ingresso no segundo ciclo em Gestão Pública e Social. Para se habilitar neste processo seletivo, regulamentado pela Resolução nº 19/2014/CONSUNI ou posterior, a/o candidata/o deverá ter concluído qualquer um dos cursos de primeiro ciclo da UFSB.

O/as estudantes de 1º ciclo que escolham seguir nesse percurso profissional poderão integralizar componentes curriculares do chamado “Eixo Propedêutico aos Estudos de Gestão” (EP), de um mínimo de quatro (04) até um máximo de nove (09) CCs optativos, durante seu curso de Bacharelado ou Licenciatura Interdisciplinar em qualquer uma das áreas de conhecimento contempladas na UFSB. Além disso, o BGPS integra em sua matriz curricular noventa (90) horas da carga horária das atividades de extensão exigida de cada curso de 1º ciclo para cumprir com a inserção curricular da extensão de 10% do total de créditos curriculares, prevista na atual normativa nacional sobre extensão, sendo necessária a conferência pelo Colegiado do curso da pertinência das atividades a serem reconhecidas com o campo da gestão pública/social. Por fim, vale lembrar que os PPCs dos cursos de 1º ciclo podem orientar seus estudantes a antecipar os CCs de um eventual 2º ciclo, deixando aberta a opção de cursar Componentes Curriculares de tipo Livre (ou categoria análoga) aumentando ainda mais a possibilidade do/a estudante reduzir a duração do seu percurso acadêmico. Se afirma, com isso, a integração entre 1º e 2º ciclo de graduação e valoriza a autonomia do/a estudante na construção de seu percurso curricular e profissional.

A integralização do EP ainda no âmbito do 1º ciclo, é sugerida e inclusive valorizada caso hajam mais concorrentes do que vagas; no entanto o/a candidato/a que não tenha integralizado os componentes do Eixo Propedêutico aos Estudos de Gestão durante o seu 1º ciclo, poderá fazê-lo ao longo do segundo ciclo.

Havendo mais solicitantes do que vagas disponíveis, o acesso ao curso se dará pelas normativas vigentes na Universidade. A seleção se dará em duas etapas: a primeira de caráter classificatório e eliminatório a ser coordenado e executado pela Progeac, através dos editais de seleção para cursos de segundo ciclo. A segunda, de caráter eliminatório, será coordenada e executada pelo Centro de Formação (CFCHS), e realizada através da apresentação de uma Carta de Intenção que o/a estudante deverá elaborar e entregar ao Centro de Formação após a primeira etapa da seleção. O objetivo da Carta é o de argumentar, por escrito, como o perfil do/a candidata/o seja coerente e valorizado pela graduação em GPS. Essa carta deve ter no máximo 5.000 palavras e apresentar uma

contextualização da trajetória acadêmica e das motivações para a candidatura à vaga no curso, podendo, ainda, mencionar experiências prévias relativas ao campo da gestão pública e social, os interesses e expectativas do/a estudante em relação ao curso. será avaliada de acordo com os critérios e regras detalhados abaixo:

*Critérios de avaliação da Carta de Intenção:*

I. Correlação da carta de intenção do/a estudante com o ideário do campo de públicas (2 pt);

II. Correlação da trajetória acadêmica do/a estudante com no mínimo **dois** dos seguintes eixos norteadores (2 pt):

- A. Trabalhos que explorem o âmbito da gestão social de comunidades; territórios (tradicionais, urbanos, etc...); a produção do Comum, etc...
- B. Trabalhos que explorem os temas da democracia, participação, autogestão, suas perspectivas e desafios....;
- C. Trabalhos que explorem temas/problemas no âmbito da gestão pública; governança democrática;
- D. Formas e concepções do governo e da gestão pública contemporânea; produção e co-produção de políticas públicas; novos arranjos e interações entre Estado e Sociedade...

III. Clareza e coesão da escrita (1 pt);

3. Em caso de empate, será utilizado o número de CCs do Eixo Propedêutico integralizado por cada candidato/a. Persistindo o empate, terá prioridade a/o candidata/o de maior idade.

### **3.2.2 Entrada direta**

A entrada direta no curso de Bacharelado em Gestão Pública e Social é regulamentada pelo edital geral de ingresso da Universidade Federal do Sul da Bahia. Desde a sua fundação, a UFSB utiliza o Sistema de Seleção Unificada (SISU) para a seleção de candidatas/os externos. Todavia, por conveniência da instituição, editais para processos seletivos próprios poderão ser adotados. Tais editais tratarão também de regulamentar as

formas de seleção dos estudantes, no caso em que o número de candidatos para entrada direta exceda o número de vagas ofertadas.

#### 4 BASES LEGAIS DO PPC

A oferta do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Social da UFSB responde ao previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ao determinar que:

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I – Criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II – Fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; [...].

O presente PPC responde, assim, ao previsto na Resolução nº 27/2019 do Conselho Universitário (CONSUNI) da UFSB, que dispõe sobre os procedimentos para a criação de cursos de graduação no âmbito da Universidade. Dentro desta perspectiva, o Decanato do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais (CFCHS) publicou ainda a Portaria nº 17/2018 – que constituiu o Grupo de Trabalho (GT) para a elaboração de proposta do Curso Gestão Pública e Social do CFCHS.

A proposição do curso considera, para fins das diferentes possibilidades de integralização curricular, as orientações e apontamentos previstos fundamentalmente na já citada Lei nº 9.394/1996 e em aderência aos pressupostos específicos do Campo de Públicas, que se apoia na Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) nº 01/2014, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado.

Diante disso, a seguir são listadas leis e demais normativas que fundamentam o presente PPC:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;

- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto no 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 – Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições;
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior;

- Parecer CNE/CES nº 266/2010, aprovado em 10 de dezembro de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública;
- Parecer CNE/CES nº 266, de 5 jul. 2011. “Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares das Universidades Federais”;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências;
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- Parecer CNE/CP nº 7/2013, aprovado em 1º de outubro de 2013 - Recurso contra o Parecer CNE/CES nº 266/2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública, bacharelado.
- Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014 – Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) do curso de Administração Pública;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).
- Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências.

Cabe destacar que além da legislação aqui citada, o PPC também se baseia nas demais normativas internas da UFSB, dada a natureza sistêmica em que se deve inserir o curso, na interação com a arquitetura curricular em ciclos e o modelo formativo específico dessa instituição.

## 5 CONTEXTO

### 5.1 A Universidade Federal do Sul da Bahia

Em 16 de agosto de 2011 foi enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 2207/2011 que dispunha sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Logo após o anúncio do envio do PL ao Congresso, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), como primeira instituição de ensino superior da Bahia, na condição de tutora, instituiu uma comissão interna para iniciar o processo de construção do projeto, iniciando uma série de reuniões nos municípios propostos como sede dos novos campi.

Em 5 de Junho de 2013, a Presidenta Dilma Rousseff sancionou-o como Lei 12.818/2013, criando a UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, com Reitoria em Itabuna e campi em Porto Seguro e Teixeira de Freitas.

A primeira versão completa do Plano Orientador da UFSB foi divulgada em 17/12/2012 e incluiu subsídios coletados numa série de atividades de apresentação e discussão da proposta junto às instituições acadêmicas que atuam na região.

Finalmente, o texto do Plano Orientador da Universidade Federal do Sul da Bahia, documento de planejamento institucional e político-pedagógico (disponível no sítio oficial da instituição), foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Universitário, em Reunião Plenária de 14 de fevereiro de 2014<sup>5</sup>.

Atualmente, dentro da sua arquitetura curricular, a UFSB oferece Licenciaturas e Bacharelados interdisciplinares (LIs e BIs) como cursos de primeiro ciclo. Os cursos de segundo ciclo estão em rápida evolução como demonstra o presente PPC; no entanto listamos aqui os que já estão em funcionamento: antropologia, artes do corpo em cena, ciências biológicas, direito, engenharia agrícola e ambiental, engenharia florestal, engenharia da sustentabilidade, história, medicina, oceanologia, psicologia, saúde coletiva, som imagem e movimento. Os cursos de terceiro ciclo são atualmente os seguintes: Programa de

---

<sup>5</sup> UFSB, Universidade Federal do Sul da Bahia: **Plano orientador**, Itabuna/Porto Seguro/Teixeira de Freitas. Bahia, Brasil 2014. Disponível no endereço: <https://www.ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Orientador-UFSB-Final1.pdf>

Pós-Graduação em Biossistemas (PPG Biossistemas), Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais (PPGCTA), Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES), Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família (PROFSAÚDE), caracterizados por trajetórias formativas interdisciplinares.

## **5.2 A construção do curso de Bacharelado em Gestão Pública e Social na UFSB**

Na primeira fase de implantação da UFSB, após poucos meses do começo de suas atividades, o Conselho Universitário busca prefigurar o rol de opções de formação aberta aos estudantes nos anos por vir, apontando um conjunto de cursos de 2º ciclo que viriam a ser desenvolvidos nos três campi da Universidade (Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas). Era 30 de abril de 2015, quando o CONSUNI apontou os cursos de Oceanologia, Ciências Econômicas, Antropologia, Direito e Administração como os que seriam implantados em Porto Seguro, no Campus Sosígenes Costa (CSC). Na página da UFSB, consta a informação de um futuro curso de Administração (com ênfase em gestão pública), isto é, um curso inserido no âmbito temático e problemático do chamado Campo de Públicas (detalhes sobre isso mais abaixo). Até o presente momento (março de 2020), apenas os cursos de Oceanologia Antropologia e Direito foram implementados dos inicialmente previstos, assim como outros cursos, em áreas diversas, não previstos inicialmente. Quando se criaram no CSC as condições de viabilidade para dar início ao trabalho para a construção de dito curso, as discussões foram unânimes em apontar a necessidade de Gestão Pública e Gestão Social como os campos formativos que uma leitura analítica do contexto territorial indicaria como mais adequados. Argumentos mais aprofundados sobre isso constam nos tópicos abaixo.

O Grupo de Trabalho para a construção do Curso Bacharelado em Gestão Pública e Social foi sancionado por duas Portarias do Centro de Formação de Ciências Humanas e Sociais, respectivamente a de nº 07 (em 9/07/2018) e nº 28/2018 (em 15/10/2018) havendo leves diferenças de composição entre uma e outra. Outro passo dado foi, em dezoito (18) de fevereiro de 2019, quando a Congregação do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais (CFCHS), após a apresentação de um sumário executivo, autorizou que dito GT operasse a elaboração do PPC do curso.

Os trabalhos do GT procederam ao longo do ano de 2019, buscando alinhamentos entre o perfil do Curso em elaboração e os marcos epistemológico e teórico próprios do Plano Orientador da UFSB. O objetivo de se constituir como uma instituição de ensino superior popular, interdisciplinar e inter epistêmica, próprio da UFSB em sua concepção inicial, define o pano de fundo, embasador das escolhas específicas de construção do presente Curso de BGPS. O contexto sócio-territorial foi reconhecido como balizador das escolhas político-pedagógicas, assim como das escolhas relativas às formas de entrada no curso e às características da matriz curricular. Em setembro de 2019 foi realizada uma pesquisa de demanda via formulário virtual na plataforma Google. O formulário ficou disponível entre os dias 31 de agosto de 2019 a 18 de setembro de 2019; foi divulgado via mídias sociais, grupos de WhatsApp, através do apoio de diversos secretários da Prefeitura de Porto Seguro e veiculado pelo programa UFSB NO AR no Rádio Porto Brasil FM 88.7 no dia 12 de setembro. Essa ferramenta nos possibilitou uma melhor fundamentação do número de vagas a serem ofertadas pelo Curso, assim como a entender com mais precisão o perfil do futuro estudante.

Como existem duas modalidades de entrada no Curso, tivemos o cuidado de considerar dois perfis correspondentes: os/as egressos/as dos Bacharelados e das Licenciaturas Interdisciplinares de todas as áreas de conhecimento contempladas pela UFSB (Humanidades, Ciências, Artes, Saúde, Matemática e Computação) e a/o estudante que escolhe se matricular diretamente no Bacharelado em Gestão pública e Social.

Os/as egressos/as dos Bacharelados e das Licenciaturas Interdisciplinares concluem o primeiro ciclo com uma base teórica e metodológica robusta, devido à formação generalista (sem ser genérica) destes percursos formativos. Para o/as estudantes que entrarão no curso diretamente (sem ter passado pelo 1º ciclo), a Formação Geral e o Eixo Propedêutico aos Estudos de Gestão darão as bases necessárias para empreender o resto do percurso em condições de paridade.

### **5.3 O contexto do Sul e Extremo Sul da Bahia**

O Curso de Gestão Pública e Social tem a perspectiva de constituir-se como um novo espaço de formação socioprofissional no Sul e Extremo Sul da Bahia, amparado em princípios

acolhidos pela UFSB, como o compromisso com o impacto social, a ressonância regional e a valorização de articulações interinstitucionais no território.

A área de abrangência da UFSB inclui 47 municípios, numa área de 40 384 km<sup>2</sup>, – sendo normalmente dividida como Sul e Extremo Sul da Bahia, incluindo-se as três regiões de planejamento definidas pelo estado da Bahia como Territórios de Identidade: Litoral Sul, área de abrangência do Campus Jorge Amado, em Itabuna; Costa do Descobrimento área de abrangência do Campus Sosígenes Costa, em Porto Seguro; Extremo Sul, área de abrangência do Campus Paulo Freire, em Teixeira de Freitas (figura 1).

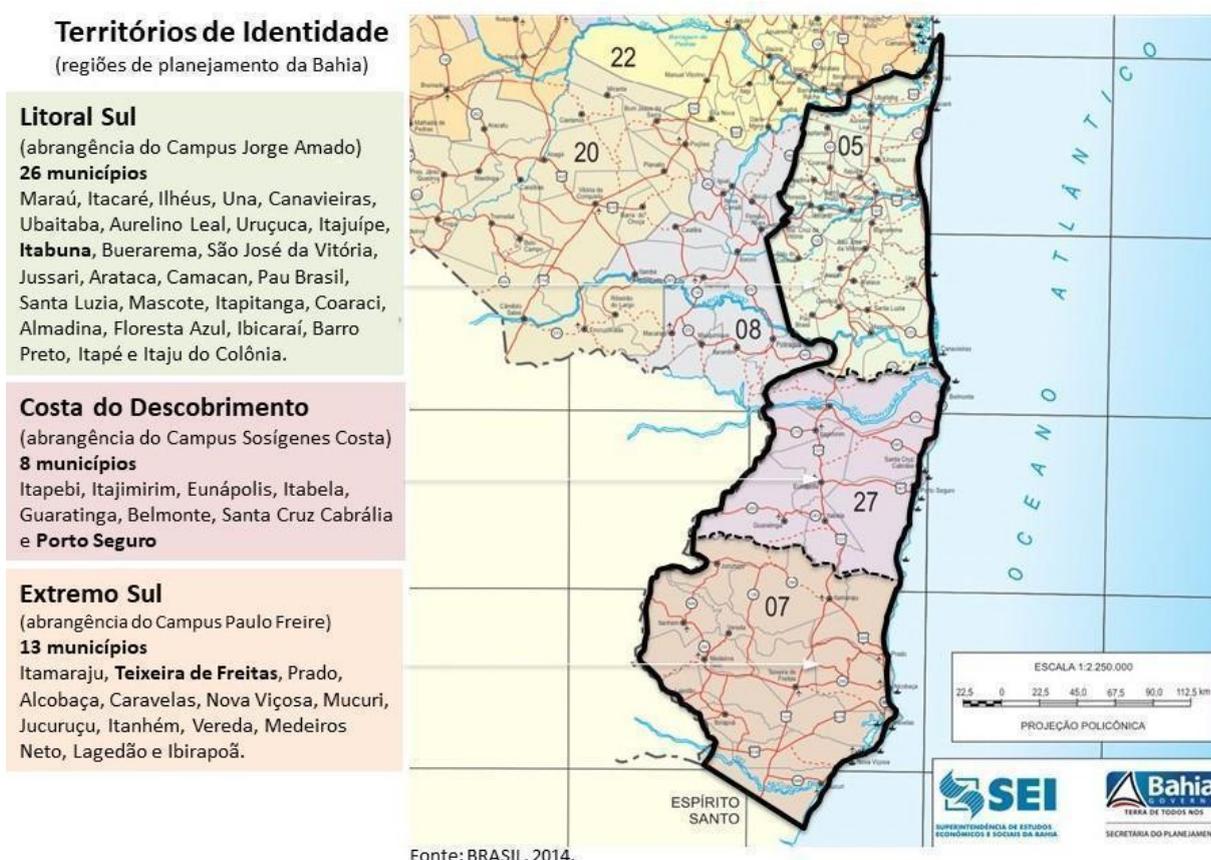


Figura 1: Território de abrangência da UFSB (BRASIL, 2014)

Sua população totaliza 1.555.847 habitantes (dados do Censo 2010). Apenas o município de Itabuna ultrapassa 200 mil habitantes, e quatro outros (Ilhéus, Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Eunápolis) têm mais de 100 mil habitantes.

No chamado Litoral Sul ou Costa do Cacau, até a década de 1980, concentrava-se a maior produção de cacau no Brasil, na época uma das principais *commodities* agrícolas na pauta de exportação do país. A introdução do fungo vassoura-de-bruxa, praticamente dizimou a cacauicultura na região e somente nos últimos anos essa atividade vem se

recuperando, graças, sobretudo, aos investimentos em pesquisa e atuação de movimentos sociais à reforma agrária responsáveis por introduzir na região a cultura do cacau orgânico nas cabruças. As décadas que se seguiram à quebra da economia cacaueira assistiram a uma forte migração das populações rurais para os centros urbanos médios, bem como a transformação da região metropolitana de Itabuna e Ilhéus em importante pólo regional de comércio e serviços, com ênfase para os setores de educação superior e saúde.

A decadência do cacau foi acompanhada também por uma migração em massa dos trabalhadores rurais para cidades do Extremo Sul da Bahia, a partir dos anos 90, onde expandia-se a indústria do turismo e a indústria de celulose. O resultado é que a urbanização em municípios como Porto Seguro, Eunápolis e Teixeira de Freitas sofreu rápida expansão, com forte atratividade de população de outras regiões do país, tendo como resultado a formação periferias urbanas empobrecidas, com parte da população excluída das atividades econômicas emergentes ou precariamente incluídas em cargos temporários e de baixa remuneração no mercado local.

O crescimento populacional verificado em Porto Seguro pode ser atribuído, sobretudo, à expansão da indústria turística da região. Em todo o litoral do Sul e Extremo Sul, o turismo tem-se expandido rapidamente nos últimos 25 anos, também graças ao apoio público oferecido pelo Projeto de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) a partir dos anos 90. Isso incluiu o investimento em rede hoteleira e infraestrutura – aeroporto, asfaltamento de estradas, financiamento de empreendimentos hoteleiros, formação etc. Trata-se de atividade econômica com alto grau de sazonalidade e que, além do desenvolvimento econômico da região, esteve associada a problemas como gentrificação, narcotráfico e aumento da violência, além de desequilíbrios ecológicos.

Nos territórios de Identidade do Extremo Sul da Bahia e Costa do Descobrimento expandiu-se, desde os anos 80, a indústria de papel e celulose, associada à extensa área de cultivo de sua matéria-prima, o eucalipto, processado em plantas industriais localizadas na região, sendo o produto destinado, sobretudo, à exportação. Nesse sentido, o perfil de cidades como Teixeira de Freitas, na área de abrangência da UFSB, está basicamente associado ao agronegócio, havendo, além do eucalipto, uma presença forte da pecuária bovina (que ocupa a maior parte das terras nestes Territórios de Identidade) e da fruticultura, além de um número significativo de assentamentos da reforma agrária. Também a cidade de Eunápolis assistiu o forte crescimento populacional e a consolidação de um

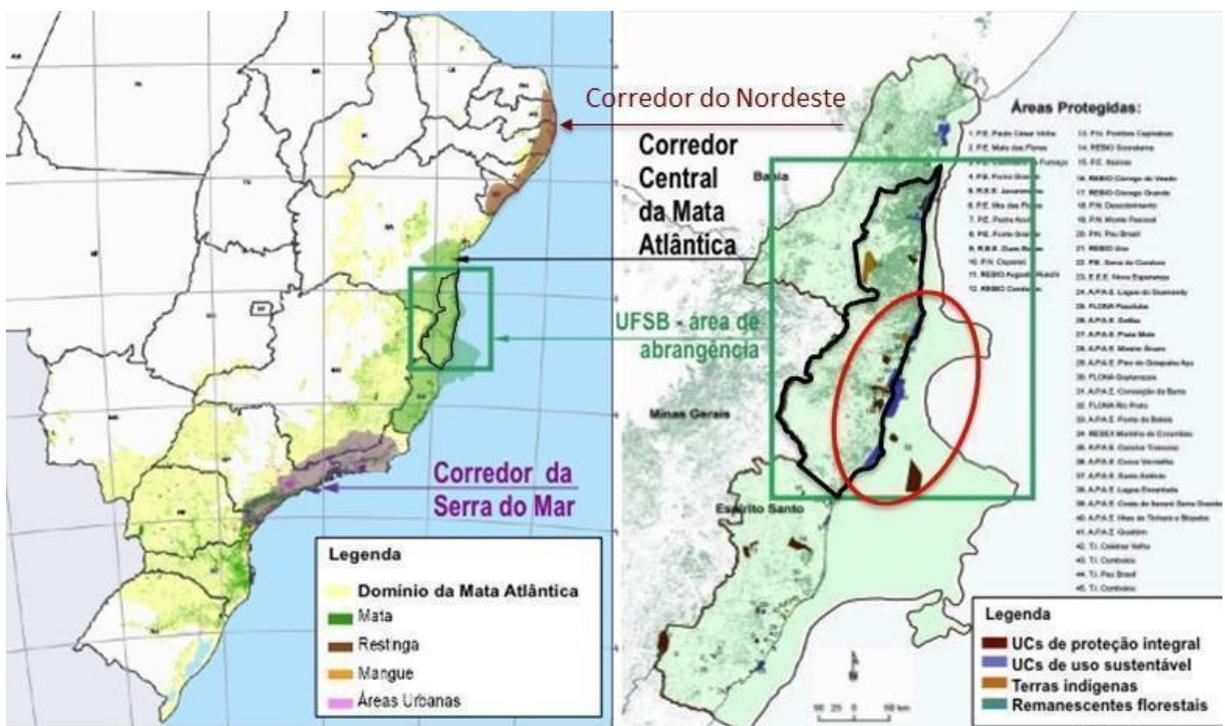
importante polo comercial e de serviços a partir da implantação da fábrica de celulose da Veracel no município. Todas estas mudanças reconfiguraram fortemente a estrutura social e econômica do Sul e Extremo Sul da Bahia, em um processo acelerado que se instalou em um território de imensas riquezas e especial importância social e ecológica de âmbito nacional e internacional.

O território de abrangência da UFSB possui os maiores remanescentes da Mata Atlântica do Nordeste do Brasil (figura 2), sendo a maior parte dele inserido na região da chamada Hiléia Baiana - única parte da Mata Atlântica que abriga espécies vegetais amazônicas e detém o recorde de diversidade de espécies arbóreas por hectare no planeta.



Figura 2: Remanescentes florestais protegidos no Sul e Extremo Sul da Bahia

Este território se insere no Corredor Central da Mata Atlântica, um hotspot da biodiversidade mundial – isto é, uma das 34 regiões que, ocupando apenas 1,4 % da superfície do planeta, concentram cerca de 40% da biodiversidade terrestre, considerados os números de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Na região de abrangência do Campus Sosígenes Costa, encontra-se a maior concentração de áreas protegidas do Corredor Central da Mata Atlântica, compreendendo quatro Parques Nacionais – Descobrimiento, Monte Pascoal, Pau-Brasil e Abrolhos – num total de 50.000 hectares de florestas, geridos em processos participativos através de Conselhos Consultivos em cada Unidade de Conservação. Além disso, 90.000 hectares de ecossistemas marinhos compõem o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, a região brasileira mais rica em recifes de coral, responsáveis por abrigar a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul. Compõem ainda o cenário da região de Abrolhos três Reservas Extrativistas Marinhas – Corumbau, Canavieiras e Cassurubá –, com gestão compartilhada através de Conselhos Deliberativos que incluem dezenas de organizações sociais de pescadores e pescadoras. (figura 3)



Fonte: Mapa do autor sobre bases - BRASIL/ INPE; SOS Mata Atlântica (2008).  
BRASIL/ MMA; Conservação Internacional (2006).

Figura 3: Concentração de áreas protegidas no Corredor Central da Mata Atlântica

À diversidade biológica, não por coincidência, corresponde uma alta diversidade étnica e social, fortemente marcada pela presença milenar de povos pertencentes aos dois maiores troncos linguísticos presentes no país – tupi e macro-gê. No Sul e Extremo Sul da Bahia encontramos dezenas de aldeias em Territórios Indígenas dos Povos Pataxó, Tupinambá e Pataxó Hã-hã-hãe (que reúne em suas terras, além dos Pataxó, os povos Baenã, Tupiniquin, Tupinambá, Kariri-Sapuiá, Guerén, Kamacan Mongoió e Kamacan Menien). A herança da cultura indígena marca fortemente a cultura agroextrativista das comunidades pesqueiras, ribeirinhas, rurais e piaçaveiras, no litoral, nas roças e cabruças em toda região. Também é significativa a presença de quilombos, principalmente nos extremos do Território de abrangência da UFSB (Mucuri, Caravelas e Nova Viçosa ao sul, Itacaré e Marau ao norte), bem como dos povos tradicionais de terreiro, guardiões da cultura e religiões de matriz africana em todo o território (Figura 4).



Figura 4: Sociobiodiversidade no território de abrangência da UFSB

A sociobiodiversidade regional é responsável pela caracterização da região como Patrimônio da Humanidade em duas instâncias da UNESCO. Os remanescentes florestais protegidos em Unidades de Conservação, além dos núcleos históricos e paisagem cultural tombada pelo IPHAN como *Sítio do Descoberto* configuram a porção baiana do *Sítio do Patrimônio Natural Mundial do Descoberto* (figura 5).



Figura 5: Porção baiana do Sítio do Patrimônio Mundial Natural do Descobrimento

O Território de Abrangência da UFSB também contempla a região de maior diversidade étnica, social e biológica da porção baiana da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, como parte do Programa MAB (*Man and Biodiversity*) da UNESCO – que conta com a chancela da UNESCO para abrigar e apoiar a pesquisa científica e a conservação da biodiversidade de forma integrada à valorização de povos e comunidades tradicionais, bem como de seus conhecimentos e saberes (Figura 6).

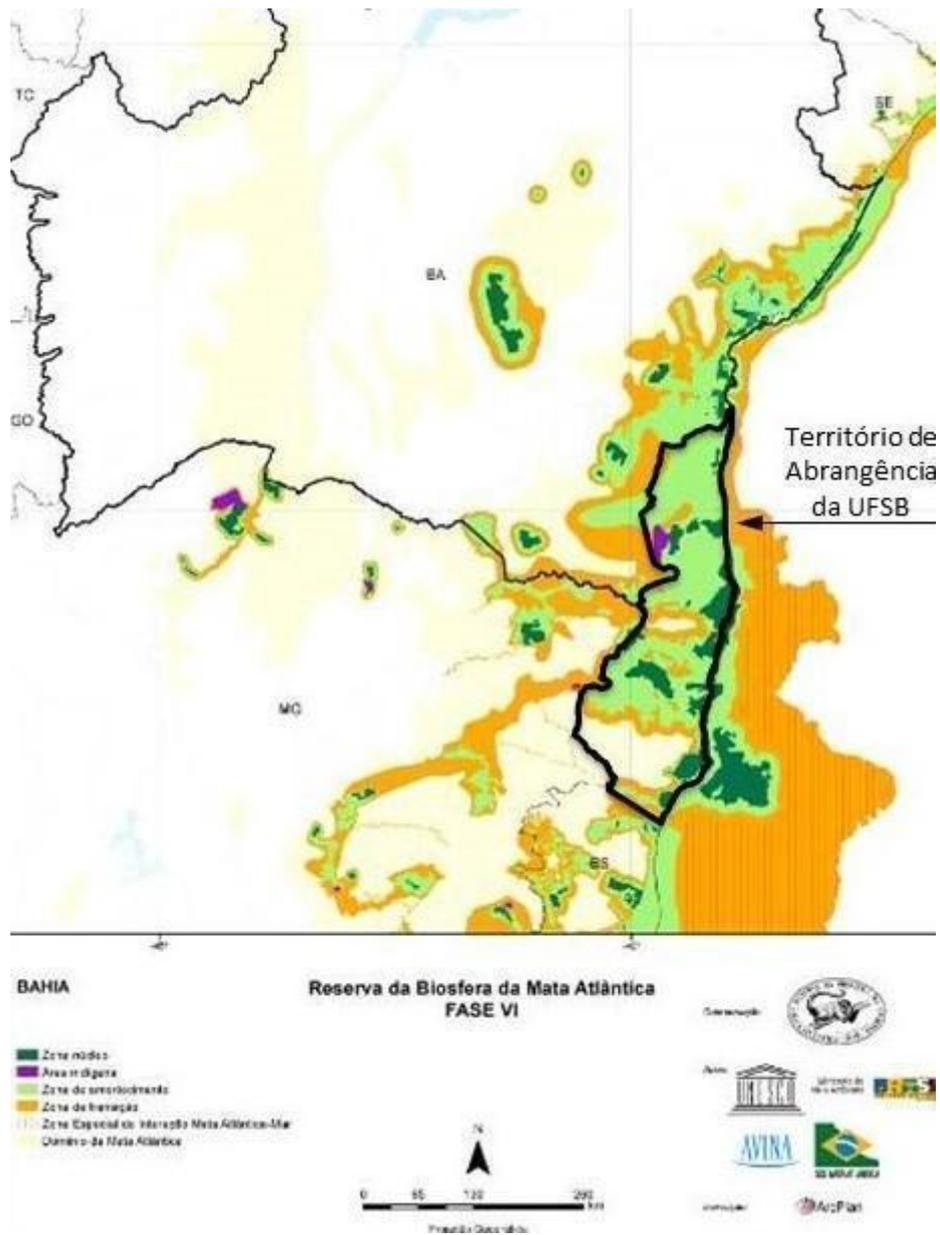


Figura 6: Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Território de abrangência da UFSB

Torna-se clara, portanto, a responsabilidade da Universidade Pública, no território em que atua, com relação à conservação das diversidades étnica, cultural, social e biológica, que constituem patrimônio de alta relevância, tanto para o país quanto para a humanidade. A essa sociobiodiversidade, entretanto, frequentemente associam-se conflitos de interesses em função de processos de identificação e demarcação de territórios tradicionais, muitas vezes inconclusos, e disputas pela terra (principalmente terras devolutas) protagonizadas por movimentos de luta pela reforma agrária – que também contam, em boa parte de seus contingentes, com famílias egressas de povos indígenas e afrodescendentes da região.

Não menos importantes são os conflitos gerados em disputas por espaços com alto potencial para exploração turística, nas praias e cidades litorâneas, ocupadas por remanescentes de comunidades tradicionais, expostas ao risco de expulsão de suas localidades, em processos de gentrificação que se impõem aceleradamente na região. O desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade deste território, portanto, enfrentam o desafio de conciliar-se com a sociobiodiversidade regional, com a demanda de constituição de processos econômicos regionais e arranjos produtivos locais compatíveis com culturas e ecossistemas megadiversos, valiosos, belos e frágeis.

Para tanto, podemos contar com uma base existente de gestão pública compartilhada, articulada por grande número de Conselhos Participativos com escala de atuação regional (sem contar as dezenas de Conselhos Municipais setoriais instalados nas cidades da região), vinculados a instâncias de gestão socioambiental federais e estaduais, além de articulações e programas interinstitucionais de iniciativa pública e da sociedade civil, que têm servido – ou podem servir – como fóruns de consulta, debate, resolução de conflitos e deliberação em questões de interesse público, tais como:

1. Conselhos Deliberativos das Reservas Extrativistas Marinhas de Corumbau, Canavieiras e Cassurubá (ICMBIO);
2. Conselhos Consultivos dos Parques Nacionais do Pau Brasil, Monte Pascoal, Descobrimento, Alto Cariri e Serra das Lontras (ICMBIO);
3. Conselhos Consultivos dos Refúgios de Vida Silvestre de Una e do Rio dos Frades (ICMBIO);
4. Conselho Gestor do Mosaico de Áreas Protegidas (ICMBIO);
5. Colegiados dos Território de Identidade do Litoral Sul, Costa do Descobrimento e Extremo Sul (SEPLAN - BA);
6. Comitês de Bacias Hidrográficas estaduais - CBH Frades Buranhém e Santo Antônio, CBH Peruípe, Itanhém e Jucuruçu, CBH Leste, CBH Contas (INEMA - BA);
7. Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental (APA) Caraíva Trancoso, Santo Antônio, Coroa Vermelha, Costa de Itacaré / Serra Grande, Lagoa Encantada e Rio Almada, Ponta da Baleia / Abrolhos, (INEMA - BA);
8. Conselho Gestor do Parque Estadual da Serra do Conduru (INEMA - BA);

9. Subcomitês da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Sul e Extremo Sul da Bahia (SEMA - BA);
10. Conselho Gestor do Programa Arboretum de Conservação e Restauração da Diversidade Florestal (SFB / IBAMA - MPE / NUMA BA);
11. Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia (Diálogo Florestal do Brasil).

Apesar da importância destas instâncias, é notória, para os participantes, a demanda por formação, capacitação técnica e política dos agentes e atores locais que nelas atuam, em vista da complexidade dos conflitos e processos ali abordados. Mesmo que o ciclo de grandes projetos econômicos vivido no país até 2014 tenha se esgotado nos últimos anos, num contexto de estagnação dos investimentos, mantém-se na pauta da região, por exemplo, a discussão sobre implantação de via férrea (Ferrovia Oeste-Leste) associada a um porto de exportação de minérios e grãos (Porto Sul) na região de Ilhéus e Serra Grande, a possibilidade de duplicação da fábrica da Veracel e a implantação de empreendimentos turísticos de médio e grande porte em todo o litoral.

Esse processo de desenvolvimento complexo e acelerado demanda recursos humanos qualificados para a gestão pública e social, para que tanto os municípios da região quanto às comunidades urbanas, rurais e tradicionais, sejam capazes de lidar adequadamente com os impactos positivos e negativos trazidos à região por esses processos, sinalizando demandas na conformação da gestão pública, na co-produção das políticas públicas locais e na mobilização e fortalecimento da sociedade civil organizada. No cenário que se desenha, a gestão pública e social se apresenta como área de formação profissional de crucial importância, atratividade e potencial na região, especialmente se focadas na valorização da auto-organização social, política e econômica, das dinâmicas de reciprocidade no território e da participação cidadã nas questões de interesse público.

É nesse contexto que se propõe implantar o curso de Bacharelado em Gestão Pública e Social no campus Sosígenes Costa, da UFSB, em Porto Seguro, ocupando um espaço formativo não atendido por qualquer outra Instituição pública de ensino superior enquanto diversas Instituições particulares estão ocupando esse espaço com oferta de cursos a distância. Cabem aqui duas ressalvas, a primeira destacando a existência de alguns Cursos de Administração de Empresas os quais, no entanto, não contemplam formação adequada às necessidades contemporâneas de cuidado com problemas públicos; a segunda lembrando

que a Educação à distância, por sua própria natureza, garante, na melhor das hipóteses, resultados de cunho individual sem poder imediatamente reverberar no território através dos compromissos em pesquisa e extensão socialmente engajada e transformadora.

#### 5.4 A demanda social por educação

Os municípios que integram a área de abrangência da UFSB, regiões Sul e Extremo Sul da Bahia, estão divididos em 04 Territórios de Identidade, com 48 municípios, segundo plano orientador da IES, sendo 26 do Litoral Sul, 01 do Baixo Sul, 13 do Extremo Sul e 08 da Costa do Descobrimento, com uma população total estimada de 1.555.847 habitantes (Censo, 2010), apresentam indicadores educacionais bastante precários<sup>6</sup>.

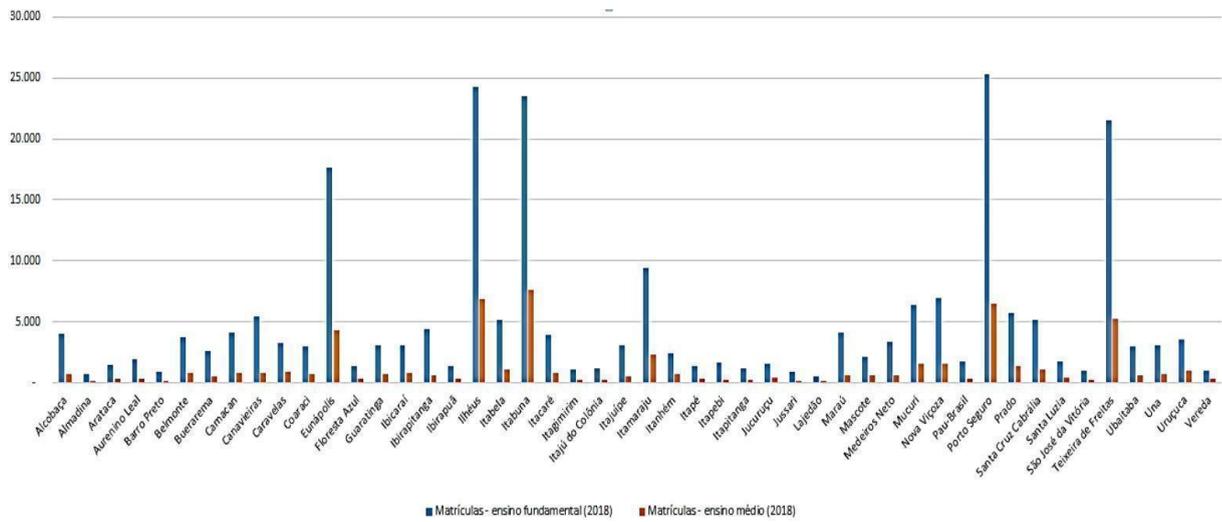
<b>Litoral Sul (26)</b>	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajú do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau-Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca.
<b>Extremo Sul (13)</b>	Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Vereda.
<b>Costa do Descobrimento (8)</b>	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália.

*Fonte: [www.seplan.ba.gov.br](http://www.seplan.ba.gov.br)*

Referente a esses municípios, conforme último censo escolar (2018), 239.185 estudantes encontram-se matriculados em 1.491 estabelecimentos de ensino fundamental e 58.381 estudantes no ensino médio, em 174 escolas, em sua maioria da rede estadual. O Gráfico 1 demonstra a variação no contingente de crianças/adolescentes/jovens matriculados na educação básica nos municípios da região, ressaltando a enorme defasagem entre os níveis fundamental e médio de ensino.

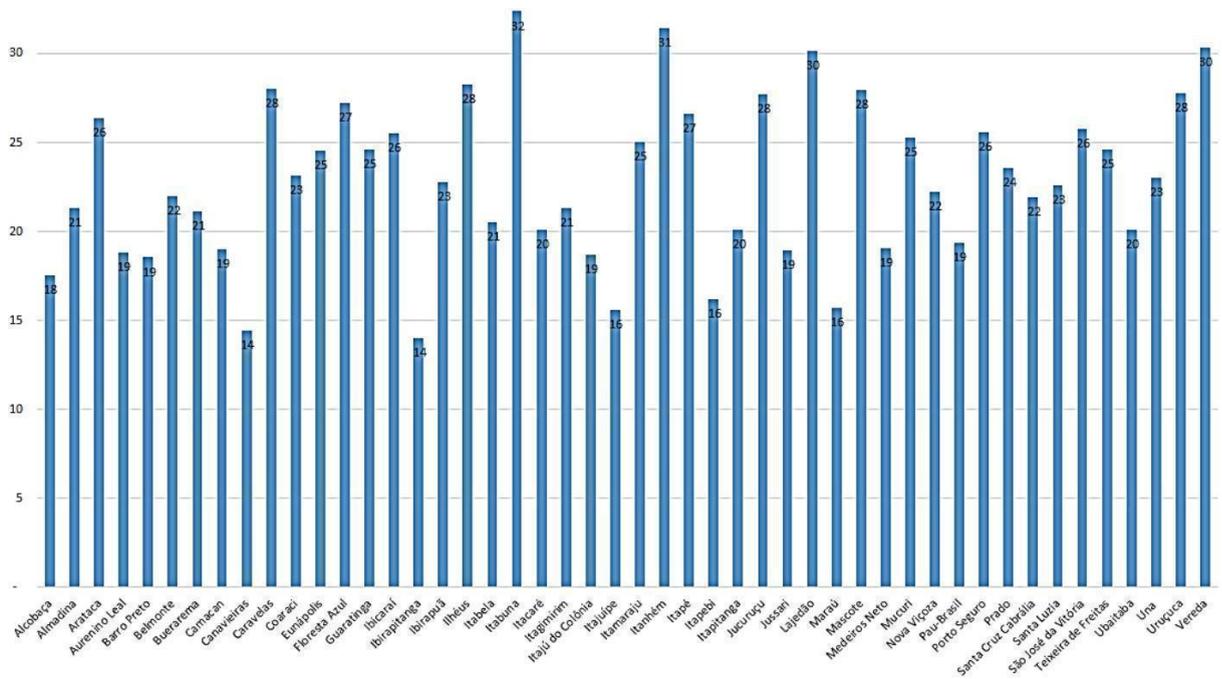
<sup>6</sup> Parte dos dados apresentados neste tópico se originam do Plano Orientador da UFSB (UFSB, 2014).

**Gráfico 1 – Matrículas na Educação Básica por Município. Região Sul da Bahia, 2018.**



FONTE: IBGE, 2018

**Gráfico 2 – Taxa de acesso do Ensino Fundamental ao Ensino Médio por Município. Região Sul da Bahia, 2018.**

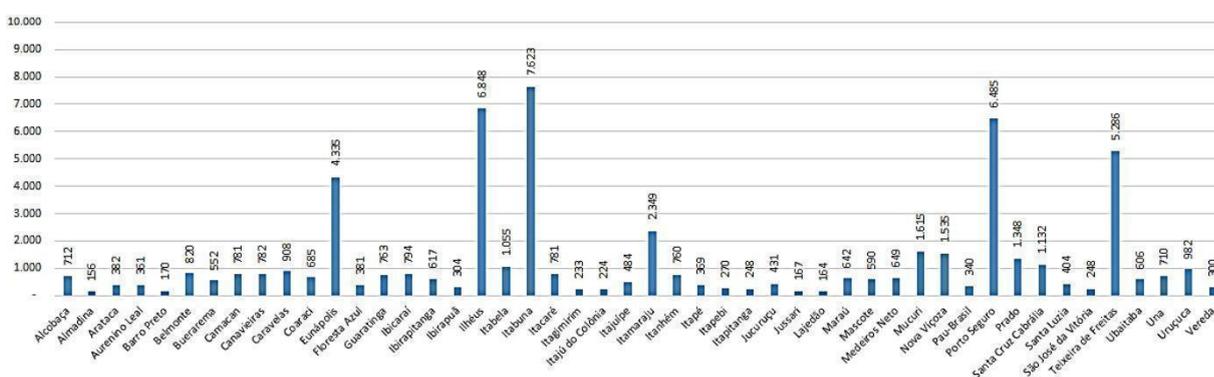


FONTE: IBGE, 2018

Observa-se no Gráfico 2 que a maior perda ocorre na passagem do ensino fundamental ao ensino médio. Apenas uma média 23% dos egressos no primeiro nível ascendem ao nível médio de ensino, com grande variação entre municípios (todos no intervalo de 14% e 32%). Em 16 desses municípios, a taxa de perda na transição supera 80%. Dois *outliers* chamam a atenção: em Canavieiras e Ibirapitanga, 86% dos estudantes que concluíram o ensino fundamental desistem de continuar sua educação, em contraste com Itabuna, onde aproximadamente 32% dos egressos do nível fundamental se matriculam no ensino médio.

No Gráfico 3, observa-se a variação no contingente de estudantes do ensino médio por município, em parte devido à variação populacional, porém também decorrente das taxas diferenciadas de perda na transição do nível fundamental ao médio. Almadina e Lajedão são os municípios com menor população escolar nesse nível (respectivamente 156 e 164 estudantes), em contraste com os pólos Itabuna (7.623 estudantes) e Ilhéus (6.848 estudantes), somando juntos 14.471, Porto Seguro (6.485 estudantes) e Teixeira de Freitas (5.286 estudantes).

**Gráfico 3 – Matrículas no Ensino Médio por Município. Região Sul da Bahia, 2018.**



FONTE: IBGE, 2018

Não se tem dúvidas que o ensino médio é o grande catalisador de demanda para o ensino superior. Segundo o INEP (2018), **os 48 municípios da área de abrangência da UFSB apresentaram em média 58.381 alunos no ensino médio**, o que gera recorrência para ensino superior, sobretudo para cursos inovadores como o ora proposto.

Ao se partir apenas desta demanda com origem no ensino médio, pode-se estimar, no mínimo, que 10% (percentual médio de adultos com nível superior na Bahia, conforme IBGE, 2019) desta quantidade de alunos esteja caminhando para o ensino superior. Neste caso, tem-se algo em torno de **5.838 alunos que deverão se inscrever nos processos seletivos à disposição da comunidade**. Esta demanda pode ser caracterizada como parte da demanda de mercado que tem origem no ensino médio.

Ocorre que se verifica no IBGE (2018) que a população da região Sul da Bahia, em 2010, - último censo – é de 1.555.847 habitantes. Se tomarmos para efeito de cálculo o % de baianos na faixa etária de 15 a 29 anos, que é de 28,11%, logo teremos para a região Sul do Estado, uma população com faixa etária eminentemente universitária de, aproximadamente, 437.349 jovens. Ao se considerar que destes, ao menos 10% estão ingressando no ensino superior, então se estima que o tamanho dessa **demanda reprimida seja de 43.734 pessoas**.

Resulta deste entendimento que a demanda de natureza social pode ser expressa como a demanda de mercado proveniente do ensino médio somada à demanda reprimida e, neste caso, **se produz o montante de 49.572 pessoas que se inserem como possíveis candidatos a uma vaga em qualquer modalidade de curso superior**.

A perspectiva é que esta demanda (ensino médio + reprimida) tenha um comportamento crescente em torno de 1,35% ao ano em sintonia com o crescimento populacional verificado na região. Neste caso, se elabora a projeção para esta demanda, que está descrita no quadro a seguir:

Quadro I – Projeção de Demanda – Região Sul da Bahia – 2018- 2022

Ano	Projeção de Demanda (do ensino médio + reprimida)
2019	50.241
2020	50.519
2021	51.606
2022	52.303
2023	53.009

Face às carências e às oportunidades aqui delineadas, justifica-se plenamente a iniciativa de implantar o Curso de Gestão Pública e Social na UFSB, considerando, ainda, a demanda específica por formação no Campo de Públicas.

## 6 JUSTIFICATIVA DO CURSO

### 6.1 O Campo de Públicas

O chamado “Campo de Públicas” inicia-se há mais de uma década com uma articulação de coordenadores de curso, gestores universitários, pesquisadores e estudantes de várias partes do Brasil e define-se pela diferenciação em relação à administração de empresas (privada), focando na dimensão pública o seu universo de ensino, pesquisa, extensão, atuação profissional e relação entre Estado-sociedade. Compreende uma área interdisciplinar ainda aberta e em construção que vem se afirmando pela unidade na diversidade e que aglutina cursos de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social, Políticas Públicas, em nível de graduação e pós-graduação.

São cursos que se inserem no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, tendo como fator aglutinador a promoção de uma formação acadêmica, científica e profissional de nível superior comprometida com a consolidação da democracia e o ethos republicano. No geral, o Campo foi alavancado pelo reconhecimento da dimensão pública da gestão como fator crucial em nossas sociedades e pelo crescimento do interesse na ampliação da esfera pública e na possibilidade de enfrentar os desafios do processo de democratização. Ele se define como:

Campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometido com a consolidação democrática. Tem como objetivo formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais e promover processos que contribuam para o fortalecimento da esfera pública, a qualificação e melhoria da ação governamental e a intensificação e ampliação das formas de participação da sociedade civil na condução dos assuntos públicos. Compreende tanto as ações de governo quanto as de outros agentes públicos não governamentais, sobretudo as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. (CARTA DE BRASÍLIA, abril, 2013).

Ao longo dos últimos quinze anos, os atores desse Campo têm se organizado e, como fruto desse processo, conquistado legitimidade institucional e força política. Exemplos disso foram a aprovação das DCNs próprias de Administração Pública em janeiro de 2014 (Resolução CNE/CES 1/2014, publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 14 de janeiro de

2014 – Seção 1 – pp. 17-18); a criação da ANEPCP – Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, em março de 2015 e a legitimação da profissão específica de Administrador Público, com formação universitária, diferente da do “administrador” de forma geral ou do “administrador de empresas”. Na citada Resolução, a carga horária mínima do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado (que abrange as denominações de Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Gestão de Políticas Públicas), é de 3.000 horas, nos termos da Resolução CNE/CES no 2, de 2007.

O Curso de Gestão Pública e Social da UFSB, participa do ideário próprio do Campo de Públicas e se insere naturalmente em seu âmbito, reforçando, dessa forma, o compromisso com o território que já é próprio da UFSB, assim como, mais no geral, o compromisso com os valores e as práticas democráticas e os esforços necessários para formarmos as competências e habilidades necessárias à sua manutenção. Em que pese este Curso de Gestão Pública e Social tenha seu foco sobre o local/regional, não poderia perder de vista a perspectiva global relacionada às práticas e teorias de gestão democrática e governança pública mundial, da economia internacional, do desenvolvimento sustentável e suas críticas, da construção do bem viver no planeta. As questões que afetarem a esfera pública e a produção do bem público no mundo e o Brasil estarão sempre no escopo dos interesses e das ações do curso.

## **6.2 Demanda por formação em Gestão Pública e Social articulada à realidade social**

Não há oferta de outros Cursos de Bacharelado do Campo de Públicas, na **modalidade presencial**, no local (município), nem mesmo por instituições particulares. Também, não há oferta de outros cursos de Gestão Pública presenciais na região, visto que as únicas **04 localizam-se na região metropolitana de Salvador (UFBA, UFRB, UNIJORGE e UNINASSAU)**. Na região Sul, existem apenas cursos presenciais tradicionais de Ciências Contábeis e de Administração, em faculdades e universidades públicas e privadas. **Na modalidade EAD, em todo o Estado, registram-se 14 cursos de bacharelado ofertados em Gestão Pública e 01 de tecnólogo, todos eles em instituições privadas.** Já com relação ao curso de “Gestão Social” não é encontrada qualquer oferta na Bahia, seja presencial ou EAD.

<b>Bacharelado em Gestão Pública presencial</b>	1 - UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 2 - UFRB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA 3 - UNIJORGE - CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO 4 - UNINASSAU - FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU
<b>Bacharelado em Gestão Pública EAD</b>	1 - ANHANGUERA - UNIDERP (EAD) 2 - CEUCLAR (EAD) 3 - ESTÁCIO - UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ (EAD) 4 - UCDB (EAD) 5 - ULBRA (EAD) 6 - UMESP - METODISTA (EAD) 7 - UNIASSELVI (EAD) 8 - UNICESUMAR (EAD) 9 - UNIFACS (EAD) 10 - UNINTER (EAD) 11 - UNIP (EAD) 12 - UNISUL (EAD) 13 - UNIVERSO (EAD) 14 - UNOPAR (EAD)
<b>Tecnólogo em Gestão Pública</b>	1 - FTC - FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS

FONTE: <http://www.bahiavestibular.com.br>

### 6.3 Evolução da administração Pública e Princípios Orientadores da Formação

As escolhas político-pedagógicas do Bacharelado em Gestão Pública e Social da UFSB são correlacionadas e dialogam com as tendências que influenciaram os rumos da Administração Pública nos últimos 50 anos e que determinam as condições de formação para os futuros gestores públicos e sociais.

A partir da segunda metade do século passado e, com maior evidência, durante as décadas de 80 e 90, uma série concomitante de fatores de nível nacional e internacional, vem mudando profundamente as formas e processos que resultam no que denominamos normalmente de “governo”, sendo este não mais a sequência linear de decisões e ações de um sujeito unitário (o “Público” enquanto Estado e Governo) e sim o produto da interação não linear entre múltiplos atores (agentes governamentais, empresariais e dos mais diversos setores da sociedade civil), onde a divisão tradicional dos papéis se redefine e os componentes técnicos e políticos resultam constantemente entrelaçados e difíceis de se distinguir. A própria terminologia usada para se referir aos processos de governo, manifesta

estas evoluções através da aparição de conceitos como os de governança, gestão pública e gestão social, no lugar da tradicional univocidade do conceito de Administração Pública.

Na visão tradicional, este último nos remete à existência de um conjunto de técnicas eficazes e eficientes, de cuja aplicação depende o funcionamento da máquina do Estado. Nesta visão os administradores públicos, enquanto corpo de burocratas especificamente formado para o manuseio dessas técnicas, são os sujeitos incumbidos do bom funcionamento da máquina, sendo responsabilidade dos políticos a escolha das direções, dos destinos futuros, e a identificação do que será considerado “bem público”. A presumida, drástica separação entre as funções técnica e política é um dos pilares fundadores desta visão.

No entanto, as últimas décadas do século XX, se caracterizam pela profunda rearticulação e redefinição de papéis entre organizações do estado, do mercado e da sociedade civil, pelo que diz respeito ao funcionamento dos processos de governo. O próprio conceito de governança, inicialmente oriundo do contexto empresarial, acaba se firmando como descritor de processos de interações múltiplas entre sujeitos públicos e privados, processos os quais resultam, eventualmente e dependendo de específicas capacidades de orientação, em efeitos compatíveis com o conceito tradicional de governo.

Estas rearticulações teóricas e práticas redesenham o campo da Administração Pública. Nele, o que era o tradicional monopólio do Estado referente à produção do bem público, torna-se contrastante com a própria observação da realidade, assim como a retórica da rígida separação entre técnica e política. A emergência dos conceitos de Gestão Pública e Gestão Social, responde e atende às necessidades de maior complexidade teórico-prática que a realidade do governo contemporâneo nos impõe, especificamente em termos de formação dos futuros gestores e acadêmicos que contribuirão para analisar e pesquisar demandas dinâmicas e problemáticas insurgentes, e agir para enfrentá-las.

Contudo, se as tendências assinaladas acima são de cunho global, ainda precisamos detectar e levantar com cuidado como elas se entrelaçam com as características das esferas do governo e da ação pública em um contexto específico qual o nordeste brasileiro. Esse projeto de curso, que pretende ficar atento às mais avançadas tendências contemporâneas, não poderia deixar de analisar, com igual atenção, as heranças deixadas em nosso contexto por séculos de exploração e proposital produção de dependência. As marcas de uma cultura política pré-moderna, já fáceis de se identificar no Brasil inteiro, alcançam no Nordeste, e nos

interiores de forma mais forte ainda, um grande impacto e o poder de dificultar os processos de inovação também existentes.

Destacamos o compromisso para a reintegração de uma visão ética e de um ethos democrático em todo e qualquer componente formativo, cientes que a ação do Gestor Público e Social é sempre impregnada de valor político, mesmo que seja prevalentemente técnica em momentos específicos.

Assim, um curso nesta área e em nossa região é urgente e oportuno; ele fundamenta-se na interação entre teoria e prática, reflexão e intervenção, reconhecendo e valorizando a interação entre os diferentes saberes e os diferentes atores necessários à Gestão Pública, Social.

Sumarizando, o curso aqui apresentado alinha-se a partir de três elementos principais:

- a) Uma transformação estrutural no campo da produção da ação pública e de governo que pede inovação nos moldes formativos de profissionais e pesquisadores da área;
- b) Uma demanda percebida na esfera pública da região do Sul da Bahia, de novos administradores/gestores capazes de atender às novas exigências de eficácia /eficiência/justiça social;
- c) A consciência de que o campo da ação pública é crucial para alcançar um processo de transformação regional que seja autônomo e pautado na valorização do potencial local, em estreita articulação com o debate nacional e global. Este elemento faz parte do compromisso da recém-criada Universidade Federal do Sul da Bahia.

Diante do que afirmamos acima, podemos enuclear os princípios orientadores da formação do Curso em GPS:

- I. Compromisso com a consolidação do ethos republicano, responsabilidade pela coisa pública entendida como Comum e defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado, características essas incompatíveis com qualquer forma

de racismo e machismo estruturais assim como com a discriminação devida à orientação sexual, capacitismo, escolhas religiosas, etc...;

- II. Inter e transdisciplinaridade na formação (ensino, pesquisa e extensão) voltada à investigação e atuação profissional relacionada ao Estado, Governo, Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Social, Gestão Pública e Gestão de Políticas Públicas, que promova a integração entre temas, a intersecção com outros Cursos e a orientação constante para a solução de problemas e a transição territorial em direção ao bem viver;
- III. Formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades que os possibilitem atuar como servidores públicos, políticos, administradores, consultores, gestores sociais ou gestores públicos na administração pública estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas;
- IV. Promoção de ações e garantia de conteúdos ligados à perspectiva histórica, social e contextualizada da área Pública, compromisso com os valores públicos e desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural;
- V. Articulação dos conhecimentos da área Pública à realidade político-social, aos conhecimentos comunitários e tradicionais e demandas locais da região do sul da Bahia, onde se insere institucional, geográfica e socialmente a Universidade;
- VI. Compromisso com a relevância social, ressonância regional e valorização das múltiplas articulações inter/intra Estado e sociedade no território.

## 7 PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) compreende o ensino superior como tarefa civilizadora e emancipatória, a um só tempo formadora e transformadora do ser humano. Concebida para atender às exigências educacionais do mundo contemporâneo, bem como às especificidades culturais, sociais, artísticas e econômicas da Região Sul do Estado da Bahia, sem negligenciar o desenvolvimento nacional e planetário. Anima esta Universidade a possibilidade de recriação da educação pública brasileira como vetor de integração social e como fator de promoção da condição humana, aspectos pouco valorizados no modelo educacional vigente.

A UFSB anuncia sua razão de ser, alicerçada na solidariedade e no compartilhamento de conhecimentos, habilidades, desejos, impasses e utopias que, em suma, constituem a riqueza imaterial que chamamos de saberes ou espírito de uma época. Nessa perspectiva, pauta-se nos seguintes princípios político-institucionais: eficiência acadêmica, com uso otimizado de recursos públicos; compromisso inegociável com a sustentabilidade; ampliação do acesso à educação como forma de desenvolvimento social da região; flexibilidade e criatividade pedagógica, com diversidade metodológica e de áreas de formação; interface sistêmica com a Educação Básica; articulação interinstitucional na oferta de educação superior pública na região e promoção da mobilidade nacional e internacional de sua comunidade.

A matriz político-pedagógica funda-se em três aspectos: regime curricular quadrimestral, buscando otimização de infraestrutura e de recursos pedagógicos; arquitetura curricular organizada em ciclos de formação, com modularidade progressiva e certificações independentes a cada ciclo; combinação de pluralismo pedagógico e uso intensivo de recursos tecnológicos de informação e comunicação. Com relação ao regime de ciclos, cabe salientar que, depois de 5 anos de implantação da UFSB, decidiu-se experimentar também a entrada direta em alguns cursos profissionalizantes, na busca de um diálogo mais direto com os anseios e as demandas do território. Essa escolha não pretende prejudicar os pilares fundamentais da formação, humanista e humanizadora, crítica, interdisciplinar e interepistêmica própria do projeto da UFSB.

A UFSB funciona em regime letivo quadrimestral (três quadrimestres por ano) com períodos letivos de 72 dias, totalizando 216 dias letivos a cada ano. Este regime inclui os dias

de sábado para atividades de orientação e avaliação, com horários concentrados em turnos específicos e oferta de atividades e programas à noite.

O calendário anual da UFSB é estruturado da seguinte forma:

Quadrimestre	Duração	Período
Primeiro	72 dias	Fevereiro - março - abril – maio
Recesso	21 dias	Fim de maio
Segundo	72 dias	Junho - julho - agosto - setembro
Recesso	21 dias	Meados de setembro
Terceiro	72 dias	Setembro - outubro - novembro - dezembro
Férias	45 dias	Natal e janeiro (integral)

Tabela 4 - Modelo do Calendário Acadêmico Anual

### 7.1 Políticas institucionais no âmbito do curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Social orienta-se a partir dos princípios e valores presentes no Plano Orientador da UFSB. Tomando como referência tais diretrizes, se articula com o modelo de arquitetura curricular por ciclos e valoriza a formação interdisciplinar, permitindo a entrada de egressos dos distintos BIs e Lis que compõem um primeiro ciclo de formação.

Ao mesmo tempo viabiliza a entrada direta de estudantes que não possam ou queiram se sustentar por um tempo mais longo em sua formação superior e que escolham portanto a obtenção de apenas um (Bacharel em GPS) ao invés de dois diplomas (Bacharel ou Licenciatura em uma área de conhecimento, mais Bacharel em GPS). O curso compartilha o modelo pedagógico da UFSB nos processos de ensino-aprendizagem, valorizando a autonomia dos estudantes, observando a necessidades de inclusão dos diversos públicos, o desenvolvimento de habilidades de trabalho em equipe e reconhecendo as problemáticas e demandas do território no qual se insere, como espaços de formação e atuação dos futuros gestores. Finalmente, o curso adota a política de cotas da UFSB, cumprindo com seu papel e responsabilidade social como instituição pública de ensino superior.

### ***7.1.1 Permanência acadêmica e assistência estudantil***

As ações afirmativas, na UFSB, buscam democratizar o acesso ao ensino superior através da inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas, com 75% de reserva de vagas (cotas) para os que ingressarem através do SISU e 85% dos que o fazem através dos Colégios Universitários (CUNI)<sup>7</sup>. Ademais, os estudantes da UFSB em situação de vulnerabilidade socioeconômica podem contar com uma Política de Assistência Estudantil, que visa a permanência acadêmica e a formação superior com qualidade. Essas ações buscam minimizar as desigualdades sociais, contribuir para a permanência, evitar a retenção e promover a diplomação, e são regidas pela PROAF (Proreitoria de Ações Afirmativas). Nesse intuito, além das vagas para estudantes de escolas públicas previstas na Lei de Cotas<sup>8</sup>, ainda busca-se fomentar o ingresso de estudantes indígenas, quilombolas, ciganos, travestis, transexuais e transgêneros, por meio de vagas supranumerárias, para que eles possam ter suas trajetórias de vida marcadas pela inclusão no ensino superior.

A igualdade de oportunidades é um objetivo específico do Programa de Apoio à Permanência, que oferta bolsas e auxílios para os estudantes de graduação com renda familiar bruta per capita de até 1 salário mínimo. Ainda, com os recursos oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto Federal nº. 7.234/2010) ofertam-se auxílios, tais como: de alimentação; de transporte; de moradia; auxílio creche e auxílio eventos. Com relação às bolsas listamos as Bolsa de Apoio à Permanência e Bolsa de Monitoria Inclusiva (que visa suportar alunos com deficiência). Através desse rol de bolsas e auxílios espera-se contribuir para a permanência e o sucesso na trajetória acadêmica de nosso corpo discente e cumprir com a missão da UFSB, de inclusão social e desenvolvimento territorial.

### ***7.1.2 Incentivo à pesquisa criação e inovação***

A UFSB interpreta o objetivo de iniciação científica através do Programa de Iniciação à Pesquisa, Criação e Inovação (PIPCI).

---

<sup>7</sup> A UFSB gerencia uma entrada via CUNIs por edital próprio

<sup>8</sup> Lei 12.711/2012, alterada pela Lei 13.409/2016.

O PIPCI oferecerá bolsas destinadas a estudantes de cursos de graduação (Primeiro e Segundo Ciclos) nas modalidades Iniciação Científica (IC) e Iniciação Tecnológica e Inovação (ITI) nas diferentes áreas do conhecimento acadêmico. São objetivos do Programa: I. Despertar a vocação científica e criativa nos estudantes de graduação; II. Contribuir para a formação de pessoas e para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, criação e inovação; III. Proporcionar ao/à estudante orientado/a a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o pensamento científico e a criatividade, decorrentes das condições criadas pela experimentação direta dos problemas de pesquisa, criação e inovação, incluindo suas dimensões éticas e humanísticas; IV. Possibilitar maior integração entre os níveis de formação da graduação e da pós-graduação, identificando talentos e qualificando estudantes para os programas de pós-graduação, reduzindo o tempo médio de permanência dos mesmos na pós-graduação; V. Estimular docentes a envolverem estudantes de graduação em projetos com atividades científicas e tecnológicas, em diferentes áreas de atuação acadêmica, de maneira a ampliar o acesso e a integração dos mesmos à cultura da ciência e do desenvolvimento tecnológico; VI. Incentivar a eficiência e produção acadêmica da UFSB através da interação com instituições parceiras nas escalas local, regional, nacional e internacional.

Listamos a seguir os grupos/núcleos/Laboratórios de pesquisa atualmente vinculados aos docentes do BGPS sem prejuízo de outros que possam vir a surgir no futuro.

- Paidéia, Laboratório transdisciplinar de pesquisa sobre Metodologias Integrativas para Educação e a Gestão Social. Coordenado pela prof<sup>a</sup> Valéria Giannella.
- Grupo de Estudos e Pesquisas em Desigualdades e Efetividades de Políticas Públicas para Direitos Sociais (Gepedese)/UFSB/CNPq. Coordenadora, prof<sup>a</sup> Carol Bessa.
- Grupo Pluralismos Jurídicos e Usos emancipatórios do Direito. Coordenadora prof<sup>a</sup> Maria do Carmo Rebouças.
- Grupo de pesquisa: Comunidades e(m) autonomia no Sul da Bahia. Coordenador, prof Spensy Pimentel.
- Grupo de pesquisa: Estudos Interdisciplinares sobre Subjetividade, Relações de Poder e Violência. Coordenador, prof. Rafael Patiño
- Grupo Saúde Coletiva, Epistemologias do Sul e Interculturalidades, coordenadora, prof<sup>a</sup> Raquel Siqueira
- Grupo de Pesquisa Pensamento Negro Contemporâneo, coordenador, prof. Richard Santos.

- Núcleo de Antropologia da Política, coordenadores, profs. Marcos Otávio Bezerra e Moacir Palmeira (Museu Nacional, UFRJ). Integrante local, Profª Ana carneiro
- Núcleo de Antropologia Simétrica, coordenadores Marcio Goldman e E. Viveiros de Castro. (Museu Nacional, UFRJ). Integrante local, Profª Ana carneiro
- Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental - NUPEEA - coordenadora, profª Alessandra Buonavoglia.
- Grupo de pesquisa Tecnologias Aplicadas à Solução de Conflitos (TaSC) UFSB/CNPq, coordenado pelo prof. Danilo Christiano Antunes Meira.

### ***7.1.3 Vocação extensionista - co-produzindo saberes e ação***

Na UFSB, a extensão universitária é promovida pelas unidades acadêmicas com apoio e gestão da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEX). Em 2019, a UFSB publicou a Resolução 24/2019, aprovada pelo CONSUNI e pela Câmara Técnica de Extensão, que normatiza as atividades de extensão na instituição, e um Informe de creditação de extensão em fevereiro de 2020, que são observados e acompanhados em sua evolução no presente PPC. O Informe “Creditação da extensão” (Fevereiro/2020) da Coordenação de Extensão Diretoria de Sustentabilidade e Integração Social, da então Pró-Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social (PROSIS), também embasa o presente tópico.

A partir do compromisso originário com seu território de referência, a UFSB vislumbra a atividade de extensão enquanto um dos pilares de sua própria ação. No entanto, a nossa instituição busca ultrapassar a visão de extensão como ação que leva o saber (universitário, enquanto único saber válido) para contextos e atores carentes dele. Diferentemente, entendemos a extensão como prática interdisciplinar pautada na interação dialógica que fomenta a escuta, o encontro e a construção de conhecimento a partir da interação sistemática entre Universidade e atores do território, em seus múltiplos contextos e formas organizacionais, e a partir do respeito e valorização dos seus saberes.

Este PPC assume, desde já, a necessária adequação aos requisitos exigidos pela Estratégia 12.7, da Meta 12, do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), sob a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e a Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que determinam a inclusão do mínimo de 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação (e caso haja interesse, para a pós-graduação) na forma de programas e projetos de extensão universitária. Nesta base, este PPC concebe as ações extensionistas integradas e formando parte imprescindível dos processos de ensino e

pesquisa; fomentam a aprendizagem ampliada e significativa para todos os sujeitos nelas envolvidos (discentes, docentes, técnicos, gestores, atores externos), enquanto promovem transformação social e melhor compreensão das dinâmicas locais e regionais onde as mesmas se inserem. Portanto, a inserção curricular da extensão enseja a possibilidade de uma importante mudança/adequação na concepção da sempre afirmada indissociabilidade com as atividades de ensino e pesquisa, promovendo produção de conhecimento relevantes e pertinentes porque fortemente ancorados nas práticas territoriais e nos processos de construção/solução coletiva e interdisciplinar de problemas, sempre em intensa interação com sujeitos, atores e comunidades interessadas.

Fundamentado nessa compreensão o presente PPC resolve criar um Programa Permanente de Extensão (PPE) que funcione como guarda-chuva conceitual e pragmático para nuclear o conjunto de projetos e ações extensionistas relacionado ao Curso, assim como para os dispositivos pedagógicos concretamente implantados para fins de operacionalização da integração com as atividades de ensino e pesquisa (Oficinas Temáticas, descritas abaixo e num tópico seguinte). Essa decisão representa e concretiza o valor primordial da atividade extensionista permanente dentro do BGPS, contrasta a tradicional visão da extensão como atividade pontual, facultativa, subordinada e desvalorizada em relação ao ensino e à pesquisa e corrobora uma visão do processo formativo integral como vai e vem constante, fértil e gerador entre prática, teoria e prática.

De acordo com a Resolução 24/2019 o Programa Permanente de Extensão do BGPS se configura como programa setorial de iniciativa de Unidades Universitárias da UFSB (nesse caso, o BGPS). Ainda acompanhando dita Resolução, o Programa Permanente será coordenado por um/a docente do curso; tal coordenador/a poderá também exercer coordenação de projetos ou ações vinculadas ao Programa. Além do/a coordenador/a poderá ser designado/a um/a coordenador/a adjunto/a. O PPE não tem prazo limite para sua finalização, mas será avaliado anualmente, pelas instâncias internas no Curso, a fim de se articular ao planejamento anual curricular. Além disso, será avaliado bienalmente pela Câmara de Técnica de Extensão. Considerado o caráter estruturante do PPE dentro do BGPS, a coordenação dele terá assento no Colegiado do curso.

O objetivo do **Programa Permanente de Extensão do BGPS** é de se tornar um eixo estruturante das atividades do Curso, abrigando projetos e ações capazes de tratar problemas territoriais em diálogo e colaboração com os atores envolvidos e promovendo

processos formativos enraizados na realidade territorial e capazes de alimentar processos de ensino e pesquisa significativos, pertinentes e relevantes em escala local, regional e global.

Além de projetos, cursos e eventos extensionistas de responsabilidade de docentes do Curso, o Programa Permanente de Extensão abrigará um dispositivo pedagógico de grande importância dentro da Matriz Curricular do BGPS: as **Oficinas Temáticas** (OTs). Elas têm, constitutivamente, o propósito de materializar a interseção e integração entre extensão, ensino e pesquisa, propósito a princípio preexistente, mas nem sempre realizado e que a normativa acima citada normatiza e fomenta. Às OTs está atribuída a principal responsabilidade com relação à inserção curricular das atividades de extensão dentro do BGPS; a carga horária delas perfaz duzentas e quarenta (240) horas das trezentas e trinta (330) necessárias para alcançar o 10% exigido pela regulamentação citada acima. O restante da CH necessária (noventa horas) deverá ser atrelado a componentes curriculares ou atividades realizadas no 1º ciclo de estudo e validado pelo Colegiado como pertinentes ao escopo do BGPS. No caso de estudantes ingressados diretamente no BGPS, as 90 horas de atividades extensionistas devem se vincular à etapa da Formação Preliminar, e deverão ser validadas pelo colegiado do curso. Com relação a esse ponto é importante destacar que a regulamentação para creditação da extensão na UFSB, ainda não consolidada, será automaticamente assumida e implementada por esse PPC quando definida pelas instâncias normativas da nossa instituição<sup>9</sup>. De todo modo, através Programa Permanente de Extensão em GPS e das Oficinas Temáticas, o presente PPC já se antecipa na construção de um sólido arcabouço para a inserção curricular e a creditação da extensão e estará pronto para acolher a regulamentação específica, uma vez que essa for aprovada.

Por fim salientamos que o funcionamento detalhado das Oficinas Temáticas, sua inserção na Matriz Curricular do Curso e as formas para o seu gerenciamento administrativo serão detalhadas no tópico Dispositivos Pedagógicos (12.1., p. 66). Como toda atividade extensionista dentro da UFSB, o Programa Permanente de Extensão e as Oficinas emáticas serão formalizadas através de registro eletrônico no SIGAA e terão seu trâmite acompanhado pela Coordenação de Extensão da UFSB.

---

<sup>9</sup> Se veja a entrevista à prof<sup>a</sup> Alessandra Simões, coordenadora de Planejamento e Gestão da Extensão

<https://www.ufsb.edu.br/extensao/noticias/2655-os-rumos-da-curricularizacao-creditacao-da-extensao-na-ufsb>

#### ***7.1.4 Mobilidade nacional e internacional***

A Mobilidade Estudantil Nacional e Internacional é parte dos objetivos da UFSB, assumido integralmente pelo presente PPC com vistas à: proporcionar abertura à diversidade cultural; fomentar o compartilhamento de saberes, conhecimentos, técnicas, pesquisas e experiências; contribuir para o desenvolvimento de ações institucionais conjuntas e convergentes com os princípios que norteiam o Estatuto e Carta de Fundação da instituição; cultivar a paz, a solidariedade e cooperação entre povos, nações, instituições e culturas.

Em nível nacional, a mobilidade baseia-se na reciprocidade entre Instituições Federais de Ensino Superior promovendo essa prática para discentes de graduação. Editais específicos de mobilidade nacional detalharão os critérios específicos para se candidatar.

Será possível realizar o intercâmbio discente de graduação, de caráter internacional, com apoio da Assessoria de Relações Internacionais (ARI). A UFSB propõe um processo de internacionalização que trate em amplitude as experiências internacionais e que valorize os seus potenciais de transformação individual, social, político, ambiental, acadêmico e econômico, a ser desenvolvido pela comunidade universitária compreendida em todas as dimensões do Artigo 6 do seu Estatuto e que cumpra com os fins citados acima. A ARI seleciona e orienta alunos da UFSB para participar de programas de intercâmbio; articula e formaliza acordos de cooperação internacional; executa políticas de intercâmbio internacional do governo federal; bem como recebe e acompanha alunos estrangeiros na UFSB.

#### ***7.1.5 Integração entre graduação e pós-graduação***

A presença na UFSB de diversos cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado possibilita vislumbrar a integração entre esses diversos estágios de formação acadêmica para os discentes do BGPS. Ressalta-se, especialmente, o papel das Oficinas Temáticas (p. 50-51) enquanto dispositivos de ensino-aprendizagem voltados a fomentar a integração prática-teoria-prática e nas quais será amplamente promovida a participação e contribuição de estudantes pós-graduandos. Esse contexto se constituirá, portanto, em um espaço de convivência significativo para pesquisadores de maturidade diferente os quais poderão, contudo, aproveitar processos de aprendizagem entre pares e importantes

oportunidades de troca e crescimento. Também destacamos a possibilidade de que os estudantes do BGPS possam interagir com os colegas pós-graduandos nas atividades de estágio desses últimos e, ainda, cursando Componentes Curriculares de terceiro ciclo como alunos especiais, caso existam os requisitos de aproveitabilidade regulamentados pela UFSB. Coerentemente com a vontade de formar gestores aptos a focalizar os mais diversos âmbitos de ação destacamos como potencialmente coerentes ao perfil do egresso do BGPS os seguintes Programas:

- Programa de Pós-Graduação em Biossistemas (PPGBiossistemas) - Mestrado e Doutorado
- Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais (PPGCTA) - Mestrado
- Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) - Mestrado
- Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES) - Mestrado e Doutorado
- Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família (PROFSAÚDE) - Mestrado
- Especialização em Dramaturgias Expandidas do Corpo e dos Saberes Populares (EDramaturgias)
- Especialização em Engenharia Ambiental e Urbana (PPGEAU)
- Especialização em Pedagogia das Artes (EPARTES)
- Especialização em Saúde Coletiva (PPG-ESC)
- Pós Graduação em Agroecologia e Educação do Campo (PGAEC)

O quadro completo de programas de pós-graduação ofertados pela UFSB encontra-se no link: <https://ufsb.edu.br/ensino/pos-graduacao>

## 8 MISSÃO DO CURSO

O Bacharelado em Gestão Pública e Social na UFSB pretende se constituir como um novo espaço de formação profissional no Sul da Bahia, confirmando o projeto político-pedagógico da UFSB que tem entre seus princípios o compromisso com a relevância social, ressonância regional e valorização das múltiplas articulações entre Estado e sociedade no território.

Neste sentido, o Curso de Gestão Pública e Social vem preencher uma lacuna já identificada na região, uma vez que as práticas tradicionais de administração e gestão pública parecem não dar conta da complexidade dos desafios de desenvolvimento sustentável deste território e ainda que a maior parte das diferentes instituições de ensino presentes no Sul da Bahia não oferecem esta formação profissional.

Destacamos, ainda, que o presente Curso se constitui como um coerente desfecho, em termos formativos, da investida em formação cidadã, comprometida com uma visão democrática e participativa do conceito de governo, que a UFSB como um todo e o Bacharelado de Humanidades em particular, realizam, desde sempre. Sem esse desfecho profissionalizante tal investida correria o risco de ficar menos efetiva e sem as necessárias reverberações no território.

Diante disso a missão do Curso é **contribuir com a formação de sujeitos críticos e participativos dotados de conhecimentos, competências, habilidades e atitudes necessárias para serem atuantes no Campo de Públicas, conscientes de sua responsabilidade ética e capazes de trabalhar decisivamente na promoção do bem público e do bem viver, nas suas mais diversas dimensões e escalas.**

## 9 OBJETIVOS

### 9.1 Objetivo geral

- Contribuir com a construção e promoção do bem público de forma democrática, dialógica e participativa, local e globalmente.

### 9.2 Objetivos específicos

- Contribuir para aprimorar o sistema de gestão pública e social na região Sul da Bahia, valorizando formas participativas e cidadãos de formulação de políticas públicas.
- Contribuir para o incremento e valorização dos múltiplos modos de auto-organização e gestão social na região.
- Promover os saberes locais, assim como a autonomia material e simbólica de comunidades extrativistas, indígenas, quilombolas e periféricas, valorizando a gestão territorial por parte de comunidades tradicionais do Sul da Bahia.
- Contribuir para uma formação profissional focada no fortalecimento da cidadania e da participação social, de redes e parcerias a partir da construção dialógica entre diferentes atores sociais, organizações e poder público.
- Valorizar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade no ensino, na pesquisa, na extensão e na prática da gestão pública e social. Valorizar igualmente a interprofissionalidade como uma via para o diálogo ampliado com cursos afins, em acordo com a proposta político-pedagógica da UFSB de reforçar o foco no território e no bem viver de suas comunidades.
- Fomentar atividades extensionistas de alto impacto social e territorial sempre interconectadas com as práticas de ensino e pesquisa e capazes de redefinir a concepção tradicional dessas últimas.
- Habilitar os estudantes na avaliação e formulação de políticas, programas e projetos públicos, bem como na análise e formulação de projetos associativos e /ou de gestão dos recursos comunitários.

- Identificar e analisar questões de interesse público na região, com foco na escuta das partes envolvidas, nos processos construção dialógica e deliberação coletiva e na co-produção das políticas públicas,
- Contribuir para a construção de formas autônomas de organização social e econômica no território, de modo a contribuir para uma perspectiva de desenvolvimento local que esteja em harmonia com os saberes, as temporalidades e os modos de produção das comunidades da região.
- Contribuir para a construção de redes colaborativas envolvendo docentes, estudantes, ativistas e comunidades com vista à pesquisa-ação em gestão pública e social, sempre em sintonia com as demandas verificadas no território.
- Contribuir para ampliar a percepção das comunidades locais relativamente aos seus direitos, ao justo reconhecimento de seus saberes e à participação equânime em processos de interesse público. Incentivar sua participação ativa na formulação das políticas públicas e na elaboração compartilhada de pesquisa e ações de desenvolvimento local.
- Contribuir para a formação de novos quadros profissionais no Sul da Bahia, no âmbito da gestão pública e social.
- Incentivar a iniciação científica e a pesquisa em gestão pública e social a partir da realidade local e em diálogo permanente com as atividades de ensino e aprendizagem.

## 10 REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

### 10.1 Aspectos Gerais

A atuação profissional dos bacharéis e tecnólogos formados dentro do campo de Públicas não é, atualmente, perfeitamente definida e enquadrada dentro de uma categoria específica criada pela legislação federal, ou seja, não existe um Código Brasileiro de Ocupação – CBO para Administrador Público, por exemplo. Parte-se, neste caso, da premissa de liberdade de filiação em categorias profissionais que melhor atendam às demandas do/a egresso/a do curso e da sua colocação profissional.

A criação das DCNs dos Cursos de Administração Pública, abre caminho para a regulamentação da Profissão de Administrador Público, inclusive permitindo a criação de Cargos no Serviço Público, específicos para Gestores Públicos ou Administradores Públicos. Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), edição do dia 17/11/2011, Súmula do Parecer CNE/CES no 266/2010, do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Superior (CES), do Ministério da Educação, que aprovou a criação de Diretrizes Curriculares (DCNs), para o Campo de Públicas, consistindo em cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social.

A profissão de Administrador Público, por exemplo, deve adequar-se às exigências legais das Diretrizes do Campo de Públicas, aprovado em 10/12/2010 pelo CNE/CES, conforme parecer 266/2010. O referido parecer foi homologado pelo Ministro da Educação, conforme despacho do dia 18 de dezembro de 2013, publicado no DOU em 19 de dezembro de 2013. Atualmente já é possível a contratação de Gestores Públicos por concurso em Prefeituras, Estados e Órgãos Federais, poder Legislativo, nas várias unidades federativas e do Judiciário, em todas suas instâncias. Com a regulamentação da profissão serão ampliadas as oportunidades para todos que se formarem nos cursos pertencentes ao Campo de Públicas.

A regulamentação da profissão, no entanto, não pode ficar sob a responsabilidade dos Conselhos Federais e Regionais de Administração, tendo em vista que os egressos do Campo de Públicas não são administradores. São na verdade administradores públicos, gestores públicos, gestores de políticas públicas e gestores sociais. No entanto, nada impede

que um egresso dos cursos de graduação do campo de públicas possa filiar-se aos conselhos de administração para atuar no setor privado.

## 10.2 Princípios orientadores da profissão

Os desafios a serem assumidos pelos gestores públicos e sociais nas suas atividades profissionais requerem, além de competências técnicas, habilidades comportamentais, tendo em vista a dinâmica dos processos no qual estarão envolvidos.

Destaca-se, sobretudo, a necessidade de uma formação político-cidadã, incluindo o profissional em uma dimensão cultural capaz de provocar mudança de atitudes diante dos desafios da contemporaneidade. O exercício da profissão desse novo administrador público e gestor social em nada se compara ao do burocrata isolado em seus gabinetes e envolto em procedimentos meramente técnicos ou de um gestor passivo diante das demandas e problemas sociais.

Os princípios que norteiam a profissão se afirmam na e para além da sala de aula. É do contato com o contexto local, das trocas de experiências e conhecimentos, da participação e criação de redes de comunicação e da observação crítica da realidade à sua volta, mediada pelas teorias, conceitos e metodologias, que emergirá um profissional capaz de interferir na realidade de forma propositiva, relevante e coerente com um ideário republicano e democrático. Portanto, a própria capacidade deste/a gestor/a de ir além dos aspectos técnicos e legais será o resultado palpável de uma formação voltada para as exigências do mundo contemporâneo, incluindo-se a dimensão política, pensada no seu sentido amplo de relativo à polis, como consciência de seu importante papel de impulsionador/a de mudanças.

Considerando que o locus próprio da sua atuação é a esfera pública ampliada, constitutivamente marcada por espaços de conflito político, onde questões administrativas e políticas se misturam, é necessário que esses profissionais tenham competências técnicas, mas também políticas (perfil técnico-político), além do constante compromisso com o ethos republicano e a postura ética.

Nesse sentido, são princípios fundamentais da profissão: uma formação generalista dentro de um campo multi/interdisciplinar chamado “Campo de Públicas”; habilidades de comunicação, liderança, resolução de conflitos; capacidade de inovação, adaptabilidade às

mudanças, visão sistêmica, capacidade crítica e analítica de fatos, contextos e conjunturas e responsabilidade social arraigada em noções de ética, compromisso com o serviço público e com a defesa e ampliação da democracia.

## **11 PERFIL DA/O EGRESSA/O**

O bacharel formado no Curso de Gestão Pública e Social da UFSB deverá ser capaz de compreender as questões humanas, relacionais, científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais que permeiam os campos da Gestão Pública e da Gestão Social, bem como de ser capaz de realizar o seu gerenciamento sistêmico.

Com isto, ele/a deve ser um/a profissional capaz de pensar e selecionar métodos e tecnologias apropriadas para a gestão de instituições governamentais e sociais em nível local, regional e global, atuando como sujeito eticamente comprometido e estrategicamente orientado à promoção de processos de empoderamento e desenvolvimento de pessoas, comunidades e coletividades, bem como elaborando e empreendendo programas, projetos e ações voltadas ao desenvolvimento socioterritorial.

### **11.1 Matriz de competências**

Nessa perspectiva, a figura de gestor/a público/social egressa do BGPS incluirá as seguintes competências e habilidades, em conformidade com o que vêm sendo realizado nos cursos do Campo de Públicas no Brasil, bem como o que sugerem as DCNs de Administração Pública:

- Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos gerenciais e operacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, reconhecendo os códigos e formatos pertinentes e adequados a cada contexto e às suas especificidades;

- Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- Atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e sociais e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- Desenvolver a capacidade de transferir conhecimentos produzidos ao longo do curso e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se um/a profissional adaptável;
- Elaborar, planejar, gerir e avaliar programas e projetos de intervenção voltados a enfrentar desigualdades e exclusão econômica e social em contextos sócio-territoriais locais e regionais;
- Elaborar diagnósticos, valendo-se do conhecimento, de instrumentos institucionais e tecnológicos e de recursos metodológicos produzidos em diversos campos do saber, integrando-os e articulando-os, de acordo com as características do contexto de intervenção;
- Sistematizar práticas de desenvolvimento e gestão pública e social, reconhecendo instrumentos, saberes e tecnologias sociais territorialmente ancorados
- Praticar a escuta ativa do território para colher suas características particulares e promover a gestão do desenvolvimento regional sustentável e o bem viver das comunidades da Região do Sul da Bahia (e de qualquer outro onde for atuar);
- Além das competências e habilidades citadas anteriormente, consideradas mais gerais, pretende-se desenvolver as seguintes competências e habilidades específicas:
- Ser capaz de analisar, interpretar e desenhar processos para o tratamento de temas-problemas de forma inter e transdisciplinar;
- Compreender as relações entre Estado, mercado e sociedade civil;
- Conhecer o funcionamento e se manter atualizado/a, acerca dos métodos e técnicas adotadas na gestão pública;

- Conhecer o funcionamento, os métodos e as técnicas adotadas na gestão de organizações da sociedade civil;
- Articular redes sociais;
- Gerir e coordenar de grupos, equipes de trabalho e coletivos em distintos âmbitos sociais e organizacionais;
- Analisar e avaliar políticas públicas e políticas sociais;
- Compreender a relação entre ciência e tecnologia, entre saberes científicos e tradicionais;
- Diferenciar tecnologia tradicional de tecnologia social;
- Selecionar e aplicar tecnologias sociais a contextos diversos (locais e regionais);
- Conhecer o marco legal do campo da gestão pública e social;
- Conhecer e saber aplicar estratégias diversas e solidárias de geração de trabalho e renda

## 11.2 Áreas de atuação

Quanto às áreas de atuação profissional, os egressos do curso de Gestão Pública e Social poderão encontrar variadas oportunidades de trabalho tanto no setor público quanto em organizações sem fins lucrativos e no setor privado. Podem trabalhar nos três poderes (executivo, legislativo, judiciário); nas três esferas (federal, estadual/distrital e municipal); em instâncias intermediárias da federação (regiões metropolitanas, regiões socioterritoriais, associações de municípios); em movimentos sociais; associações de classe e sindicatos; partidos políticos; organismos multilaterais; e Instituições de Ensino Superior e Pesquisa.

Podem atuar como: gestores em órgãos governamentais, empresas estatais, agências de regulação, organizações sem fins lucrativos, organismos internacionais, intergovernamentais e empresas privadas em setores que estabelecem relações com o governo ou executam ações de parceria público-privada e de responsabilidade corporativo social; assessores de conselhos setoriais em distintos níveis de governo, de comissões legislativas, associações, sindicatos e partidos políticos; analistas de políticas públicas em órgãos governamentais ou em organizações sem fins lucrativos; consultores em gestão de

políticas públicas em todas essas organizações; docentes e pesquisadores em Instituições de Ensino Superior e Institutos de pesquisa.

### **11.3 Juramento dos Concludentes**

Coaduna-se com o perfil da/o egressa/o explicitado acima, o juramento definido para os estudantes concluintes dos cursos do Campo de Públicas a ser feito na cerimônia de colação de grau. O Juramento descrito abaixo foi aprovado na primeira assembleia da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP) realizada no dia 02 de Dezembro, na Escola de Administração Fazendária (ESAF) em Brasília-DF e deverá ser utilizado pelos estudantes concludentes do Curso de Administração Pública e Gestão Social. Observa-se que a proposta sistematizada neste PPC assume plenamente os fundamentos éticos e técnico-políticos que encerram o referido juramento.

“Juro que, ao assumir qualquer cargo ou função a mim destinado pela sociedade (por meio de seus processos eleitorais ou meritórios de escolha democrática) ou ao empreender ou prestar serviços em entidades do terceiro setor, empregarei toda a minha capacidade e despenderei toda a energia de que disponho para contribuir para o bem-comum, para o atendimento do interesse coletivo e para o fortalecimento das instituições públicas, na busca do desenvolvimento político e socioeconômico sustentável. Juro não esquecer o meu zelo à res publica mesmo quando estiver atuando em atividades mantidas por interesses privados, meus ou de terceiros. Juro, ainda, me opor a todo tipo de ameaça ao bem-estar social, à justiça e ao correto uso dos recursos públicos, mobilizando tudo que estiver ao meu alcance para preservá-los e, assim, auxiliar a minha comunidade e a sociedade a galgar patamares civilizatórios e de felicidade que não pode atingir a não ser sob bons governos, boas administrações públicas e correta gestão das políticas públicas.”

## 12 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS E METODOLOGIA

Os princípios pedagógicos adotados pelo presente PPC se alinham com a abordagem própria da UFSB desde sua origem e que aqui sintetizamos:

O modelo pedagógico da UFSB valoriza as pedagogias ativas, retomadas criticamente, recuperando nos seus processos de ensino-aprendizagem conceitos e métodos das ecologias cognitivas contemporâneas e suas respectivas tecnologias de apoio. Tal modelo visa à formação plena e madura do estudante, não só para o mundo do trabalho ou para a profissionalização, mas sobretudo para a autoemancipação, a formação do cidadão crítico e consciente, comprometido com a promoção de equidade, ética e justiça na sociedade.

Em todos os aspectos deste modelo pedagógico, buscar-se-á a construção de ambientes universitários, compreendidos como locais motivadores de um processo ensino-aprendizagem orientado por uma dialética de escolhas e encontros. Os espaços acadêmicos são lugares de encontros de sujeitos, onde a escolha informada e consciente poderá operar como forma de inserção do estudante numa pedagogia da autonomia, protagonista da construção do seu próprio conhecimento.

Um modelo pedagógico centrado na escolha do estudante e na educação como condição de emancipação cidadã cria condições para que o estudante possa sempre escolher, sob tutoria, grande parte dos componentes curriculares, o ritmo e a intensidade de estudos, os lugares nos quais deseja estudar, preservando sempre a presença física nos encontros com seus professores e tutores. (UFSB, 2014. p. 59)

Essa abordagem descreve e qualifica especificamente o modelo pedagógico proposto para os primeiros ciclos, que visam explicitamente uma educação humanizadora, crítica e cidadã, ainda não preocupada com a dimensão profissionalizante, que, na proposta de formação por regime de ciclos, é deixada na responsabilidade dos segundos ciclos, esses sim, com vocação profissionalizante.

Portanto, neste PPC, ao nos inserirmos no marco epistemológico, teórico e metodológico vislumbrado pelo Plano Orientador da UFSB, pretendemos construir dispositivos de ensino-aprendizagem com objetivos profissionalizantes, mas sem nunca perder de vista o objetivo de formação de gestores públicos e sociais plenamente conscientes de sua responsabilidade e capazes de entender o quão crucial é sua função nos mais diversos contextos de produção do bem público que possam vir a atravessar.

Destacando a convergência entre princípios pedagógicos norteadores da formação praticados pela UFSB e a abordagem das Diretrizes Curriculares Nacionais do Campo de

Públicas, (DOU, 14/01/2014) ressaltam-se a seguir elementos que demonstram o diálogo afinado entre esses dois documentos referenciais para a concepção do presente curso.

- Garantia da multidisciplinaridade da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- Inter e transdisciplinaridade na formação (ensino, pesquisa e extensão) voltada à investigação e atuação profissional relacionada ao Estado, Governo, Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Social, Gestão Pública e Gestão de Políticas Públicas, que promova a integração entre temas e intersecção com outros Cursos;
- Consolidação do ethos democrático e republicano, concretizado na responsabilidade pela coisa pública e defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;
- Formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades que os capacitem para atuar como servidores públicos, políticos, administradores, consultores, gestores sociais ou gestores públicos na administração pública estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas;
- Promoção de ações e garantia de conteúdos ligados à perspectiva histórica, geográfica, social e contextualizada da área Pública, compromisso com os valores públicos e desenvolvimento regional e nacional, assim como com a redução das desigualdades, a promoção da acessibilidade e inclusão, o respeito às diferenças e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural;
- Articulação dos conhecimentos da área Pública à realidade político-social e às demandas locais da região Sul e Extremo Sul da Bahia, onde se insere institucional, geográfica e socialmente a Universidade;
- Compromisso com o impacto social, a ressonância regional e a valorização de articulações interinstitucionais no território.

Construir essa consciência e responsabilidade é parte da missão do Curso, e requerirá atenção e cuidado redobrados também em consideração do fato de que os estudantes do cursos não serão apenas egressos/as de primeiros ciclos da UFSB (com uma vivência já rica em termos de educação crítica e voltada à promoção da cidadania), e sim estudantes ingressantes diretamente no curso profissionalizante. Para que esses últimos possam consolidar a mesma vivência de uma educação crítica e cidadã se dispõe a integralização inicial do bloco de “Formação preliminar”, composto pelo conjunto da Formação Geral (FG) e do Eixo Propedêutico aos Estudos de Gestão (EP) e constitui o mínimo comum denominador que alinha a possível evolução e amadurecimento formativo de todo/a estudante.

Ao reconhecer o valor da automotivação na construção de percursos formativos significativos e relevantes, o PPC do curso de BGPS, coerentemente com o posicionamento da própria UFSB nesse sentido, busca permitir aos estudantes de desenhar o percurso formativo o mais próximo possível aos seus interesses e aptidões. Para tanto, depois das já citadas etapas da FG e do EP, o Curso propõe um Núcleo Comum de estudos de formação básica e, após isso, duas ênfases que reconhecem a especificidade de dois perfis distintos de gestor: um mais direcionado à atuação nas interfaces entre Estado e Sociedade (gestores sociais e comunitários), outro mais orientado à atuação em organismos governamentais (em sua grande variedade de posições) em todo caso reconhecendo a multiplicidade de contextos e temas/problemas que exigem a formação de gestores aptos/as a lidar com a complexidade com instrumentos teórico-metodológicos à altura dos desafios.

As duas ênfases constituem percursos distintos, respectivamente (1) Democracia e Sociedade e (2) Estado e Governança Pública. A escolha entre elas também não é obrigatória, assim que o estudante pode integralizar o próprio percurso escolhendo compor sua carga horária final de forma livre “pescando” CCs entre as duas ênfases, hipótese em que não constará nenhuma das ênfases em sua diplomação. No entanto, se optar por uma, não precisará cumprir com obrigаторiedades da outra.

Esse PPC também valoriza a possibilidade de que os ingressantes no BGPS tenham focos específicos de ação nos âmbitos temáticos de ciências ambientais, saúde e cultura/artes, além do amplo pertencimento ao campo das ciências sociais aplicadas. No entanto, a complexidade que enfrentamos constantemente desaconselha saídas apenas tecnicistas para os problemas em tela, sendo assim escolhida a opção de formação de um/a

gestor/a público/a ou social com sólida compreensão dos desafios epistemológicos, teóricos, técnicos e éticos envolvidos nos processos de produção do bem público e processos de governo/governança da atualidade que possa seguir aprofundando, eventualmente, aspectos mais eminentemente técnicos em constante evolução .

Voltado à promoção de aprendizagem significativa e contextualizada, esse PPC faz opção para o uso de metodologias ativas, aprendizagem baseada em problemas e em projetos; enfatiza e assume a necessidade de integração entre ensino, pesquisa e extensão e a constante interconexão entre prática e teoria, acolhendo como oportunidade as exigências de inserção curricular da extensão atualmente em curso de implementação. Dispositivos didático-pedagógicos que assumem e concretizam essa integração e interconexão sistemática são as “**Oficinas temáticas**” e o **Estágio obrigatório supervisionado** (Residência em Gestão Pública ou em Gestão Social).

## **12.1 Dispositivos pedagógicos**

### **12.1.1 Oficinas temáticas**

As “Oficinas temáticas” (OT) são atividades obrigatórias, com foco extensionista, que visam a aproximação dos estudantes com campos de práticas relevantes a partir do reconhecimento da função crucial que esse tipo de interação assume na formação de um/a gestor/a público/social na contemporaneidade. Como antecipado no tópico “Vocação extensionista - co-produzindo saberes e ação” (7.1.3, p. 49), as OTs são operadas no âmbito do Programa Permanente de Extensão (PPE) do BGPS o qual funciona como guarda-chuva conceitual e pragmático nucleador para o conjunto de projetos e ações extensionistas relacionado ao Curso, assim como para os dispositivos pedagógicos concretamente implantados para fins de operacionalização da integração com as atividades de ensino e pesquisa. As OTs têm, constitutivamente, o propósito de materializar a interseção e integração entre extensão, ensino e pesquisa, possibilitando também a inserção curricular da primeira. Nesse sentido as OTs são definidas como interfaces entre esses campos de ação e assumem a característica de dispositivos pedagógicos que permitem a realização de períodos/atividades de imersão em práticas, absolutamente necessários para a formação em gestão pública/social.

Em termos práticos, o dispositivo da OT permite a vinculação dos estudantes em projetos/ações de extensão cadastradas no âmbito do PPE, em um momento importante do seu percurso formativo, isto é, uma vez integralizado o Núcleo de Formação Comum e, portanto, dando a possibilidade de relacionar a escolha das OTs à ênfase que for escolhida naquela etapa do percurso. Também para o/a estudante que opte em não eleger uma ênfase, a participação nas OTs pode ajudar a explorar campos temáticos preferenciais.

Listamos abaixo as temáticas de alguns projetos/ações de extensão em curso, de realização na UFSB e/ou por entidades parceiras no território, que prefiguram exemplos de Oficinas Temáticas no âmbito do futuro Programa Permanente de Extensão do BGPS:

1. Laboratório permanente de Formação Livre em Gestão Social e metodologias integrativas;
2. Gestão Comunitária de Territórios Tradicionais e Agroecológicos;
3. Educação, Acesso a Direitos e Gestão Pública (Educação, Assistência Social, Saúde);
4. Economias Alternativas, Democracia Econômica e Políticas Públicas;
5. Gestão Pública e Saúde;
6. Gestão Pública e segurança pública;
7. Núcleo de extensão sobre Direitos Humanos;
8. Formação continuada em educação ambiental;
9. Laboratórios de diagnóstico participativo dos impactos do derramamento de óleo e da pandemia na segurança alimentar de comunidades pesqueiras e marisqueiras.

Em termos de fluxo acadêmico, teremos duas Oficinas Temáticas, uma no primeiro e uma no segundo dos três quadrimestres que compõem cada ênfase, deixando outro dispositivo pedagógico, o estágio obrigatório para o terceiro e último quadrimestre. Isso possibilita uma melhor articulação da prática desempenhada no conjunto desses dispositivos, com a produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ou seja, o desfecho do percurso formativo em nível de graduação.

No arcabouço do Programa permanente de Extensão do BGPS haverá, anualmente, um levantamento dos projetos/ações de extensão que poderão ser nucleados no Programa e

reconhecidos como Oficinas Temáticas e, portanto, acolher estudantes dos quadrimestres lembrados acima. Esse levantamento, e a conferência de que os projetos/ações em tela cumpram com as características necessárias para atender às necessidades pedagógicas do Curso, será realizado no âmbito do Programa Permanente, a partir de seu/sua coordenador/a juntamente com os/as docentes responsáveis por atividades extensionistas/OTs no curso, que deverão proceder a tal levantamento e orientar o corpo discente, bem como submeter o respectivo planejamento ao Colegiado do curso,. A carga horária de cada Oficina temática é de cento e vinte (120) horas, equivalentes a oito (08) créditos, perfazendo as duas Oficinas duzentas e quarenta (240) horas e dezesseis (16) créditos. Uma vez escolhida a Oficina Temática de seu interesse, o/a estudante seguirá esse percurso orientado/a pelo/a coordenador/a responsável do Projeto em questão.

Resumindo, as OTs se configuram como elemento fundamental da matriz curricular do BGPS, enquanto responsáveis pela integração entre extensão, ensino e pesquisa. Perfazendo duzentas e quarenta (240) horas e dezesseis (16) créditos elas cumprem só parcialmente a exigência de creditar o 10% da carga horária do curso através de atividade de extensão sendo que o BGPS exige três mil e trinta (3.030) horas para obtenção do diploma em Gestão Pública/Social. No entanto, cada estudante egresso de um 1º ciclo da UFSB terá a possibilidade de ver reconhecidas as restantes noventa (90) horas da carga horária global de atividade extensionista integralizada ao longo de seu 1º ciclo, sempre que seja reconhecida pelo Colegiado a pertinência delas ao campo da gestão pública e social. Para estudantes que ingressaram diretamente no BGPS, as noventa (90) horas a mais para atingir a cota do 10% da carga horária global do curso deverão ser integralizadas ao longo da etapa da Formação Preliminar aproveitando as oportunidades criadas pelas instâncias universitárias conforme a regulamentação ainda em definição.

Ainda cabe reforçar que, em termos de gestão administrativa, as Oficinas Temáticas são consideradas Atividades de Extensão Obrigatórias e não Componentes Curriculares. Isso devido ao fato de elas prefigurarem um trabalho de orientação por diversos docentes (tantos quanto o número das OTs), que será incluído no registro do Plano Permanente de Extensão do BGPS na aba relativa à Extensão do SIGAA.

### ***12.1.2 Estágio supervisionado***

Tratando de **Estágio supervisionado** cabe citar a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, conhecida como “Lei de Estágio”, complementada pela Resolução CNE/CES No 1, de 13 de Janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, a qual no seu Art. 6o, item IX, define que a “concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado” podem contemplar “diferentes formas e condições de realização” e no Art. 7o explicita “desde estágio propriamente dito até imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, com base em regulamento próprio de cada Instituição de Educação Superior”. No Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Gestão Social da UFSB, o Estágio Supervisionado é atividade curricular obrigatória e requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública ou Gestão Social. Será realizado em uma atividade de setenta e cinco (75 horas), no último quadrimestre da ênfase escolhida e definida como Residência em Gestão Pública ou em Gestão Social. No caso dos/as estudantes que não elegem uma ênfase o Estágio será realizado no último quadrimestre do Núcleo de Formação Específica (oitavo de um percurso ideal).

O conceito de Residência Social<sup>10</sup> (RS) tem integrado processos formativos de gestores públicos e sociais, e se caracteriza como uma prática de educação profissional que oferece mais vantagens para a formação integral do discente do que o estágio convencional, uma vez que estimula a construção de uma experiência singular com o campo de atuação, dando conta da sua complexidade e múltiplas referências. Nesse sentido, tanto como teoria quanto como prática, adequa-se ao perfil técnico-político do Gestor Público e Social que o curso pretende formar.

A Residência em Gestão Pública ou em Gestão Social tem como objetivo proporcionar a imersão do discente em um contexto de práticas oportunamente selecionado; isso pode incluir diferentes espaços institucionalizados ou não, organizações públicas, privadas ou da sociedade civil, para observação de processos de produção de atividade de gestão (de projetos, programas, políticas setoriais...) até experiências em territórios onde sejam observadas dinâmicas organizadas de produção do bem público; tais contextos são adequados enquanto possibilitem a observação analítico-avaliativa em contextos organizacionais de natureza pública ou privada sem fins lucrativos ou em

---

<sup>10</sup> Rosana de Freitas Boullosa, Mariana Leonesy da Silveira Barreto. A Residência Social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública. Disponível em: <https://www.rbspa.ufba.br/index.php/nausocial/article/viewFile/31088/18472>

organismos internacionais, visando ampliar os conhecimentos teóricos e práticos, valendo-se dos conhecimentos apreendidos durante o Curso, adquirindo novos e podendo oferecer contribuições significativas. O Estágio obrigatório supervisionado tem carga horária prevista de setenta e cinco (75) horas, equivalentes a cinco (05) créditos.

Em suma, no Curso de Gestão Pública e Gestão Social, o residente deve cumprir setenta e cinco (75) horas de imersão integral, sob a supervisão de um orientador/a (professor/a do Curso) e um/a tutor/a (no contexto da imersão). O/a estudante escolherá, dependendo da ênfase previamente selecionada ou de acordo com o desenho que está autonomamente construindo para o seu próprio percurso de aprendizagem (caso não tenha optado por uma ênfase), se o seu estágio se dará na forma de uma “Residência em Gestão Pública ou em Gestão Social”. Portanto, o conceito de Residência em GP ou GS é de mais um dispositivo pedagógico de integração entre prática e teoria através da aproximação de contextos de gestão relevantes para a formação do/a estudante. Cabe, com respeito ao Estágio Supervisionado, a mesma ressalva realizada acima com respeito às OTs, isto é ele é considerado Atividade curricular Obrigatória e não Componente Curricular, devido ao fato de ser realizado através de uma relação de orientação/supervisão entre discente e docente e tornando, portanto, inadequado o gerenciamento desse dispositivo via Sigaa. Vale lembrar que para que uma instituição receba estagiários da UFSB, haverá necessidade prévia de estipular um termo de compromisso entre a IFES e a instituição externa, detalhando as condições e respectivas responsabilidades de cada parte. Para levantar e acompanhar essa tarefa será identificado um/a docente como responsável geral da política de estágio do BGPS; essa função não implica em função de orientação dos estudantes estagiários.

### **12.1.3 Trabalho de conclusão de curso**

Finalmente, o curso visualiza duas modalidades de **Trabalho de Conclusão do Curso** (TCC), enquanto atividade obrigatória capaz de demonstrar a aquisição dos Conteúdos de Formação Profissional e, portanto, necessária para a obtenção do diploma em BGPS. São elas a **monografia** ou o **relatório de intervenção**. São objetivos da monografia: (i) desenvolver o espírito científico e o interesse pela pesquisa acadêmica; (ii) capacitar o/a estudante para coleta, análise e discussão de dados de pesquisa; (iii) propiciar a iniciação profissional em temática de seu interesse referente à Gestão Pública ou Gestão Social; e (iv)

estimular a análise que relacione experiências, iniciativas e ações no Campo de Públicas aos conhecimentos teóricos adquiridos, possibilitando maior assimilação das Componentes curriculares. São objetivos do projeto de pesquisa-intervenção: (i) desenvolver o espírito científico e o interesse pela pesquisa em campo em interação com sujeitos/organizações ativas no campo problemático em questão ; (ii) capacitar o/a estudante para estruturar colaborativamente percursos de ação voltados a tratar problemas públicos; coletar, analisar e discutir elementos necessários à implementação de tal percurso; (iii) propiciar a iniciação profissional em temática de seu interesse referente à Gestão Pública ou Gestão Social; e (iv) estimular, a partir do envolvimento em contextos de produção do bem público, uma maior assimilação dos Componentes Curriculares e mais profunda compreensão da natureza do Campo de Públicas.

O TCC, em suas duas modalidades, deve ser necessariamente orientado por um/a docente do Curso. O texto monográfico tem caráter teórico-analítico e pode se referir a um tema/problema do campo da gestão pública ou social, à análise de um fenômeno ou dinâmica referente a uma experiência pública e seus resultados, à verificação de tendências epistemológicas no Campo de Públicas, ou mesmo à interpretação de dimensão valorativa, organizacional ou tecnopolítica dos processos da gestão de políticas públicas. O projeto de pesquisa tem caráter mais pragmático e operacional, mesmo apresentando o necessário embasamento teórico e metodológico. A carga horária exigida para finalização do TCC é de cento e vinte (120) horas, divididas em sessenta (60) de Projeto e mais sessenta (60) de efetiva realização do trabalho. A carga horária especificada é equivalente a 8 créditos. Ao final, o aluno apresentará o texto monográfico ou relatório de intervenção, a ser avaliado por banca examinadora, conforme o regulamento do TCC a ser definido. O discente escolherá o/a docente orientador/a desde a etapa de redação de elaboração do projeto e seguirá a mesma orientação até a etapa de efetiva redação do Trabalho de Conclusão do Curso. Enquanto atividade orientada também o TCC não se constitui enquanto Componente Curricular.

Os Regulamentos de 1) Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, de 2) Cadastro e Funcionamento das Oficinas Temáticas e vinculação de estudantes em sua atuação e 3) do TCC, serão redigidos em momento posterior à aprovação do presente PPC.

## **12.2 O caráter interdisciplinar do curso**

O curso de Gestão Pública e Social é um bacharelado genuinamente interdisciplinar desde a sua formação mais abrangente, institucionalizada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. O seu conteúdo de formação básica, por exemplo, é articulado com conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia, tal como determinado pelas DCN's. De forma autônoma ou transversal, o presente PPC também contempla estudos da comunicação, antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais e os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação, à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação e à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros. São questões evidentes na leitura do tópico sobre a matriz curricular, a seguir exposto.

Para viabilizar efetivamente uma proposta de formação interdisciplinar e transdisciplinar, o corpo docente é marcado pela presença de professores e pesquisadores formado/ass e com experiência em muitas áreas do conhecimento, como Políticas Públicas do Território, Educação, Direito, Geografia, Antropologia Social, Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Psicologia, Comunicação e Jornalismo, Saúde Coletiva, Artes da Cena e outras que contribuirão para a formação de egressos dotados das competências e habilidades demandadas pelo Campo de Públicas, especialmente no território da Universidade.

### **12.3 Incentivo e ética na pesquisa**

As competências e habilidades desejáveis para os egressos do campo de Públicas pressupõem implicitamente a instrumentalização de técnicas específicas de pesquisa. Por essa razão, o Projeto Político Pedagógico do curso de Gestão Pública e Social estimula a prática da pesquisa durante todo o percurso formativo dos discentes.

De um lado, o curso se insere no âmbito de incidência das políticas institucionais de distribuição de bolsas de iniciação científica. Essas bolsas, regulamentadas por editais específicos, são direcionadas ao estímulo dos estudantes na participação de projetos de pesquisa nos cursos de primeiro e segundo ciclos e contam com aportes financeiros de agências como CNPq, CAPES, Fapesb e recursos próprios da UFSB.

Por outro lado, várias atividades curriculares são desenhadas com o objetivo de permitir aos discentes de adentrarem campos de práticas e que, a partir de ações

extensionistas, podem ensejar pesquisas teóricas ou empíricas, especialmente aquelas relacionadas com as experiências de gestão pública e comunitária do território no qual se insere a Universidade. É o caso das Oficinas Temáticas, mas também do Estágio supervisionado na forma de Residência em Gestão Pública /Social. Além disso, a atividade do Trabalho de Conclusão de Curso, realizado tanto como monografia ou como relatório de intervenção, estimula e promove a consolidação e amadurecimento de processos reflexivos próprios de qualquer atividade de pesquisa.

Para finalizar esse ponto vale dizer que, nos casos cabíveis, as atividades de pesquisas realizadas no BGPS serão submetidas ao parecer do Comitê de Ética em Pesquisa, para garantir e defender os interesses dos sujeitos envolvidos em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. A UFSB possui um Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos o qual possui caráter consultivo, deliberativo, educativo e voluntário, estando encarregado principalmente de avaliar a ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, cadastrados na Plataforma Brasil. A composição conta com 12 membros de todos os segmentos e campus da UFSB e um membro representante da comunidade, do Conselho Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas, além de uma secretaria executiva.

#### **12.4 Acessibilidade e inclusão**

O presente PPC fundamenta-se em uma compreensão pedagógica que abarca, necessariamente, a acessibilidade e a inclusão como elementos imprescindíveis à construção de todo curso superior de ensino. Sendo assim, o modelo pedagógico do BGPS - pautado em uma educação humanizadora, crítica e cidadã - é composto não apenas por ações e conteúdos curriculares comprometidos com os valores públicos, o respeito às diferenças e a promoção de acessibilidade e inclusão, como também por uma dimensão pedagógica inclusiva alinhada ao modelo da UFSB e às suas políticas de ações afirmativas, permanência e assistência estudantil.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, em seu artigo 4º, III, a educação escolar pública em todos os níveis, etapas e modalidades deve garantir o atendimento escolar - de forma inclusiva e em turmas regulares - a estudantes

com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Trata-se, aqui, do grupo atendido pela modalidade de ensino denominada Educação Especial, cuja oferta deve ser garantida inclusive no ensino superior, como define o artigo 58 da mesma Lei, e na perspectiva da educação Inclusiva. Para tanto, faz-se necessário prover métodos, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, a fim de garantir a acessibilidade pedagógica por meio, por exemplo, de adaptações curriculares no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Outrossim, mobiliza-se as bases legais já apresentadas em item específico no presente PPC e a definição descrita na Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, segundo a qual acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”. A referida Lei ainda define barreiras como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros”, que podem ser, por exemplo, do tipo arquitetônicas, nas comunicações e na informação.

Nesse sentido, o curso de BGPS, no seu escopo de atuação, buscará identificar, acompanhar e articular ações pedagógicas voltadas ao referido público, atentando-se às demandas discentes e docentes, em interface com os Setores, técnicos e gestores que, por atribuição e competência, atuam especificamente para promover acessibilidade e inclusão na instituição. Ainda, entende-se que é imprescindível enfrentar as barreiras atitudinais que orbitam em torno do tema, realizando e estimulando ações pedagógicas que contribuam, por um lado, para romper práticas e discursos capacitistas e excludentes e, por outro, para edificar a participação plena e efetiva desse público na Universidade, e na sociedade em geral, em igualdade de condições com as demais pessoas.

## 13 MATRIZ CURRICULAR

De acordo com o estabelecido na Resolução CNE/CES 1/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado (DOU, 14/01/2014), o Curso deve estar organizado contemplando conteúdos de formação básica e de formação profissional, este último abrangendo Conteúdos Metodológicos e Conteúdos Complementares ou Especializados.

A matriz curricular do Curso está composta por quatro blocos claramente reconhecíveis: a Formação Geral, um Eixo Propedêutico aos Estudos de Gestão, um Núcleo de Formação Comum, e um Núcleo de Formação Específica.



### 13.1 Formação geral

A resolução de nº 10/2020 estabelece novas diretrizes para a Formação Geral (FG) dos cursos de graduação da UFSB revogando a Resolução n. 22/2017. A Formação Geral é um currículo comum aos cursos da UFSB composto por Componentes Curriculares obrigatórios que visam auxiliar na transição da educação básica para o ensino superior a partir do reconhecimento da Universidade como espaço heterogêneo de compartilhamento de saberes que têm como princípio a interação dialógica, criativa e crítica. A Formação Geral objetiva preparar o/a estudante para a vivência acadêmica e cidadã, com ênfase na

complexidade das relações entre ciência, tecnologia e sociedade; no aprimoramento de práticas contemporâneas de interação entre campos de saber; e no reconhecimento da importância da arte e da cultura na constituição dos sujeitos. Nessa base, e ainda pela marcada interdisciplinariedade que a caracteriza, o PPC do Bacharelado em Gestão Pública e Social reconhece e observa a obrigatoriedade da FG nos cursos de segundo ciclo fazendo desse um bloco constituinte do percurso formativo em gestão pública/social.

O cumprimento da carga horária e creditação da Formação Geral é obrigatório e compreende o mínimo de 420 horas ou 28 créditos, assim distribuídos:

- I- Artes e Humanidades na Formação Cidadã (120 horas/08 créditos);
- II- Ciências na Formação Cidadã (60 horas/04 créditos);
- III- Matemática e Computação (90 horas/06 créditos);
- IV- Produções textuais acadêmicas (90 horas/06 créditos);
- V- Línguas Estrangeiras (60 horas/04 créditos).

**O/A estudante não integralizará o curso se não tiver cumprido a carga horária total e os créditos da Formação Geral, independente de quais sejam os Componentes Curriculares específicos que a compõem.**

### **13.2 Eixo Propedêutico e tabela de Componentes Curriculares transversais**

O Bacharelado em Gestão Pública e Social preza pela possibilidade de acesso ao curso por egressos de todos os primeiros ciclos da UFSB, isto é de Bacharelados ou Licenciaturas de quaisquer áreas de conhecimento (Humanidades, Ciências, Linguagens, Matemática e Computação, Arte e Saúde). Nesse sentido, reconhece um eixo de componentes curriculares presentes nos BIs e Lis das diversas áreas de conhecimento, que podem contribuir em compor a carga horária global necessária para obtenção do diploma de Gestor/a Público e Social. Chamamos este núcleo de Eixo Propedêutico aos Estudos de Gestão (EP).

O Eixo Propedêutico aos Estudos de Gestão se define no momento em que reconhecemos, dentro dos cursos de 1º ciclo da UFSB, a existência de um conjunto de componentes curriculares que convergem e colaboram em aproximar os estudantes aos estudos e ao campo da gestão pública e social. Conceitualmente, compõem também o Eixo

Propedêutico noventa (90) horas de atividades extensionistas realizadas ao longo do 1º ciclo (ou no âmbito da Formação Preliminar quando da entrada direta), em âmbitos de práticas pertinentes ao campo da gestão pública e social.

A carga horária mínima resultante do conjunto composto pelo bloco da Formação Geral e pelo Eixo Propedêutico deve somar o total de 660h (420 horas de FG mais 240 horas de EP) e integra por todos os efeitos a matriz curricular do BGPS. No entanto, ressaltamos a possibilidade de que um/a estudante que pretenda antecipar em seu 1º ciclo uma maior parte da CH do 2º ciclo em GPS poderá escolher de cursar até nove (09) CCs do Eixo Propedêutico, antecipando os cinco (05) componentes curriculares optativos do Núcleo Comum de Estudos e chegando de 240 até 540 horas (equivalentes a 36 créditos).

Portanto, prefigurando a carga horária total que um/a estudante poderá ter reconhecida ao acessar de um 1º ciclo para o 2º ciclo em GPS, teremos:

**FG (420 horas) + EP (até 540 horas em CCs + Atividades extensionistas - 90 horas) =  
1050 horas**

Por fim, considere-se que, em decorrência das adequações que todo curso da UFSB está precisando realizar por conta da introdução de um novo formato de Formação Geral, estão sendo discutidos arranjos nos PPCs de 1º ciclo, que tornem possível aos/às estudantes de 1º ciclo antecipar CCs obrigatórios do BGPS na forma de componentes livres (ou categoria análoga).

Não é necessário ter integralizado completamente o Eixo Propedêutico para progredir do 1º para o 2º ciclo. Os CCs desta lista poderão também ser integralizados como componentes livres do percurso formativo de cada discente.

Listamos abaixo o conjunto de CCs aproveitáveis por estudantes que queiram progredir de um 1º ciclo para o 2º ciclo em Gestão Pública e Social

EIXO PROPEDÊUTICO AOS ESTUDOS DE GESTÃO		
Componentes curriculares transversais optativos (mínimo de 4)		
Componente	Origem	CH

Etnologia e etnicidades no Brasil	BIH	60
Noções de Direito Público	BIH	60
Exclusão e subjetividade	BIH	60
Direito e sociedade	BIH	60
Direitos territoriais e Políticas Públicas	BIH	60
Patrimônio cultural, acesso público e gestão	BIH	60
Pensamento social e político na formação do Brasil	BIH	60
Estado, culturas e sociedades no Brasil	BIH	60
Direitos humanos	BIH	60
Direito e Ecocomplexidade	BIH	60
Comunicação , cultura e diversidades	BIH	60
Ciência Política	BIH	60
Teorias do Estado	BIH	60
Ciências e complementos locais	BIH	60
Temas contemporâneos sobre diversidade sexual	BIH	60
Gênero, sexualidade e poder	BIH	60
Relações sociais e políticas na contemporaneidade	BIH/LICHS	60
Oficina de textos em língua inglesa	BIH/BIC/LICN	60
Planejamento e zoneamento ambiental	BIC	60
Bases Históricas e Epistemológicas das Ciências	BIC	60
Pensar e fazer ciências	BIC	30
Agroecologia	BIC	60
Política nacional em meio ambiente	BIC	60
Debates Contemporâneos sobre as Ciências e Tecnologias	BIC	60
Gestão ambiental e sustentabilidade: contribuições da educação ambiental	BIC /LICN	60
Manejo e gestão ambiental de recursos naturais renováveis e não	BIC /LICN	60

renováveis		
Economia social criativa	BIC/LIMC	60
Artes, gênero e sexualidades	BIA	30
Artes e comunicação nas sociedades contemporâneas	BIA	30
Ateliê em arte e comunidades	BIA/LIA	60
Ateliê em encontros de saberes	BIA/LIA	60
Cultura, saberes tradicionais e práticas de saúde	BIS	60
Acessibilidade, inclusão e saúde	BIS	30
Planejamento e gestão em saúde	BIS	60
Políticas e Serviços em Saúde	BIS	60
Estatística e sociedade	LIMC	60
Computadores e transformação social	LIMC	30
Educação, gênero e diversidade sexual	LIA/LICN/LICH S/LIL/LIM	30
Políticas Públicas educacionais e gestão escolar	LIA/LICN/LICH S/LIL/LIM	60
Perspectivas matemáticas e computacionais em humanidades	LIMC/LIL	60
Biografias languageiras : a escuta da comunidade	LIL	30

### 13.3 Outros elementos da matriz curricular

O **Núcleo de formação comum** é integrado por componentes curriculares que contemplam os principais temas e abordagens dentro da área interdisciplinar do Campo de Públicas, como orientam as suas DCNs.

O **Núcleo de Formação Específica** é composto por duas ênfases, quais sejam: Ênfase 1 – DEMOCRACIA E SOCIEDADE e Ênfase 2 – ESTADO E GOVERNANÇA PÚBLICA. A ênfase Democracia e Sociedade agrega componentes curriculares relativos às discussões sobre Democracia, relações entre Estado e Sociedade, Gestão Social, Gestão Comunitária. A ênfase Estado e Governança Pública, mantendo como pano de fundo o debate sobre democracia,

visa a formação de um perfil mais técnico de gestor, concentrando componentes curriculares de Gestão Pública e Políticas Públicas, Contabilidade e Finanças Públicas. Cada discente poderá escolher uma das duas ênfases, integralizando a carga horária com os componentes curriculares da ênfase pretendida, ou optar por uma formação generalista, integralizando a carga horária com componentes curriculares diversificados das duas ênfases, feitas salvas as obrigatoriedades de duas (02) Oficinas Temáticas, Estágio Obrigatório Supervisionado e TCC.

### Núcleo de Formação específica (NFE)



O Estágio nos moldes de Residência em Gestão Pública ou Social (RGP ou RGS), as Oficinas Temáticas e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) são atividades curriculares obrigatórias, juntamente com as Atividades Complementares (AC).

Os conteúdos formativos propostos pelo BGPS se articulam em Formação Básica (FB) e Formação Profissional (FP) conforme detalhado pelas DCNs do Campo de Públicas: Elas definem a primeira como:

- conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação;
- conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação;
- conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.

Destacamos que, no regime de ciclos próprio da UFSB, essas últimas (c. e d.) são competências construídas ao longo do 1º ciclo. Para os estudantes que entrarão diretamente no BGPS, essas competências serão cuidadas na Formação Preliminar.

Quanto à Formação Profissional, assim encontra-se definida pelas DCNs do Campo:

- a) conteúdos relacionados à formas de governos e políticas públicas comparadas;
- b) conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

As DCNs ainda destacam que esses diversos conteúdos poderão ser oferecidos de forma simultânea, não requerendo, necessariamente, uma sequência compulsória, a critério de cada Instituição.

O Núcleo Comum de Estudos do BGPS é composto por seiscentas (600) horas de Formação Básica e novecentas (900) horas de Formação Profissional (incluindo conteúdos complementares ou especializados). Ambas as ênfases, por serem percursos de aprofundamento da formação de um determinado perfil de gestor, são compostas por 795 horas de Formação Profissional (incluindo conteúdos complementares ou especializados).

No caso da entrada direta no curso de BGPS, a primeira fase da formação (denominada de Formação Preliminar) contempla a Formação Geral (obrigatória para todo curso de 1º e 2º ciclo da UFSB) e de quatro (04) até nove (09) CCs da lista de componentes transversais do Eixo Propedêutico aos estudos de gestão. Em termos de distribuição entre Formação Básica e Profissional as quatrocentas e vinte (420) horas da FG recaem na Formação Básica enquanto os CCs do Eixo propedêutico (de 240 até 540 horas) se inscrevem na Formação Profissional (incluindo conteúdos complementares ou especializados).

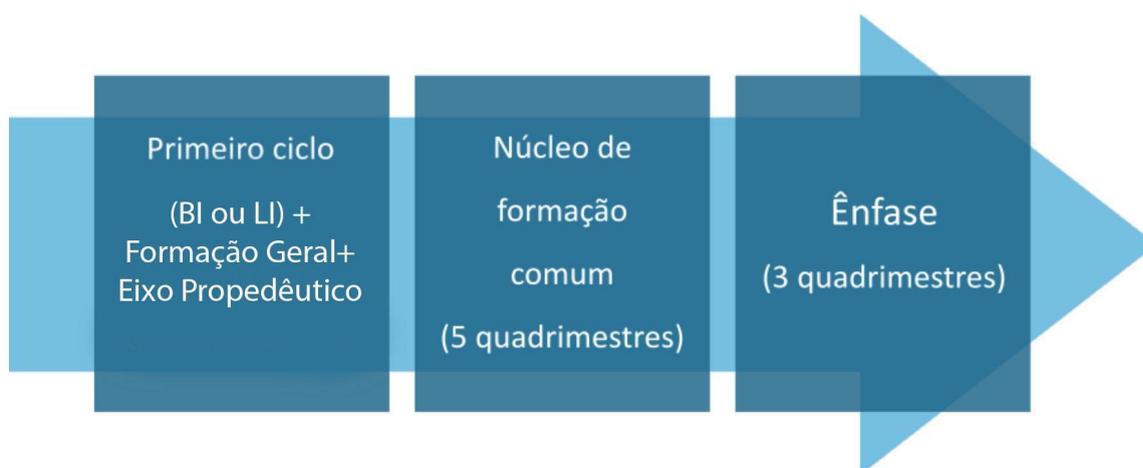
O Bacharelado em Gestão pública e social da UFSB poderá ser cursado seguindo duas trajetórias acadêmicas distintas:

- 1) Percurso estruturado por ciclos: entrada no 2º ciclo, após a conclusão de um 1º ciclo da UFSB, possibilitando a entrada de egressos de quaisquer cursos de primeiro ciclo existentes na instituição;
- 2) Percurso estruturado via entrada direta: Bacharelado em GPS.

### 13.4 Hipótese de percurso via entrada estruturada por ciclos

Abordamos em primeiro lugar o percurso estruturado por ciclos.

Para seguir na intenção de garantirmos acesso ao curso de GPS para os egressos de todos os BIs e LIs da UFSB, idealizamos a passagem do primeiro para o segundo ciclo da seguinte forma:



Os blocos da Formação Geral e Eixo Propedêutico aos estudos de Gestão estão descritos em detalhes nas páginas anteriores (pp. 73 e 74) e compõem parte do percurso curricular de 1º ciclo de um discente ideal. A seguir ilustramos os blocos restantes que integram a matriz curricular. Precisa lembrar que, ao prefigurarmos as tabelas de fluxo ideal de cada quadrimestre, estamos descrevendo um percurso ideal de 2º ciclo que pretende se tornar uma opção profissionalizante para egressos de cada um dos cursos de 1º ciclo da UFSB. Isso implica em um certo grau de variabilidade entre a carga horária dos cursos das diversas áreas de conhecimento, como, por exemplo, a diferença entre duração mínima dos BIs (09 quadrimestres) e das LIs (10 quadrimestres). **Para descrever o fluxo ideal escolhemos, portanto, assumir convencionalmente a duração do 1º ciclo como sendo de nove quadrimestres (09), pois é essa a duração da maioria dos cursos de 1º ciclo da UFSB.**

#### 13.4.1 Núcleo de Formação Comum

O Núcleo de Formação Comum é obrigatório e possui carga horária de 1.500 horas. Desse total, 1.200 horas correspondem aos componentes curriculares obrigatórios e 300 horas aos componentes curriculares optativos.

O fluxo dos quadrimestres letivos está configurado de acordo com a seguinte tabela:

<b>Quadrimestre 10 (1º do Núcleo Comum)</b>		
<b>5 CC's obrigatórios</b>		
Democracia e Sociedade	60	FB <sup>11</sup>
Epistemologias das Ciências Sociais	60	FB
Questões contemporâneas sobre o Estado	60	FB
Introdução à Administração Pública	60	FB
Sustentabilidade, desenvolvimento e suas crises	60	FB
CH total do quadrimestre	<b>300</b>	
<b>Quadrimestre 11 (2º do Núcleo Comum)</b>		
<b>4 CC's obrigatórios</b>		
Instituições de Direito Público e Privado	60	FB
Métodos e Técnicas de Pesquisa	60	FP
Políticas Públicas como campo de teorias e práticas	60	FB
Teorias Econômicas clássicas e contemporâneas	60	FB
<b>1 CC optativo</b>	60	CC
CH total do quadrimestre	<b>300</b> (240+60)	
<b>Quadrimestre 12 (3º do Núcleo Comum)</b>		
<b>5 CC's obrigatórios</b>		
Planejamento, Gestão e Implementação de Políticas Públicas	60	FP
Fundamentos da Contabilidade	60	FP
Pesquisa e intervenção	60	FP
Ética política e profissional na contemporaneidade	60	FB
Estatística para Gestão	60	FB
CH total do quadrimestre	<b>300</b>	

<sup>11</sup> Conforme as DCNs do Campo de Públicas, a sigla FB está por Formação Básica, a sigla FP está por Formação Profissional, a sigla CC está por Conteúdo Complementar.

<b>Quadrimestre 13 (4º do Núcleo Comum)</b>		
<b>4 CC's obrigatórios</b>		
Socioeconomia e Economia Solidária	60	FP
Finanças e Orçamento público	60	FP
Análise e avaliação de Políticas Públicas	60	FP
Gestão de grupos, coletivos e intervenção psicossocial	60	FP
<b>1 CC optativo</b>	60	CC
CH total do quadrimestre	<b>300</b> (240+60)	
<b>Quadrimestre 14 (5º do Núcleo Comum)</b>		
<b>2 CC's obrigatórios</b>		
Empreendedorismo e inovação na GPS	<b>60</b>	FP
Participação social e políticas públicas	<b>60</b>	FP
<b>3 CC's optativos</b>	<b>60X3</b>	CC
CH total do quadrimestre	<b>300</b> (120+180)	
<b>CH total do Núcleo comum</b>	<b>1.500</b>	

**Lista de optativas do Núcleo Comum<sup>12</sup> (podem ser substituídos por CCs transversais do Eixo Propedêutico)**

1. Políticas públicas e (des)envolvimento territorial
2. Tecnologias sociais e territórios tradicionais
3. Psicologia social e institucional e organizações públicas
4. Globalização e governança internacional
5. Geopolítica moderna e contemporânea
6. Violência, segurança e políticas públicas
7. Relações de poder
8. Concepções e Métodos alternativos de solução de conflitos
9. Tutela de direitos difusos e coletivos
10. Gestão de serviços públicos
11. Democracia digital, governança da internet e políticas públicas
12. Conflitos e movimentos sociais contemporâneos no campo e na cidade
13. Estudos Étnico-Raciais para Gestão Pública e Social
14. Representatividade e cultura política na contemporaneidade
15. Libras

<sup>12</sup> Os CCs optativos do Núcleo Comum são todos ofertados pelo BGPS. Essa oferta pode ser substituída por CCs transversais do Eixo Propedêutico, oriundos da oferta dos cursos de 1º ciclos da UFSB.

### 13.4.2 Núcleo de Formação Específica - Ênfases

O bloco das ênfases possui 795 horas de carga horária total, incluindo as Atividades Curriculares Obrigatórias das Oficinas Temáticas, Estágio Supervisionado no formato de Residência em Gestão Pública ou em Gestão Social e Trabalho de Conclusão de Curso. Cada discente poderá escolher entre uma das duas ênfases disponíveis – (1) Democracia e Sociedade e (2) Estado e Governança Pública – ou integralizar o percurso com componentes das duas, hipótese em que não constará nenhuma das ênfases em sua diplomação. Lembramos que o curso BGPS objetiva a formação crítica e epistemologicamente informada de Gestores Públicos ou Sociais que possam ter focos de ação nos âmbitos da saúde, do meio ambiente, da cultura e, naturalmente no vasto campo que cai abaixo do rótulo de social. Isso justifica a presença de alguns componentes optativos, que aprofundam reflexões nessas respectivas áreas.

O fluxo ideal dos quadrimestres do Núcleo de Formação Específica - ênfases - está configurado de acordo com as seguintes tabelas:

<b>ÊNFASE 1 - DEMOCRACIA E SOCIEDADE</b>		
<b>Quadrimestre 15 (1º da ênfase)</b>		
<b>2 CC's obrigatórios</b>		
Gestão Social e Territórios	60	FP
Metodologias Integrativas para o trabalho de campo	60	FP
<b>Atividade curricular obrigatória</b>		
Oficina temática <sup>13</sup>	120	FP
<b>1 CC optativo</b>		
Optativo da lista de optativos da ênfase	60	CC
CH total do quadrimestre	<b>300</b> (240+60)	
<b>Quadrimestre 16 (2º da ênfase)</b>		
<b>Atividades curriculares obrigatórias</b>		
Projeto do TCC	60	FP

<sup>13</sup> As Oficinas Temáticas são Atividades curriculares obrigatórias e cumprem (parcialmente) a exigência de inserção curricular da Extensão.

Oficina Temática	120	FP
<b>2 CC's optativos</b>		
Optativos da lista de optativos da ênfase	120	CC
CH total do quadrimestre	<b>300</b> (180+120)	
<b>Quadrimestre 17 (3º da ênfase)</b>		
<b>1 CC obrigatório</b>		
Gestão de Organizações sociais	60	FP
<b>Atividades curriculares obrigatórias</b>		
Realização do TCC	60	FP
Estágio Obrigatório - Residência em Gestão Social	75	FP
CH TOTAL	195	
<b>CH TOTAL DA ÊNFASE</b>	<b>795</b>	
<b>Lista de optativas da ênfase <sup>14</sup></b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Psicologia Social e Trabalho comunitário</li> <li>2. GS comunicação, mobilização, participação</li> <li>3. Memória, identidade e processos de gestão</li> <li>4. Cultura, criatividade e gestão</li> <li>5. Tecnologias sociais e territórios tradicionais</li> <li>6. Movimentos sociais, Poder local e Participação</li> <li>7. Gestão e incubação de empreendimentos associativos e cooperativos</li> <li>8. Gênero e sexualidade na Cultura e nas Artes</li> <li>9. Produção nas Artes do corpo em cena I e II</li> <li>10. Oficina do Teatro do Oprimido.</li> </ol>		

<b>ÊNFASE 2 - ESTADO E GOVERNANÇA PÚBLICA</b>		
<b>Quadrimestre 15 (1º da ênfase)</b>		
<b>2 CC's obrigatórios</b>		
Estado e governança pública	60	FP
Lei de responsabilidade fiscal	60	FP
<b>Atividade curricular obrigatória</b>		
Oficina temática	120	FP
<b>1 CC optativo</b>		
Optativo da lista de optativos da ênfase	60	CC
CH total do quadrimestre	<b>300</b> (240+60)	

<sup>14</sup> Os CCs optativos das ênfases são todos ofertados pelo BGPS.

<b>Quadrimestre 16 (2º da ênfase)</b>		
CC's obrigatórios		
Contabilidade e Controladoria pública	60	FP
Teoria das Organizações	60	FP
<b>Atividades curriculares obrigatórias</b>		
Projeto do TCC	60	FP
Oficina temática	120	
CH total do quadrimestre	<b>300</b>	FP
<b>Quadrimestre 17 (3º da ênfase)</b>		
<b>Atividades curriculares obrigatórias</b>		
Realização do TCC	60	FP
Estágio Obrigatório - Residência em Gestão Pública	75	FP
1 CC optativo		
<b>Optativo da lista de optativas da ênfase</b>	60	
CH Total do quadrimestre	<b>195</b> (135+60)	
<b>CH TOTAL DA ÊNFASE</b>	<b>795</b>	
<b>Lista de optativas da ênfase</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Temas de Direito Constitucional</li> <li>2. Gestão Tributária</li> <li>3. Temas de Direito Administrativo</li> <li>4. Governo eletrônico</li> <li>5. Tecnologia da Informação e da Comunicação Aplicada à Gestão Pública</li> <li>6. Gestão de Serviços Públicos</li> <li>7. Compras, contratos e Licitações</li> <li>8. Tópicos avançados em Políticas Públicas</li> <li>9. Gestão Pública, direitos da pessoa com deficiência e acessibilidade</li> <li>10. Gestão de Políticas Públicas, sofrimento e bem-estar social e subjetivo</li> <li>11. Gestão Ambiental Urbana</li> <li>12. Planejamento de cidades e territórios</li> </ol>		

### **13.4.3 Atividades complementares**

Conforme as DCNs do Campo de Públicas" (Resolução CNE/CES no 01, de 13 de janeiro de 2014), as atividades complementares, deverão possibilitar ao estudante reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, incluindo a prática de estudos e as atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e as práticas relativas ao Campo de Públicas. Objetiva-se, através dessas atividades, a aquisição e/ou produção de

conhecimentos e habilidades importantes para o exercício profissional, incluindo experiências de voluntariado e promoção da cidadania, e que contribuam para a complementação da formação profissional, social, cultural e acadêmica. De acordo com a Resolução 16/2015 da UFSB, essas Atividades Complementares contemplam as seguintes dimensões:

- a) Humana: atividades que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e pessoal do/a estudante, ampliando sua consciência reflexiva e cidadã;
- b) Social: atividades que favoreçam o empreendedorismo socialmente referenciado, atividades comunitárias, trabalho voluntário na comunidade, em associações de bairros e na Universidade;
- c) Profissional: atividades que enriqueçam a formação técnico-profissional requeridas pelo curso, área de formação ou área complementar;
- d) Acadêmica: atividades científicas, filosóficas, artísticas, culturais ou esportivas que consolidem a formação integral universitária em complemento à formação específica.
- e) Política estudantil: atividades que envolvam o estudante em temáticas de interesse coletivo relacionadas à representação formal em entidades estudantis e em conselhos, comissões ou congêneres da Universidade.

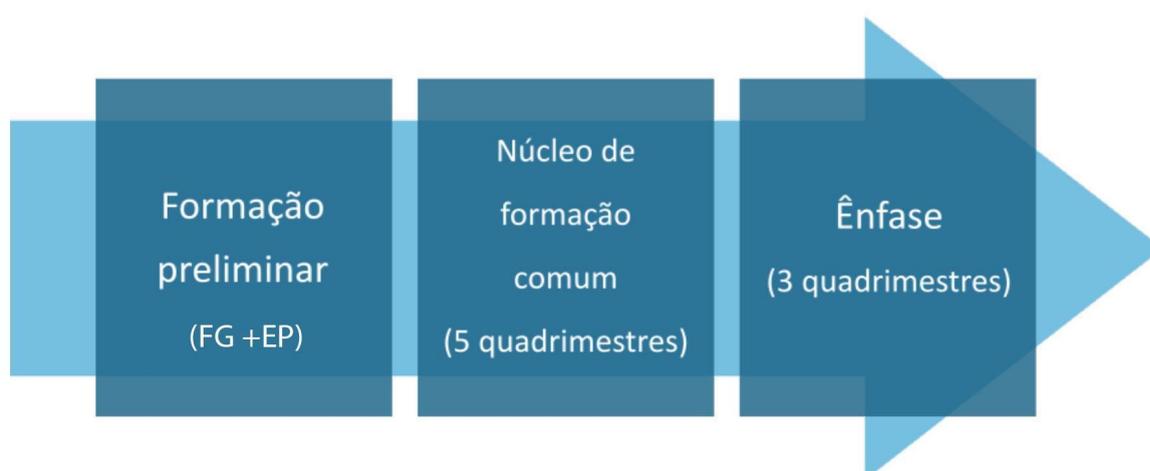
Para completar as horas previstas para Atividades Complementares (75h, perfazendo 5 créditos) o/a estudante poderá participar de atividades variadas, devendo preencher toda a carga horária/creditação com, no mínimo, três tipos de atividades diferentes. Todas as atividades realizadas devem ser comprovadas pelo/a próprio/a discente, mediante atestados, declarações, certificados ou relatórios a serem validados pelo Colegiado do Bacharelado em Gestão Pública e Social.

O presente PPC remete à citada Resolução (16/2015) e ao Regulamento das Atividades Complementares (Anexo 4 deste PPC), para a definição detalhada das condições e modalidades de realização das atividades em objeto, do Barema para validação das horas realizadas, assim como das respectivas responsabilidades, do Colegiado do Curso e do/a estudante.

### **13.5 Hipótese de percurso via entrada direta**

A segunda possibilidade de obter o diploma de Bacharel em Gestão Pública e Social é via entrada direta. Isto significa que os/as estudantes que escolhem essa opção não terão previamente cursado um Bacharelado ou Licenciatura Interdisciplinar na UFSB, em qualquer uma das áreas de conhecimento disponibilizadas (Arte, Ciência, Humanidade, Saúde, Linguagens), e entrarão diretamente na Universidade para obter o diploma profissionalizante (Bacharel em GPS). Conforme exposto no parágrafo 6.1 (Campo de Públicas), a carga horária mínima para obtenção desse diploma é de 3.000 horas, nos termos da Resolução CNE/CES no 2, de 2007, enquanto o curso aqui apresentado tem uma exigência de CH de 3.030 horas. A previsão de conclusão do curso nesta modalidade (via entrada direta) é de, no mínimo, doze (12) e no máximo dezenove (19) quadrimestres.

Sinteticamente, podemos representar em mais um gráfico o percurso dos estudos conforme essa modalidade.



Os/as estudantes que escolhem essa modalidade de ingresso têm que cumprir inicialmente a chamada Formação Preliminar a qual contempla uma carga horária de seiscentas e sessenta (660) horas correspondente aos blocos da Formação Geral (FG integralizando 420h) e ao Eixo Propedêutico aos Estudos da Gestão (EP, integralizando um mínimo de 240h). Caso o/a estudante saia, por qualquer motivo, do fluxo curricular ideal e precise ou queira antecipar componentes para não atrasar o seu percurso, ele/a poderá integralizar mais componentes do EP, antecipando os cinco (05) optativos do Núcleo de formação comum.

Como acenado anteriormente (p. 73) a FG é obrigatória para qualquer curso do 1º e 2º ciclo da UFSB e cumpre a função de auxiliar na transição da educação básica para o ensino superior a partir do reconhecimento da Universidade como espaço heterogêneo de compartilhamento de saberes que têm como princípio a interação dialógica, criativa e crítica. Além da FG, a Formação Preliminar dos/as estudantes que escolham essa modalidade de ingresso constará do chamado Eixo Propedêutico que se compõe de um mínimo de quatro (04) até um máximo de nove (09) Componentes Curriculares a serem escolhidos em uma lista muito ampla de componentes oriundos de todos os BIs e LIs da UFSB. Essa escolha faz com que os/as ingressantes por esse caminho poderão atender a diversos focos de interesse (mais ligados aos campos do social, do meio ambiente, da cultura ou da saúde) já desde a escolha dos seus primeiros passos no âmbito do curso. Replicamos aqui abaixo a lista de CCs dentro da qual integralizar a carga horária de um mínimo de duzentas e quarenta (240) até um máximo de quinhentas e quarenta (540) horas. De acordo com as exigências de inserção curricular da extensão e com a regulamentação que venha a ser aprovada na UFSB, as diversas instâncias universitárias responsáveis por ministrar os CCs da Formação Geral e do Eixo Propedêutico, e o BGPS no geral, se preocuparão de gerar oportunidades de atividades extensionista, inclusive feiras e/ou outros eventos, que permitam aos/às estudantes de cumprir com uma carga horária de pelo menos noventa horas relacionadas à Formação Preliminar. De todo modo, lembramos que o presente PPC já prevê estratégias pedagógicas, como o Programa Permanente de Extensão em GPS e as Oficinas Temáticas, que objetivam consolidar a inserção curricular e a creditação da extensão no âmbito do curso.

<b>EIXO PROPEDÊUTICO AOS ESTUDOS DE GESTÃO</b>		
<b>Componentes curriculares transversais optativos (mínimo de 4)</b>		
<b>Componente</b>	<b>Origem</b>	<b>CH</b>
Etnologia e etnicidades no Brasil	BIH	60
Noções de Direito Público	BIH	60
Exclusão e subjetividade	BIH	60
Direito e sociedade	BIH	60
Direitos territoriais e Políticas Públicas	BIH	60

Patrimônio cultural, acesso público e gestão	BIH	60
Pensamento social e político na formação do Brasil	BIH	60
Estado, culturas e sociedades no Brasil	BIH	60
Direitos humanos	BIH	60
Direito e Ecocomplexidade	BIH	60
Comunicação , cultura e diversidades	BIH	60
Ciência Política	BIH	60
Teorias do Estado	BIH	60
Ciências e complementos locais	BIH	60
Temas contemporâneos sobre diversidade sexual	BIH	60
Gênero, sexualidade e poder	BIH	60
Relações sociais e políticas na contemporaneidade	BIH/LICHS	60
Oficina de textos em língua inglesa	BIH/BIC/LICN	60
Planejamento e zoneamento ambiental	BIC	60
Bases Históricas e Epistemológicas das Ciências	BIC	60
Pensar e fazer ciências	BIC	30
Agroecologia	BIC	60
Política nacional em meio ambiente	BIC	60
Debates Contemporâneos sobre as Ciências e Tecnologias	BIC	60
Gestão ambiental e sustentabilidade: contribuições da educação ambiental	BIC /LICN	60
Manejo e gestão ambiental de recursos naturais renováveis e não renováveis	BIC /LICN	60
Economia social criativa	BIC/LIMC	60
Artes, gênero e sexualidades	BIA	30
Artes e comunicação nas sociedades contemporâneas	BIA	30
Ateliê em arte e comunidades	BIA/LIA	60
Ateliê em encontros de saberes	BIA/LIA	60

Cultura, saberes tradicionais e práticas de saúde	BIS	60
Acessibilidade, inclusão e saúde	BIS	30
Planejamento e gestão em saúde	BIS	60
Políticas e Serviços em Saúde	BIS	60
Estatística e sociedade	LIMC	60
Computadores e transformação social	LIMC	30
Educação, gênero e diversidade sexual	LIA/LICN/LICHS /LIL/LIM	30
Políticas Públicas educacionais e gestão escolar	LIA/LICN/LICHS /LIL/LIM	60
Perspectivas matemáticas e computacionais em humanidades	LIMC/LIL	60
Biografias languageiras : a escuta da comunidade	LIL	30

Uma vez cumprida a carga horária mínima (660 horas) dos dois blocos (FG e Eixo Propedêutico), o percurso ideal desse/a estudante converge com o dos demais, que tenham cursado o 1º Ciclo na UFSB. Quer dizer que, como qualquer outro, terá que cursar um núcleo comum com duração de cinco (05) quadrimestres e seguir com a escolha de uma das ênfases a disposição: (1) Democracia e Sociedade ou (2) Estado e Governança Pública. Finalmente, também poderá escolher se integralizar o percurso com componentes das duas, hipótese em que não constará nenhuma das ênfases em sua diplomação. Os detalhes dessas etapas encontram-se descritos nos tópicos 13.4.1, 13.4.2, 13.4.3 (páginas de 80 a 88) deste PPC.

## 13.6 Carga horária total

### 13.6.1 Carga horária total com blocos constitutivos da hipótese por ciclos

A carga horária total do curso é de 3.030 horas. Ela é formada pela seguinte configuração:

Blocos da matriz curricular	Carga horária	Créditos	
Formação Geral	420	28	CCs oriundos do 1º ciclo
Eixo Propedêutico	240	16	

Núcleo comum	1.500	100	CCs de 2º ciclo
Ênfase	795	53	
Atividades complementares	75	05	
<b>Total</b>	<b>3.030</b>	<b>202</b>	
CH em atividade extensionistas	90		oriundos do 1º ciclo
CH em atividade extensionistas	240		em atividade obrigatória do 2º ciclo
CH total em atividades extensionistas <sup>15</sup>	330		

### 13.6.2 Carga horária total com blocos da matriz curricular da hipótese por entrada direta

Bloco de componentes	Carga horária	Créditos	
Formação Geral	420	28	FG na Formação Preliminar
Eixo Propedêutico	240	16	EP na Formação Preliminar
Núcleo comum	1.500	100	
Ênfase	795	53	
Atividades complementares	75	05	
<b>Total</b>	<b>3.030</b>	<b>202</b>	
CH em atividade extensionista	90		na Formação Preliminar
CH em atividade extensionista	240		em atividade obrigatória das ênfases
CH total em atividades extensionistas	330		

### 13.7 Quadros detalhados de fluxo nas hipóteses de entrada por ciclos e direta

Primeiro Ciclo (baseado em um ciclo ideal de 9 quadrimestres)			
Quadrimestre (percurso ideal)	Componentes curriculares	Créditos	Carga horária
Do 1º ao 2º quadrimestre	Componentes curriculares da Formação Geral	28	420h
Do 3º ao 9º quadrimestre	CH mínima em Componentes Curriculares do Eixo Propedêutico	16	240h
Do 3º ao 9º quadrimestre	CH adicional em Componentes Curriculares do Eixo Propedêutico	20	300h
Do 3º ao 9º quadrimestre	Atividades extensionistas curricularizada no 1º ciclo		90h
<b>Créditos e Carga horária integralizáveis no 1º ciclo</b>		<b>64</b>	<b>1050</b>

<sup>15</sup> A explicitação da carga horária em atividades extensionistas, explicitada nessa tabela e na seguinte, visa mostrar o alcance do 10% da CH total do curso, conforme o exigido pelo princípio de inserção curricular. Essa carga horária está incluída na soma total de 3.030 horas.

<b>Formação Preliminar (percurso ideal para discente ingressantes via entrada direta)</b>			
<b>Quadrimestre (percurso ideal)</b>	<b>Componentes curriculares</b>	<b>Créditos</b>	<b>Carga horária</b>
Do 1º ao 2º quadrimestre	Componentes curriculares da Formação Geral	28	420h
Do 3º ao 4º quadrimestre	CH mínima em Componentes curriculares do Eixo Propedêutico	16	240h
<b>Créditos e Carga horária integralizadas no 1º ciclo</b>		<b>44</b>	
Do 1º ao 4º quadrimestre	Atividades extensionistas curricularizada na Formação Preliminar		90h <sup>16</sup>

<b>Núcleo de formação comum (para todas as formas de ingresso)</b>			
10º quadrimestre	Democracia e Sociedade	4	60h
	Epistemologias das Ciências Sociais	4	60h
	Questões contemporâneas sobre o Estado	4	60h
	Introdução à Administração Pública	4	60h
	Sustentabilidade, desenvolvimento e suas crises	4	60h
11º quadrimestre	Instituições de Direito Público e Privado	4	60h
	Métodos e Técnicas de Pesquisa	4	60h
	Políticas Públicas como campo de teorias e práticas	4	60h
	Teorias Econômicas clássicas e contemporâneas	4	60h
	Optativos do Núcleo Comum	4	60h
12º quadrimestre	Planejamento, Gestão e Implementação de Políticas Públicas (FP)	4	60h
	Fundamentos da Contabilidade	4	60h
	Pesquisa e intervenção	4	60h
	Ética política e profissional na contemporaneidade	4	60h

<sup>16</sup> A creditação da carga horária em atividade extensionista depende de regulamentação ainda em via de consolidação dentro da UFSB.

	Estatística para Gestão	4	60h
13º quadrimestre	Socioeconomia e Economia Solidária	4	60h
	Finanças e Orçamento público	4	60h
	Análise e avaliação de Políticas Públicas	4	60h
	Gestão de grupos, coletivos e intervenção psicossocial	4	60h
	Optativos do Núcleo Comum	4	60h
14º quadrimestre	Empreendedorismo e inovação na GPS 60	4	60h
	Participação social e políticas públicas	4	60h
	Optativo do Núcleo Comum	4	60h
	Optativo do Núcleo Comum	4	60h
	Optativos do Núcleo Comum	4	60h
<b>Créditos e Carga horária integralizadas no Núcleo Comum</b>		<b>100</b>	<b>1500h</b>

<b>Ênfase 1: Democracia e Sociedade (para todas as formas de ingresso)</b>			
15º quadrimestre	Gestão Social e Territórios	4	60h
	Metodologias Integrativas para o trabalho de campo	4	60h
	Oficina temática	8	120h
	Componente optativo escolhido da lista de optativos da ênfase	4	60h
16º quadrimestre	Oficina Temática	8	120h
	Projeto do TCC	4	60h
	Componente optativo escolhido da lista de optativos da ênfase	4	60h
	Componente optativo escolhido da lista de optativos da ênfase	4	60h
17º quadrimestre	Gestão de Organizações sociais	4	60h
	Realização do TCC	4	60h
	Estágio Obrigatório - Residência em Gestão Social	5	75h
<b>Créditos e Carga horária integralizadas na Ênfase 1</b>		<b>53</b>	<b>795h</b>

<b>Ênfase 2: Estado e Governança Pública (para todas as formas de ingresso)</b>			
15º quadrimestre	Estado e governança pública	4	60h
	Lei de responsabilidade fiscal	4	60h
	Oficina Temática	8	120h
	Componente optativo escolhido da lista de optativos da ênfase	4	60h
16º quadrimestre	Contabilidade e Controladoria pública	4	60h
	Teoria das Organizações	4	60h
	Oficina Temática	8	120h
	Projeto do TCC	4	60h
17º quadrimestre	Realização do TCC	4	60h
	Uma optativas da lista de optativos da ênfase	4	60h
	Estágio Obrigatório - Residência em Gestão Pública	5	75h
<b>Créditos e Carga horária integralizadas na Ênfase 2</b>		<b>53</b>	<b>795h</b>

### 13.8 Representação sintética de fluxo com CCs e Atividades Obrigatórias/optativas

#### 13.8.1 Formação Básica e Eixo Propedêutico

<b>FORMAÇÃO BÁSICA E EIXO PROPEDÊUTICO</b>			
Quadr. 1º ao 2º	Quadr. 3º ao 9º	Quadr. 3º ao 9º	Quadr. 3º ao 9º
Componentes curriculares da Formação Geral	CH mínima em Componentes curriculares do Eixo Propedêutico	CH adicional em Componentes curriculares do Eixo Propedêutico	inserção curricular de atividades extensionistas
<b>CARGA HORÁRIA</b>			
Obrigatórias: 420h Total: 420 h	Obrigatórias: 240h Total: 240h	Optativos: 300h Total: 300h	Obrigatórias: 90h Total: 90h
Carga horária em componentes curriculares da Formação Geral: 420h			
Carga horária em componentes curriculares do Eixo Propedêutico (mínima): 240h			
Carga horária em componentes curriculares do Eixo Propedêutico (optativos): 300h			
Carga horária em atividades extensionistas: 90h			

### 13.8.2 Formação Preliminar (para ingressantes via entrada direta)

FORMAÇÃO PRELIMINAR		
Quadr. 1º ao 2º	Quadr. 3º ao 4º	Quadr. 1º ao 4º
Componentes curriculares da Formação Geral	CH mínima em Componentes curriculares do Eixo Propedêutico	inserção curricular de atividades extensionistas
CARGA HORÁRIA		
Obrigatórias: 420h Total: 420 h	Obrigatórias: 240h Total: 240h	Obrigatórias: 90h Total: 90h
Carga horária em componentes curriculares da Formação Geral: 420h Carga horária em componentes curriculares do Eixo Propedêutico (mínima): 240h Carga horária em atividades extensionistas: 90h		

### 13.8.3 Núcleo de Formação Comum (comum para todas as formas de ingresso)

NÚCLEO DE FORMAÇÃO COMUM				
Quad. 10	Quad. 11	Quad. 12	Quad. 13	Quad. 14
Democracia e Sociedade 60	Instituições de Direito Público e Privado 60	Planejamento, Gestão e Implementação de Políticas Públicas 60	Socioeconomia e Economia Solidária 60	Empreendedorismo e inovação na GPS 60
Epistemologias das Ciências Sociais ) 60h	Métodos e Técnicas de Pesquisa 60h	Fundamentos da Contabilidade 60h	Finanças e Orçamento público 60h	Participação social e políticas públicas 60h
Questões contemporâneas sobre o Estado 60h	Políticas Públicas como campo de teorias e práticas 60h	Pesquisa e intervenção 60h	Análise e avaliação de Políticas Públicas 60h	Optativo do Núcleo Comum 60h
Introdução à Administração Pública 60h	Teorias Econômicas clássicas e contemporâneas 60h	Ética política e profissional na contemporaneidade 60h	Gestão de grupos, coletivos e intervenção psicossocial 60h	Optativo do Núcleo Comum 60h
Sustentabilidade, desenvolvimento e suas crises 60h	Optativos do Núcleo Comum 60h	Estatística para Gestão 60h	Optativos do Núcleo Comum 60h	Optativos do Núcleo Comum 60h
Carga horária				
Obrigatórias: 300h Total: 300h	Obrigatórias: 240h Optativas: 60h Total: 300h	Obrigatórias: 300h Total: 300h	Obrigatórias: 240h Optativas: 60h Total: 300h	Obrigatórias: 120h Optativas: 180h Total: 300h
Carga horária em componentes obrigatórios: 1.200h				

Carga horária em componentes optativos: 300h  
Carga horária total do bloco: 1.500h

### 13.8.4 Ênfase 1 - Democracia e Sociedade (comum para todas as formas de ingresso)

ÊNFASE 1 - DEMOCRACIA E SOCIEDADE		
Quadrimestre 15	Quadrimestre 16	Quadrimestre 17
Gestão Social e Territórios 60h	Oficina temática 120h	Gestão de Organizações sociais 60h
Metodologias Integrativas para o trabalho de campo 60h	Projeto do TCC 60h	Realização do TCC 60h
Oficina temática 120h	Componente optativo escolhido da lista de optativos da ênfase 60h	Estágio Obrigatório - Residência em Gestão Social 75h
Componente optativo escolhido da lista de optativos da ênfase 60h	Componente optativo escolhido da lista de optativos da ênfase 60h	
Carga horária		
Obrigatórios: 120h Oficina temática: 120h Optativos: 60h Total: 300h	Oficina temática: 120h TCC: 60h Optativos: 120h Total: 300h	Obrigatórios: 60h TCC: 60h Estágio: 75h Total: 195h
Carga horária em componentes obrigatórios: 180h Carga horária em componentes optativos: 180h Carga horária em atividade curricular obrigatória (Oficina Temática): 240h Carga horária em TCC: 120h Carga horária em estágio: 75h Carga horária total do bloco: 795h		

### 13.8.5 Ênfase 2 - Estado e Governança Pública (comum para todas as formas de ingresso)

ÊNFASE 2 - ESTADO E GOVERNANÇA PÚBLICA		
Quadrimestre 15	Quadrimestre 16	Quadrimestre 17
Estado e governança pública 60h	Contabilidade e Controladoria pública 60h	Realização do TCC 60h
Lei de responsabilidade fiscal 60h	Teoria das Organizações 60h	Estágio Obrigatório - Residência em Gestão Pública 75h
Oficina temática 120h	Oficina temática 120h	Uma optativas da lista de optativas da ênfase 60h
Componente optativo escolhido da lista de optativos da ênfase	Projeto do TCC 60h	

60h		
Carga horária		
Obrigatórios: 120h Optativos: 60h Oficina temática: 120h Total: 300h	Obrigatórios: 120h Oficina temática: 120h TCC: 60h Total: 300h	Optativos: 60h TCC: 60 Estágio: 75h Total: 195h
<p>Carga horária em componentes obrigatórios: 240h  Carga horária em componentes optativos: 120h  Carga horária em atividade curricular obrigatória (Oficina Temática): 240h  Carga horária em TCC: 120h  Carga horária em estágio: 75h  Carga horária total do bloco: 795h</p>		

### **13.8.6 Notas sobre o fluxo ideal**

Diante dessas representações de fluxo ideal, cabem alguns esclarecimentos sobre a sequência lógica entre as várias partes que constituem o Curso. Em primeiro lugar temos os blocos de Formação Geral e Eixo Propedêutico aos Estudos de Gestão; eles constam do 1º ciclo (para estudantes que entendam seguir de qualquer 1º ciclo para o 2º ciclo em GPS), enquanto compõem o que chamamos de Núcleo de Formação Preliminar para discentes que entram diretamente no BGPS.

A seguir encontram-se o Núcleo Comum de Formação e o Núcleo de Formação Específica. Ambos esses blocos devem ser integralizados por todo discente do BGPS, independente de qual seja a sua forma de ingresso no curso. Ora, para garantir a eficácia pedagógica do percurso formativo, esse PPC precisa compatibilizar duas considerações igualmente importantes: por um lado garantir certa sequencialidade de conteúdos que permita abordar com a necessária profundidade temas/problemas específicos do Campo de Públicas. Essa primeira consideração nos leva a introduzir o conceito de pré-requisitos para CCs que julgamos serem fundamentais e que sustentam, de fato, o percurso formativo do BGPS como um todo. Por outro lado, entendemos que o pré-requisito pode engessar o percurso curricular do/a estudante, caso ele/a saia, por qualquer motivo, do fluxo ideal. Buscando minimizar esse risco os/as discentes poderão antecipar qualquer CC obrigatório que não tenha pré-requisito, além de todos os CCs optativos do Núcleo de Formação Comum e das ênfases. A definição específica da existência ou não de pré-requisitos para cada componente, será detalhada no ementário.

### **13.9 Sistema de creditação**

A UFSB adota um regime de creditação compatível com o European Credit Transfer System (ECTS), vigente no Espaço Europeu de Ensino Superior, com dois principais objetivos:

- Acolher com respeito e flexibilidade diferentes tipos de aquisição de conhecimentos e habilidades: formais, não-formais e informais, apresentados pela/o estudante e devidamente atestados por um docente orientador e pelo Colegiado de Curso;
- Permitir e valorizar a mobilidade internacional das/os estudantes da UFSB, favorecendo o reconhecimento de diplomas e certificados.

O ECTS define sua creditação da seguinte maneira: ano acadêmico = 60 créditos; semestre = 30 créditos; trimestre = 20 créditos. Como a UFSB tem regime quadrimestral, cada quadrimestre corresponderá a 20 créditos.

Na UFSB, cada CC (Componente Curricular) possui Carga horária mais Crédito, onde CH é o número de horas semanais de aulas e atividades presenciais, incluindo trabalho de laboratório, aulas práticas, aulas de exercícios ou estudos dirigidos, realizadas na Universidade. Uma unidade de crédito (Cr) equivale a 15 horas de trabalho acadêmico ou demonstração de domínio de conhecimento, competência ou habilidade, validados pelo Colegiado. Nesse sistema, o crédito é atribuído ao CC ou atividade de um programa de estudos ou curso. O número de créditos de cada CC ou atividade pode variar em cada curso, a depender da importância atribuída ao volume de trabalho necessário para que a/o estudante consiga atingir os resultados exigidos neste Projeto Pedagógico<sup>17</sup>.

A principal característica desse sistema de creditação diz respeito à centralidade do processo ensino-aprendizagem, ao invés do sistema tradicional de ensino centrado na figura do professor e em conteúdos e tarefas prefixados. Contudo, a atribuição de créditos não deve variar de estudante para estudante, considerando-se a unidade pedagógica (atividade, CC ou curso). O crédito, como exposto acima, certifica a atividade e não a/o estudante e sua notação não será adaptada conforme a/o estudante tenha apresentado uma performance

---

<sup>17</sup> O Parecer CNE 8/2007 sobre carga horária mínima dos cursos de graduação refere-se ao conceito de volume de trabalho, aqui traduzido num sistema de creditação. Tal conceito pode ser compreendido como o investimento de trabalho requerido no processo ensino-aprendizagem e que não corresponde meramente à carga horária ou ao número de horas utilizadas nos registros acadêmicos. Computar tão somente o quantitativo de horas seria retornar ao tradicional nivelamento de todos, sem atentar para as singularidades do processo de cada educando e para a aquisição qualitativa dos conhecimentos, habilidades e fazeres concernidos.

que se diferencia em qualidade (para mais ou para menos). Este é papel da nota ou conceito e não do crédito.

### **13.10 Mobilidade e aproveitamento de estudo**

O modelo formativo da UFSB está pautado no pluralismo metodológico, incorporando distintos modos de aprendizagem ajustáveis às demandas concretas do processo coletivo institucional e compatível com universidades reconhecidas internacionalmente. Para registro adequado e eficiente da diversidade de modos de aprendizagem previstos, a UFSB adota o sistema combinado de carga horária e creditação baseado no modelo ECTS do sistema europeu, adaptado ao contexto institucional do ensino superior no Brasil e compatível com a plena mobilidade internacional.

Estudos realizados em outra instituição de ensino superior podem ser aproveitados para integralização do currículo, desde que tenham sido aprovados pelo Colegiado de Curso. Componentes Curriculares de qualquer curso da UFSB, quando cursados integralmente com aproveitamento em instituição de ensino superior autorizada, são automaticamente dispensados pela UFSB, sendo os créditos, notas e cargas horárias obtidos no estabelecimento de procedência registrados no histórico escolar, conforme legislação vigente e Resoluções próprias da UFSB.

O curso de Bacharelado em GPS permite o ingresso de estudantes vindos/as de outros cursos da UFSB, desde que estes/as participem da seleção aberta por edital específico em cada processo de entrada para o curso. As regras que regem a progressão interna dos estudantes na UFSB do primeiro para o segundo ciclo, bem como o aproveitamento de estudos nesse processo, estão descritas no tópico 3.2.1 (p. 12) deste PPC.

Conforme Art. 2 da Resolução 19/2014 da UFSB, são ainda elegíveis para inscrição no processo de seleção para o segundo ciclo "Portadores de diplomas de BI, LI ou outros diplomas outorgados por instituições de ensino superior participantes de convênios ou acordos de cooperação com a Universidade".

Outras formas de ingresso em segundo ciclo, eventualmente descritas em Resoluções futuras da UFSB passarão a ser automaticamente acatadas pelo curso.

### **13.11 Aproveitamento de estudos e dispensa por equivalência**

O curso de Bacharelado em Gestão Pública e Social permite tanto o aproveitamento de estudos como a dispensa por equivalência.

Nos termos do art. 2º da Res. n. 26/2020/CONSUNI, o aproveitamento de estudos consiste em “validar Componentes Curriculares, cursados em outra Instituição de Ensino Superior (IES) ou na própria UFSB durante um vínculo anterior ao seu reingresso, e/ou experiências vivenciadas que se configurem como conhecimentos construídos em realidade concretas, inclusive no mundo do trabalho”.

A dispensa por equivalência, também regulamentada no art. 8º mesma resolução, é aplicável apenas “entre Componentes Curriculares ofertados na UFSB e consiste em isentar o/a estudante da obrigatoriedade de cursar um Componente Curricular, caso já tenha sido aprovado em outro que apresente semelhança ou compatibilidade entre conteúdo programático e carga horária”.

## 14 INFRAESTRUTURA

### 14.1 Infraestrutura Física e Acadêmica

Por se tratar de uma Universidade recentemente criada, a infraestrutura dos Campi da UFSB encontra-se ainda em processo de consolidação, inclusive devido aos cortes orçamentários que impactam o proceder dos projetos de construção de novos pavilhões de aulas e centros pedagógicos.

O curso Bacharelado em Gestão Pública e Social é vinculado ao Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais (CFCHS) e será ofertado no Campus Sosígenes Costa, onde se dispõe da seguinte infra-estrutura:

- Centro Administrativo;
- Secretaria Acadêmica;
- Secretaria Executiva;
- Sala de Professores;
- Cantina/Restaurante Universitário;
- Biblioteca e Núcleo de Difusão de Informação;
- Centro de Idiomas;
- Centro de Tecnologias de Aprendizagem;
- Pavilhão de aulas com as seguintes especificações: 20 salas de aula de 70m<sup>2</sup>; uma sala de reuniões de 50 m<sup>2</sup>; um auditório para 200 pessoas;
- Prédio do Centro de Formação em Humanidades (em construção), com salas de programas para pesquisa, cooperação técnica e integração social, além de gabinetes de professores.

### 14.2 Biblioteca e Núcleo de Difusão de Informação

As bibliotecas da UFSB têm por objetivo apoiar as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Criação no âmbito dos três ciclos de formação acadêmica da universidade. As bibliotecas da UFSB adotam o sistema PERGAMUM que possibilita o acesso online do catálogo de livros disponíveis na biblioteca, além da disponibilização de livros

eletrônicos disponíveis em seu acervo digital, fazendo com que a pessoa interessada encontre a obra desejada de forma rápida e simples, possuindo acervo em diversas áreas do conhecimento. A biblioteca da UFSB, no Campus Sosígenes Costas, está consciente do seu papel fundamental com relação à criação dos novos cursos entre os quais o BGPS, e engajada em auxiliar, nas formas mais eficazes possíveis, o acesso ao campo de conhecimento da Gestão Pública e Social, em rápida evolução, se dispondo a usar dos recursos tecnológicos necessários para universalizar e aumentar rapidamente o acesso de forma a sustentar formação e pesquisa em padrões de excelência.

### 14.3 Recursos Tecnológicos

No Campus Sosígenes Costa, onde ocorrem as aulas do Bacharelado em Gestão Pública e Social, os recursos tecnológicos atualmente incluem:

- Acesso a internet banda larga;
- Computador com acesso a internet;
- Projetor (data show);
- Laboratório Informático.

### 14.4 Laboratórios

As exigências do BGPS, em termos de laboratórios para atividades de pesquisa, pesquisa-ação, elaboração de dados (georreferenciamento, análise de dados qualitativos e quantitativos, programas de análise de textos, imagens, ferramentas tecnológicas aplicadas à pesquisa nos vários campos pertinentes ao escopo do BGPS) e atividades extensionistas, serão atendidas pelo **Laboratório Multidisciplinar em Ciências Humanas e Sociais**. O Laboratório Multidisciplinar é um Laboratório de pesquisa e ensino vinculado ao Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais (CFCHS) da Universidade Federal do Sul da Bahia e possui como objetivo atender, com a sua infraestrutura e o seu acervo de equipamentos e artefatos, as demandas das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas no âmbito do CFCHS, seus Cursos, Componentes Curriculares, suas pesquisas e práticas acadêmicas.

## 15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A questão da avaliação de processos de ensino-aprendizagem é complexa e depende da própria concepção do que significa ensinar e aprender. Nesse PPC, parte-se da premissa de que ensinar é facilitar um processo autônomo do/a discente de descoberta e construção do seu próprio percurso formativo, orientar, oferecer ferramentas críticas de compreensão e interpretação que ajudem a selecionar informações e construir significados, mais do que simplesmente repassar informações. Ao agir como orientador e facilitador do processo de aprendizagem, o professor precisa criar oportunidades para o aprendiz em ambientes que o propiciam, lançando mão de ferramentas que induzem os/as discentes a perceber a existência de múltiplas perspectivas, os ajudando a lidar com a complexa construção de saberes. O professor incentiva a participação do/a estudante no seu próprio processo de aprendizagem, estimulando a observação, experimentação e reflexão, visando desenvolver a capacidade crítica, com acompanhamento e apoio oportunos, avaliando o rendimento do aluno nas diversas atividades e componentes curriculares, dentro e fora da sala de aula. Por outro lado, concebemos o estudante como sujeito ativo do processo de aprendizagem; nessa base, o/a discente deve ser acompanhado/a e motivado/a a desenvolver a autonomia nas suas escolhas e direcionamentos durante o curso, visto que essa é uma condição básica para a consolidação da sua competência no processo de aprendizagem. A conquista de tal competência é absolutamente necessária a sujeitos que atuarão em uma realidade complexa em permanente transformação, e que terão de enfrentar situações e problemas que estarão sempre emergindo nas experiências de trabalho. Assim, será possível para o/a discente se posicionar mediante a escolha de CCs, dentre uma proporção de conteúdos de natureza optativa durante o curso e, especialmente, ao escolher as Oficinas Temáticas, possibilitando-lhe definir, em parte significativa, o seu percurso de aprendizagem e o tipo e natureza de práticas focalizadas.

A avaliação do rendimento do/a discente será feita em cada CC em função de seu aproveitamento verificado em provas e trabalhos decorrentes de aulas teóricas, seminários, atividades extensionistas, pesquisas, trabalhos de campo, estágio obrigatório, leituras programadas e trabalhos especiais (de acordo com a natureza dos Componentes Curriculares).

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos discentes na UFSB tem como referência que a avaliação dos estudantes deve estar pautada tanto no processo de aprendizagem (avaliação formativa), como no seu produto (avaliação somatória). Na avaliação do processo, a meta é identificar as potencialidades dos estudantes, falhas da aprendizagem, bem como buscar novas estratégias para superar dificuldades identificadas. Para acompanhar a aprendizagem no processo, o/a docente lança mão de atividades e ações que envolvem os estudantes ativamente, a exemplo de seminários, relatos de experiências, entrevistas, coordenação de debates, produção de textos, práticas de laboratório, elaboração de projetos, relatórios, memoriais, portfólios, dentre outros. Nesse sentido, ainda reconhecemos o especial valor das atividades extensionistas para promover na/o estudante a compreensão do valor pragmático de seus estudos, assim como o engajamento dela/e ao vislumbrar a possibilidade de se tornar agente protagonista de transformações positivas em seu contexto de vida.

Na UFSB, a avaliação é entendida como dispositivo imprescindível do processo ensino aprendizagem e contém – mas não se limita a – verificação de aprendizagem como testes, provas, trabalhos, e outras atividades pontuais que conduzem a notas ou conceitos.

Os seguintes princípios do Plano Orientador norteiam os processos de avaliação na UFSB:

- Interdisciplinaridade: as/os docentes de cada quadrimestre planejam avaliações conjuntas e, sempre que possível, envolvem conhecimentos e saberes trabalhados nos diferentes CCs do quadrimestre, evitando multiplicar produtos avaliativos.
- Compromisso com aprendizagem significativa: coerente com metodologias ativas de ensino-aprendizagem, evitando a ênfase conteudista e pontual.
- Criatividade e inovação: são valorizadas mediante a instigação à reflexão crítica e propositiva.
- Ética: critérios justos, transparentes, com objetivos claros e socializados desde o início de cada CC.
- Espírito colaborativo: trabalhos em grupo e promoção do compartilhamento e da solidariedade são atitudes exercidas em todas as atividades universitárias.

As/os docentes que ministram os componentes curriculares no Curso são estimulados a desenvolver projetos de ensino interdisciplinares, assim como a orientar as/os discentes na identificação das Oficinas Temáticas pertinentes aos temas estudados e capazes de propiciar o vai e vem entre teoria e prática. Projetos interdisciplinares, Oficinas Temáticas e o Estágio obrigatório, objetivam a fundamental interconexão entre a teoria trabalhada em sala de aula e a concretude dos problemas do território de referência da UFSB.

Quanto à verificação da aprendizagem, conforme a metodologia proposta, acredita-se na avaliação como processual, cumulativa e contínua, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Sendo assim, a aprovação nas atividades do Curso dependerá do resultado das avaliações efetuadas ao longo do seu período de realização, na forma prevista nos planos de ensino dos docentes.

### 3.

## **16 REGIME DE MATRÍCULA E INSCRIÇÃO EM COMPONENTES CURRICULARES**

O/a estudante fará sua inscrição nos CCs quadrimestralmente, usando a ferramenta virtual SIGAA. Os CCs da matriz curricular do Bacharelado em Gestão Pública e Social estarão disponíveis para matrícula dos estudantes, sendo ofertados no Campus Sosígenes Costa em Porto Seguro.

### **4.**

## 17 GESTÃO DO CURSO

### 17.1 Corpo docente

O corpo docente do Bacharelado em Gestão Pública e Social será constituído por docentes do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da UFSB, do Campus Sosígenes Costa, assim como docentes de outros Centros de Formação que são convidados a atuar pontualmente em determinados componentes curriculares do Curso.

#### 17.1.1 Professores permanentes

Atualmente, contamos com os seguintes Professores Permanentes com carga horária disponível para o curso:

**Valéria Giannella** (coordenadora)

Doutorado em Políticas Públicas do Território na Universidade IuaV de Veneza

**Carolina Bessa Ferreira de Oliveira**

Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo

**Danilo Christiano Antunes Meira**

Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina

**Paulo Dimas Rocha de Menezes**

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais

**Spensy Kmitta Pimentel**

Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo

**Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos**

Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília

**Rafael Andrés Patiño Orozco**

Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia

**Leonardo Evangelista Moraes**

Doutorado em Oceanografia Biológica - Universidade Federal do Rio Grande

**Aline Nunes**

Doutorado em Artes da Cena - Universidade Estadual de Campinas

### **17.1.2 Professores colaboradores**

O curso pode contar também com os seguintes docentes colaboradores:

**Marcos Vinicius Fernandes Calazans**

Doutorando em Ensino de Ciências e Matemática - Universidade Luterana do Brasil

**Elivaldo Fracalossi Lozer**

Doutorando em Ciência da Computação - Universidade Federal da Bahia

**Eder Rodrigues da Silva**

Doutorado em Estudos Literários - Faculdade de Letras - Universidade Federal de Minas Gerais

**Marcio Florentino**

Doutorado em Ciências da Saúde - Universidade Coimbra

**Dodi Tavares Borges Leal**

Doutorado em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

**Eladyr Boaventura Raykil (IFBA)**

Mestrado em Administração - Universidade Federal da Bahia

**Patrícia Aurélia Del Nero**

Doutorado em Direito - Universidade Federal de Santa Catarina

**Cristiano da Silveira Longo**

Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - Universidade de São Paulo

**Antonio José Costa Cardoso**

Doutorado em Saúde Pública - Universidade Federal da Bahia

**Stella Narita**

Doutora em Ciências Sociais - Integração da América Latina - Universidade de São Paulo

**Hamilton Richard Alexandrino Ferreira dos Santos**

Pós-doutorado em Cultura e Sociedade - Universidade Federal da Bahia

**Jane Mary de Medeiros Guimarães**

Doutorado em Saúde Pública - London School of Hygiene and Tropical Medicine

**Ana Carneiro Cerqueira**

Pós-doutorado em Antropologia Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Daniane Pereira**

Mestrado em Letras - Universidade Estadual de Montes Claros

**Raquel Siqueira**

Doutora em Psicologia-Estudos da Subjetividade. Universidade Federal Fluminense

**Alessandra Buonavoglia**

Doutorado em Ciências Ambientais - Universidade de São Paulo

**Lina Rodrigues de Faria**

Doutorado em Saúde Coletiva - Instituto de Medicina Social/UERJ

***17.1.3 Corpo docente e condições de funcionamento do curso***

O corpo docente listado aqui acima, entre docentes permanentes e colaboradores, vai permitir que o Bacharelado em Gestão Pública e Social possa iniciar a funcionar imediatamente após a aprovação e o adimplemento dos necessários procedimentos burocráticos e administrativos. No entanto, é importante salientar que, desde a origem da sua idealização, o GT encarregado declarou a necessidade de fortalecer algumas áreas de conhecimento, nomeadamente a das Teorias Econômicas (clássicas e contemporâneas), da Administração Pública e das Finanças, Orçamento e Contabilidade Pública.

Essas carências foram supridas nesse momento pela mobilização de muitos colegas que, graças à formação interdisciplinar e transversal que os caracteriza, se dispuseram a ajudar, especialmente por reconhecer a importância desse curso e o potencial de reverberação positiva no território de pertencimento da nossa instituição. Colegas das áreas de ciência ambientais, da matemática e da computação, colegas da área de saúde coletiva, colegas das artes, colegas de do Campus Jorge Amado e por fim, uma colega de uma instituição parceira qual o IFBA em Porto Seguro, acolheram pronta e solícitamente o nosso pedido de colaboração, para não adiar o início dessa experiência de ensino, pesquisa e extensão no Campo de Públicas. Isso reforça a natureza inter e transdisciplinar desse curso de BGPS, confirmando e fortalecendo a vocação originária da UFSB de ser uma instituição a serviço do seu território, capaz de contribuir com a formação de qualidade em áreas estratégicas para o futuro. Ao mesmo tempo, essa disponibilidade não elimina a exigência que esse curso tem, para se consolidar, das vagas docentes acima apontadas.

Ainda referente a esse assunto, precisamos destacar que, a colaboração dos dois docentes do Campus Jorge Amado, prefigura a necessidade de suporte tecnológico e de metapresencialidade ao se ministrarem os respectivos CCs. Enfatizamos que esse arranjo não

pode e não deve ser considerado definitivo e pede, como sempre afirmado, a contratação de docentes especificamente vinculados ao Curso, nas áreas supracitadas. Por último, explicitar que a atuação da docente do IFBA estará amparada por convênio interinstitucional.

## 17.2 Colegiado do Curso

O colegiado de Curso é o órgão de gestão acadêmica que tem por finalidade planejar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino-aprendizagem, atribuindo centralidade às ações de articulação entre professores e estudantes objetivando aprendizagens significativas, por meio de práticas solidárias e interdisciplinares, sempre de acordo com o presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC), devidamente aprovado pelo CONSUNI.

O Colegiado do curso será presidido pelo/a coordenador/a do curso e composto pelo/a coordenador/a adjunto, representantes de cada uma das ênfases do curso, por um/a responsável pelo Programa Permanente de Extensão ao qual se vinculam as Oficinas Temáticas, por um/a docente responsável pelo Estágio Obrigatório supervisionado, um representante dos/as discentes, um/a representante dos servidores técnico-administrativos escolhidos por seus pares. O mandato dos representantes no colegiado é de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez. O colegiado do Curso se reunirá ordinariamente, uma vez ao mês, e extraordinariamente quando for solicitado, sendo suas decisões referendadas por maioria simples dos votos. Em caso de impossibilidade de participação de um/a de seus representantes, deve ser encaminhada sua imediata substituição junto ao colegiado. O Colegiado é composto por membros escolhidos por seus pares, em processo eleitoral realizado de acordo com regras autonomamente estabelecidas, para mandatos de dois anos, com direito a uma única recondução.

A UFSB apresenta o Colegiado como o órgão de gestão acadêmica que tem como finalidade planejar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino-aprendizagem tendo em vista o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e sua implementação; a análise e emissão de parecer das recomendações de atualização do PPC encaminhadas pelo NDE; a proposição de políticas para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da criação, da inovação, da extensão e da cooperação técnica no âmbito do curso; a proposição da expansão, modificação e extinção de curso, bem como redução ou ampliação da oferta de vagas; análise, aprovação e avaliação dos Planos de Ensino-Aprendizagem, Programas e Planos de

Atividades dos CCs; aprovação da lista de Oficinas Temáticas ativadas anualmente, assim como validação das atividades extensionistas realizadas pelas/os discentes nas etapas da Formação Preliminar e no 1º ciclo. O Colegiado pode dispor a criação de grupos de trabalho para o desempenho de algumas atividades quais, redação de regimentos e regulamentos para o curso; pode propor alterações, quando necessário; apresentar propostas de atividades extracurriculares necessárias ao bom funcionamento do curso; auxílio no planejamento pedagógico dos CC ofertados a cada quadrimestre-letivo; deliberação sobre processos administrativos de natureza acadêmica. Embora o trabalho do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante possam ser exercidos pelas mesmas pessoas, é importante que não sejam confundidos os seus papéis, funções e objetivos. Espera-se que o/a coordenador/a do curso seja um/a docente que possa contribuir na construção da identidade do curso e, ainda, garantir os adequados fluxos de trabalho.

### **17.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)**

Conforme o Parecer CONAES N° 4, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi um conceito criado pela Portaria N° 147, de 2 de fevereiro de 2007, com a finalidade de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação. Ele deve ser considerado não como exigência ou requisito legal, mas como elemento diferenciador da qualidade do curso, no que diz respeito à interseção entre as dimensões do corpo docente e Projeto Pedagógico do Curso.

Na UFSB, a Resolução nº 04/2018, estabelece que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica em cada curso de graduação com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre matérias de natureza acadêmica, corresponsável pela concepção, elaboração e implementação de políticas relativas ao desenvolvimento do curso.

O Art. 4 (UFSB, Resolução 04/2018) aponta para a seguinte composição de 05 (cinco) docentes atuantes no curso, devendo preencher os seguintes requisitos:

- I. contratação em regime de trabalho de 40 horas semanais ou em Dedicção exclusiva;
- II. titulação acadêmica de doutor;
- III. experiência de docência no Ensino Superior;

- IV. produção acadêmica na grande área de conhecimento do curso e acerca do caráter interdisciplinar das áreas.

O Art. 4 traz ainda os seguintes parágrafos:

§ 1 O/A coordenador/a de curso é membro nato do Núcleo Docente Estruturante, devendo os outros 4 (quatro) membros serem eleitos pelo Colegiado de Curso, observando-se os requisitos citados.

§ 2 O Núcleo Docente Estruturante terá uma coordenação composta por 02 (dois) membros (coordenador/a e vice-coordenador/a eleitos/as na primeira reunião de trabalho do NDE).

§ 3 O/A coordenador/a do NDE será substituído/a em seus impedimentos pelo/a vice-coordenador/a.

#### **17.4 Sistema de avaliação do projeto pedagógico de curso**

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Bacharelado Gestão Pública e Social da UFSB será periodicamente avaliado de acordo com um processo de acompanhamento reflexivo da implantação do curso, de sua interação com o contexto territorial de referência, assim como da consideração da evolução dos debates pedagógico e relativos aos temas/problemas do Campo de Públicas. Será um objetivo em si acompanhar as constantes, e cada vez mais rápidas, mudanças nas tecnologias disponíveis, bem como as transformações sociais, de modo a acolher novas exigências e anseios do meio onde está inserido.

Neste contexto, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Bacharelado Gestão Públicas realizará a cada três anos ou quando necessário, uma avaliação do PPC, contando com a contribuição e participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, para que se possam realizar as adequações necessárias à melhoria na qualidade dos processos de ensino, pesquisa e extensão e de sua estreita interconexão. A primeira análise será realizada logo após a conclusão do curso pela primeira turma. Durante a avaliação serão analisados a coerência entre os elementos estruturantes do Projeto e a pertinência da estrutura curricular apresentada em relação ao perfil desejado e o desempenho social do egresso.

Também serão consideradas durante a análise as necessidades de corpo docente e infraestrutura básica. Assim, a avaliação deverá subsidiar reformas curriculares, estruturais e logísticas, entre outras, necessárias à adequação do projeto às mudanças contextuais. Para tanto, o NDE apresentará suas sugestões na forma de relatório encaminhado ao Colegiado do Curso que o apreciará e indicará os passos para efetivação das propostas. Além disto, sinalizamos o Seminário Pedagógico realizado anualmente pela UFSB, contemplando diferentes temáticas a cada edição e contando com a participação de toda a comunidade universitária, além de convidados externos. As reverberações desses seminários contribuirão para a avaliação continuada do PPC e do desempenho do Curso.

**ANEXO 1 - REGIMENTO DO BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E SOCIAL**

O Regimento do BGPS será redigido e aprovado pelo Colegiado do Curso até o encerramento do 1º quadrimestre de atividade do mesmo.

## **ANEXO 2 - REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO BGPS**

O Regimento do BGPS será redigido por um grupo de trabalho indicado pelo Colegiado do Curso e aprovado pelo mesmo até o encerramento do 1º quadrimestre de atividade do mesmo.

### **ANEXO 3 - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO BGPS**

O Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do BGPS será redigido por um grupo de trabalho indicado pelo Colegiado do Curso e aprovado pelo mesmo até o encerramento do 3º quadrimestre de atividade do mesmo.

#### ANEXO 4 - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO BGPS

**Art. 1o** - Regulamenta a disposição do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Bacharelado em Gestão Pública e Social (BGPS) que prevê a integralização de créditos do curso na modalidade de Atividades Complementares (ACs).

Parágrafo único - A aferição de carga horária em ACs neste curso será regida pela Resolução 16/2015 da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e demais legislações vigentes.

**Art. 2o** - Para fins de integralização de créditos correspondentes, são consideradas ACs aquelas atividades que propiciam a aquisição de habilidades, conhecimentos e atitudes, seguindo o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Campo de Pública a que se submete o BGPS.

§ 1o - As referidas atividades devem possibilitar à/ao estudante reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, incluindo a prática de estudos e as atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão.

§ 2o - São ACs aquelas realizadas por estudante no BGPS durante o período em que estiver matriculado no curso ou no curso de origem em caso de transferência ou migração do 1o ciclo.

**Art. 3o** - ACs compreendem participação da/o estudante em atividades artísticas, culturais, esportivas, científicas e de representação estudantil seja na Universidade, na comunidade, em instituições, organizações ou outros espaços, visando à aquisição e/ou produção de conhecimentos e habilidades importantes para o exercício profissional, o voluntariado e a cidadania, e que contribuam para a complementação da sua formação pessoal, social, cultural e acadêmica.

**Art. 4o** - As Atividades Complementares contemplam as seguintes dimensões:

- I. humana: atividades que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e pessoal da/o estudante, ampliando sua consciência reflexiva e cidadã;
- II. social: atividades que favoreçam o empreendedorismo socialmente referenciado, atividades comunitárias, trabalho voluntário na comunidade, em associações de bairros e na Universidade;
- III. profissional: atividades que enriqueçam a formação técnico-profissional requeridas pelo curso, área de formação ou área complementar;

IV. acadêmica: atividades científicas, filosóficas, artísticas, culturais ou esportivas que consolidem a formação integral universitária em complemento à formação específica do curso.

V. política estudantil: atividades que envolvam a/o estudante em temáticas de interesse coletivo relacionadas a representação formal em entidades estudantis e em conselhos, comissões ou congêneres da Universidade.

§ 1o - Não são consideradas, para fins de integralização de créditos correspondentes, como complementares as atividades que integrem:

I - cursos de graduação ou de pós-graduação realizados em concomitância com o curso de Gestão Pública e Social;

II - cursos preparatórios para concursos públicos ou seleções de natureza similar.

§ 2o - O máximo a ser integralizado como atividades complementares ao longo do curso é de 5 créditos (75 horas).

§ 3o - Componentes Curriculares extras à matriz curricular do BGPS, oferecidos pela UFSB, além do mínimo de optativos exigidos no Projeto Pedagógico de Curso do BGPS poderão ser utilizados com carga horária de AC.

§ 4o - Às atividades relacionadas no Caput deste Artigo serão atribuídos créditos conforme as regras de pontuação definidas para cada um dos grupos de atividades constantes do anexo a este regulamento.

**Art. 5o** - As Atividades Complementares validadas e creditadas pela Universidade devem observar os seguintes critérios:

I. diversidade, atualidade e compromisso social, em conformidade com os referenciais orientadores do Projeto Pedagógico do BGPS;

II. serão realizadas, preferencialmente, aos sábados ou em turnos contrários às atividades curriculares regulares do curso.

Parágrafo Único - A participação em Atividades Complementares não justifica a ausência em atividades curriculares do curso.

**Art. 6o** - Compete ao Colegiado do BGPS a validação das Atividades Complementares, realizadas dentro ou fora do ambiente acadêmico e de acordo com o PPC e com o presente regulamento.

Parágrafo Único – Após a validação de uma atividade complementar o Colegiado de Curso deve informar a Pró-Reitoria de Gestão Acadêmica (Progeac) quantas horas foram validadas para fins de integralização.

**Art. 7o** - Cabe ao Colegiado do Curso:

- I. monitorar a realização das Atividades Complementares ao longo do curso, em termos qualitativos e de carga horária;
- II. examinar e deliberar pela aprovação de atividades formais, não-formais ou informais apresentadas pela/o estudante e validadas por seu/sua orientador/a;
- III. informar à/ao estudante o quantitativo de horas validado, visando à integralização das Atividades Complementares.

**Art. 8o** - Compete à/ao estudante:

- I. encaminhar a documentação comprobatória da Atividade Complementar à Coordenação do Colegiado do BGPS;
- II. integralizar a carga horária destinada às Atividades Complementares, definida na matriz curricular do PPC, bem como acompanhar as orientações do Colegiado de Curso.

**Art. 9o** - A validação de Atividades Complementares apresentadas pela/o estudante ao Colegiado ficará condicionada aos seguintes critérios:

- I. apresentação de atestado, certificado ou relatório descritivo de participação efetiva em atividade não-formal ou informal, validada por seu/sua orientador/a;
- II. atividades que se enquadrem em mais de um item serão validadas naquele que apresentar maior carga horária, a depender do montante necessário à integralização;
- III. a/o estudante deverá participar de pelos menos três tipos de atividades, de acordo com o PPC, não podendo, sob nenhuma hipótese, preencher toda a carga horária/creditação com um único tipo de atividade.

**Art. 10o** - Os casos omissos e de adaptação curricular serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.

**Art. 11o** - O presente Regulamento passa a vigorar a partir da data de sua aprovação, cabendo ao Decanato do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais dar publicidade ao mesmo.

#### **Anexo 4.1 anexo ao regulamento de atividades complementares do Bacharelado em Gestão Pública e Social**

As Atividades Complementares serão validadas em horas conforme o descrito a seguir:

I - Monitoria de componentes curriculares que integram o Projeto Pedagógico de curso da graduação, incluindo Bacharelados Interdisciplinares (BIs), Licenciaturas Interdisciplinares (LIs) e no Bacharelado em Gestão Pública e Social as (BGPS).

15 h para cada quadrimestre de trabalho

II - Atuação em grupos de estudos, de extensão e de pesquisa, com orientação de um servidor.

15 h para cada quadrimestre de trabalho.

III - Atividades de extensão, com orientação de um servidor. 15 h para cada quadrimestre de trabalho

IV - Participação em projetos de pesquisa de Iniciação Científica e de Extensão, com orientação de um servidor.

15 h para cada quadrimestre de trabalho

V - Bolsa de Iniciação Científica 45 h para cada quadrimestre de trabalho

VI – Componentes Curriculares extras à matriz curricular do BGPS, oferecidos pela UFSB, além do mínimo de optativos exigidos no Projeto Pedagógico de Curso do BGPS.

Será computada 2/3 da carga horária do componente curricular

VII – Componentes curriculares pertencentes a outros cursos superiores de outras Instituições de Ensino Superior, além do mínimo de optativos e livres exigido no Projeto Político - Pedagógico do curso e que não integrem o currículo do Projeto Político Pedagógico de BI em Humanidades.

Será computada a carga horária do curso, em consonância com o disposto no inciso III, Artigo 9º desse Regulamento.

VIII – Cursos pertinentes ao Campo de Públicas. Os eventos necessitam ter vínculos com uma instituição pública ou privada, ficando a critério do colegiado a definição da pertinência em relação ao curso. Será computada a carga horária do curso

IX - Atividades extracurriculares desenvolvidas no âmbito do Programa de Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Nacional ou Internacional.

Será computada a carga horária do curso, em consonância com o disposto no inciso III, Artigo 9º desse Regulamento.

X - Participação na organização de eventos

Os eventos necessitam ter vínculos com uma instituição pública ou privada, ficando a critério do colegiado a definição da pertinência em relação ao curso.

Será computada a carga horária que constar no certificado do evento

XI – Participação em eventos (seminários, simpósios, congressos e conferências)

Por cada dia de participação serão computadas 8 h por dia ou a carga horária que constar no certificado, valendo a maior.

A participação em cursos internos aos eventos será computada em separado.

Os eventos necessitam ter vínculos com uma instituição de pesquisa ou de ensino superior.

XII - Apresentação de trabalhos em eventos 10 horas por apresentação

XIII – Publicação de trabalhos em eventos 15 horas por publicação

XIV – Publicações em Periódicos 10 horas por publicação

XIV – Atividades Virtuais

Cada caso deverá ser analisado pelo Colegiado do curso.

XV – Participação em Conselhos Superiores e Câmaras, Conselho Setoriais e Colegiados de Curso e demais órgãos de representação estudantil.

15 h por quadrimestre

XVI – Estágio extracurricular profissional na área de formação e afins (remunerado ou voluntário)

Será computada a carga horária que constar no certificado do estágio, em consonância com o disposto no inciso III, Artigo 9º desse Regulamento.

XVII - Participar de ações que promovam o exercício da cidadania e defesa do meio ambiente e ficando a critério do colegiado a definição da pertinência em relação ao curso.

15 h por quadrimestre

XVIII – Outras atividades a critério do Colegiado.

**O presente regulamento deverá ser validado pelo Colegiado do curso no prazo do primeiro quadrimestre de funcionamento.**

<b>BAREMA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO BGPS</b>		
<b>ATIVIDADE</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>DISPOSIÇÕES</b>
<b>I</b> – Monitoria de componentes curriculares que integram o Projeto Político - Pedagógico da graduação.	15	Horass para cada quadrimestre de trabalho.
<b>II</b> – Atuação em grupos de estudos, de extensão e de pesquisa, com orientação de um servidor.	15	Horass para cada quadrimestre de trabalho.
<b>III</b> – Atividades de extensão, com orientação de um servidor.	15	Horas para cada quadrimestre de trabalho.
<b>IV</b> – Participação em projetos de pesquisa de Iniciação Científica e de Extensão, com orientação de um servidor.	15	Horas para cada quadrimestre de trabalho.
<b>V</b> - Bolsa de Iniciação Científica ou de Extensão	45	Horas para cada quadrimestre de trabalho
<b>VI</b> – Componentes Curriculares extras à grade curricular do curso de BI em Humanidades, oferecidas pela UFSB, além do mínimo de optativas e livres exigidos no Projeto Político Pedagógico do curso do BI em Humanidades.		Será computada 2/3 da carga horária do componente curricular
<b>VII</b> – Componentes curriculares pertencentes a outros cursos superiores de outras Instituições de Ensino Superior, além do mínimo de optativos e livres exigido no Projeto Político - Pedagógico do curso e que não integrem o currículo do Projeto Político Pedagógic o de BI em Humanidades.		Será computada a carga horária do curso, em consonância com o disposto no inciso III, Artigo 9º desse Regulamento.

<b>VIII</b> – Cursos pertinentes a área de BGPS		Será computada a carga horária do curso, em consonância com o disposto no inciso III, Artigo 9º desse Regulamento.
<b>IX</b> - Atividades extracurriculares desenvolvidas no âmbito do Programa de Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Nacional ou Internacional.		Será computada a carga horária do curso, em consonância com o disposto no inciso III, Artigo 9º desse Regulamento.
<b>X</b> - Participação na organização de eventos		Será computada a carga horária que constar no certificado do evento
<b>XI</b> – Participação em eventos (seminários, simpósios, congressos e conferências)	08	Horas por dia ou a carga horária que constar no certificado, valendo a maior.
<b>XII</b> - Apresentação de trabalhos em eventos	10	Horas por apresentação
<b>XIII</b> – Publicação de trabalhos em eventos	15	Horas por publicação
<b>XIV</b> – Publicações em Periódicos	10	Horas por publicação
<b>XIV</b> – Atividades Virtuais		Cada caso deverá ser analisado pelo Colegiado do curso.
<b>XV</b> – Participação em Conselhos Superiores e Câmaras, Conselho Setoriais e Colegiados de Curso e demais órgãos de representação estudantil	15	Horas por quadrimestre

<b>XVI</b> – Estágio extracurricular profissional na área de formação e afins (remunerado ou voluntário)		Será computada a carga horária que constar no certificado do estágio, em consonância com o disposto no inciso III, Artigo 9º deste Regulamento.
<b>XVII</b> - Participar de ações que promovam o exercício da cidadania e defesa do meio ambiente e ficando a critério do colegiado a definição da pertinência em relação ao curso.	15	Horas por quadrimestre.
<b>XVIII</b> – Outras atividades.		Serão validadas a critério do Colegiado
<b>Total</b>		

## ANEXO 5: EMENTÁRIO DO BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E SOCIAL

### Componentes curriculares transversais do eixo propedêutico - optativos

COMPONENTE CURRICULAR: Etnologia e etnicidades no Brasil
<b>CARGA HORÁRIA: 60 h</b>
<b>NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH</b>
<b>EMENTA</b>
Introdução aos estudos etnológicos das sociedades ameríndias sul-americanas e dos grupos afro-americanos no Brasil contemporâneo. Apresentação de abordagens cosmológicas, comparativas e de relações Inter étnicas.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
GONÇALVES, Marco Antonio; HEAD, Scott (Org.). <b>Devires imaginéticos: a etnografia, o outro e suas imagens</b> . Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. RIBEIRO, Darcy. <b>O povo brasileiro</b> . São Paulo, Cia das Letras, 1995 SCHWARCZ, Lilia Moritz. <b>O espetáculo das raças</b> . São Paulo, Companhia das Letras, 1993. VIVEIROS DE CASTRO. <b>A Inconstância da Alma Selvagem</b> . São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
CUNHA, Manuela Carneiro da. <b>Índios no Brasil</b> . História, direitos e cidadania. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2013. OLIVEIRA, João Pacheco de. <b>Ensaio em Antropologia Histórica</b> . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. SANSONE, Livio. <b>Negritude sem Etnicidade: O Local e o Global nas Relações Raciais e na Produção Cultural Negra no Brasil</b> . Salvador: Pallas, 2003. MUNANGA, Kabengele. <b>Negritude</b> . Usos e sentidos. Editora Autêntica, 2009. SKIDMORE, Thomas E. <b>Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro</b> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

COMPONENTE CURRICULAR: Noções de Direito Público
<b>CARGA HORÁRIA: 60 h</b>
<b>NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH</b>
<b>EMENTA</b>

Regulação jurídica do poder político. O Estado como sujeito de direito. Personalidade jurídica. Atividades do Estado. A dicotomia Direito Público vs. Direito Privado. Princípios gerais do Direito Público. Ramos do Direito Público. O Estado de Direito. Constituição e Constitucionalismo. Supremacia da Constituição. Poder Constituinte.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** São Paulo: Saraiva, 2014.

SALDANHA, NELSON. **Direito Público e direito privado: notas sobre o aspecto histórico do problema e sobre a possibilidade de uma revisão.** Disponível em:  
<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&ved=0CDcQFjAFahUK>  
 Ewikq8ma0fbGAhWC\_YAKHS02APU&url=http%3A%2F%2Fwww.unicap.br%2FArte%2Fler.php%3Fart\_cod%3D1682&ei=MrCzVaTKLYL7gwSt7lCoDw&usq=AFQjCNG5bVYg\_HFKa1dMcLUOBiKU54BMjg&sig2=fYgl\_Xvq1hINyThYf4u28g&bvm=bv.98717601,d.eXY .

SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos de Direito Público.** São Paulo: Malheiros, 2012.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Malheiros, 2014.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da Constituição.** 6 ed. Coimbra: Almedina, 1993.

LASSALE, Ferdinand. **A Essência da Constituição.** São Paulo: Freitas Bastos, 2014.

SOUZA NETO, Claudio Pereira de e SARMENTO, Daniel. **Direito Constitucional: teoria, história e métodos de trabalho.** Belo Horizonte: Fórum, 2014.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Exclusão e subjetividade

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH**

#### EMENTA

Este componente curricular toma como objeto de questionamento a exclusão como manifestação histórica, psicológica, política, socioeconômica etc. Será feita uma abordagem interdisciplinar de um fenômeno que é ao mesmo tempo experiência e conceito e que denominamos exclusão.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAUDRILLARD, Jean. *La transparencia del Mal.* Barcelona: Editorial Anagrama. 1991

Foucault, M. (2011). *Os anormais.* São Paulo: Martins Fontes.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ANDERSON, Perry. As Origens da Pós-Modernidade. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999

BOUHDIBA, Abdelwahab. A sexualidade no Islã. São Paulo: Globo, 2006

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 3: o cuidado de si. Rio de Janeiro : Graal, 1985.

SOUZA, Jessé. A Construção Social da Subcidadania. Belo Horizonte: UFMG, 2006

**COMPONENTE CURRICULAR: Direito e Sociedade****CARGA HORÁRIA: 60 h****NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH****EMENTA**

Dimensões políticas da cidadania. Direitos políticos. Representação política e participação popular no Brasil. História do movimento da sociedade no Brasil.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CURY, Vera de Arruda Rozo. Introdução à formação jurídica no Brasil. Campinas: Edicamp, 2002.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo Editora, 2012. Disponível em:  
<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/FAORORaymundoOsDonosdoPoder.pdf>.

SANTOS, Boaventura Souza; CHAUI, Marilena. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BIANCHI, André Luiz. Direito social à saúde e fornecimento de medicamentos. Porto Alegre: Núria Fabris Editora, 2012.

CAPELETTI, Mauro. Acesso à Justiça. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2002.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WOLKMER, Antonio Carlos; VERAS Neto, Francisco Q; LIXA, Ivone M. Pluralismo Jurídico. 2a ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

**COMPONENTE CURRICULAR: Direitos territoriais e Políticas Públicas****CARGA HORÁRIA:****NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH****EMENTA**

Interfaces entre geografia, história, direito, sociologia, antropologia nas discussões sobre acesso ao território e políticas públicas.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FELDMAN-BIANCO, Bela. Identidades. Estudos de cultura e poder. São Paulo: Hicutech, 2000.  
 Fredrik Barth (org.). Ethnic Groups and Boundaries. Bergen-Oslo/Londres: University Forlaget/George & Unwin, 1969.  
 RAMOS, Alcida Rita. Indigenism. Ethnic politics in Brazil. Winsconsin University, 1998.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DESPRES, Leo A. (ed.). Ethnicity and Resource Competition in Plural Societies. The Hague/Paris: Mouton Publishers. 1975.  
 HONNETH, Axel. Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução: Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.  
 OLIVEIRA, José Ademir de. Amazônia - políticas públicas e diversidade cultural. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.  
 SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado; MENEZES, Maria Paula (orgs.). Semear outras soluções. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

### **COMPONENTE CURRICULAR: Patrimônio cultural, acesso público e gestão**

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH**

#### **EMENTA**

Estudos do patrimônio cultural material e imaterial no Brasil e no mundo, com destaque para sua importância como fator identitário único e desenvolvimento de estratégias para sua gestão adequada no que se refere à identificação, resgate, conservação, guarda e acesso público aos bens culturais. Área do CC: Humanidades Cultura do CC: Humanística

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009  
 CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Liberdade & Unesp, 2006.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CARLOS, A. F. A. CRUZ, R. C. A. Da. Turismo e espaço, paisagem e cultura. São Paulo, Hucitec, 1999.  
 GASPAR, Madu. Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura e patrimônio: um guia. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.  
 FUNARI, Paulo (org.) Cultura material e Arqueologia Histórica. UNICAMP. Campinas, 1998.  
 TAMAZO, Isabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. In: Série Antropologia, Brasília: UnB, 2002.

#### **COMPONENTE CURRICULAR: Pensamento social e político na formação do Brasil**

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH**

#### **EMENTA**

Estudo de textos e autores brasileiros, do sec. XIX à contemporaneidade, representativos da formação e desenvolvimento de um pensamento político voltado à narrativa e à compreensão dos vínculos entre, de um lado, a formação social brasileira, em sua historicidade e, de outro, as instituições, valores e práticas políticas vigentes no momento de cada obra, sendo estas analisadas na sua dimensão metodológica e na articulação de seus conteúdos com questões controversas nas interpretações sociológicas sobre o Brasil e com temas e matrizes intelectuais da teoria política, clássica e contemporânea

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CARVALHO, José Murilo de. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.  
 FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 2001.  
 Disponível em:  
<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/FAORORaimundoOsDonosdoPoder.pdf>. VIANNA, Oliveira. Instituições Políticas brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

IANNI, Otávio. Pensamento social no Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2004.  
 FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.  
 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.  
 PRADO, Caio. Evolução Política do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

#### **COMPONENTE CURRICULAR: Estado, culturas e sociedades no Brasil**

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH**

<b>EMENTA</b>
Diversidade social e cultural no Brasil. Origens étnicas e culturais e processos de construção das culturas brasileiras. Encontro de povos e culturas indígenas, europeias, africanas e outros povos que vieram a constituir a nacionalidade brasileira em sua diversidade.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
<p>DA MATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis: para uma Sociologia do Dilema Brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.</p> <p>HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p> <p>RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em:  <a href="http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/ribeiro_darcy_povo_brasileiro_formacao_e_o_sentido_do_brasil.pdf">http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/ribeiro_darcy_povo_brasileiro_formacao_e_o_sentido_do_brasil.pdf</a>.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
<p>ALENCASTRO, Luis Felipe de. O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.</p> <p>FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.</p> <p>SANTOS, Boaventura de S. (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Coleção Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos).</p> <p>SEVCENKO, Nicolau (Org.) História da vida privada no Brasil (v. 3) - República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.</p>

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Direitos humanos</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60 h</b>
<b>NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH</b>
<b>EMENTA</b>
Teoria Geral dos Direitos Humanos. Desenvolvimento Histórico do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Introdução aos Sistemas de Proteção de Direitos Humanos. Teoria dos Direitos Fundamentais. Constituição Brasileira de 1988 e a Institucionalização dos Direitos e Garantias Fundamentais. A Constituição Brasileira de 1988 e a Concepção contemporânea de Direitos Humanos. Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier. 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

TRINDADE, Antônio A. Cançado. Dilemas e desafios da proteção internacional dos direitos humanos. In: SOUSA JR., José Geraldo et al. Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade, vol. 1. Porto Alegre: Síntese, 2004. Disponível em: <http://odireitoachadonarua.blogspot.com.br>.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

TRINDADE, Antônio A. Cançado. Dilemas e desafios da proteção internacional dos direitos humanos. In: SOUSA JR., José Geraldo et al. Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade, vol. 1. Porto Alegre: Síntese, 2004. Disponível em: <http://odireitoachadonarua.blogspot.com.br>.

### **COMPONENTE CURRICULAR: Direito e Ecocomplexidade**

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH**

#### **EMENTA**

Ecocomplexidade e sociedade pós-industrial (ou globalizada); Sociedade do risco e direito ao futuro; Responsabilidade ambiental e responsabilidade coletiva: o pensamento de Hans Jonas; O(s) discurso(s) ambientalista(s); A noção de desenvolvimento sustentável.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ALENCASTRO, Mário Sérgio. Hans Jonas e a proposta de uma ética para a civilização tecnológica. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 19, p. 13-27, jan./jun. 2009. Editora UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/14115/10882>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FERNANDES, Elizabeth Alves. Meio Ambiente e Direitos Humanos: o deslocamento de pessoas por causas ambientais agravadas pelas mudanças climáticas. São Paulo: Juruá, 2014.

LEFF, Enrique. Saber ambiental. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 2007.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

RAMME, Rogério Santos; AZEREDO, Renato Luís Bordin de. Direito ambiental reflexivo e redução da ecocomplexidade: uma análise a partir da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. Revista de direito ambiental e sociedade. v. 1 n.1. p. 409-430.

#### **COMPONENTE CURRICULAR: Comunicação , cultura e diversidades**

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH**

#### **EMENTA**

Estudo das diversidades culturais e das desigualdades sociais e econômicas; Cultura popular e os conflitos de mercado; Compreensão sobre Igualdade e Diferença no mundo contemporâneo; Os processos globalizantes, a fragmentação das identidades e a pluralidade cultural; O hibridismo cultural e mediação generalizada; Reflexão sobre a inter-relação comunicação, mídia e poder no Brasil contemporâneo; Estudos comunicacionais e as relações de gênero.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BHABHA, H. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998  
 SOUZA, Rose Mara de; MELO, José Marques de; Morais, Ovando de (org.). Teorias da comunicação: correntes de pensamentos e metodologia de ensino. Intercom, 2014.  
 Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/detalheEbook.php?id=55845>.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ARAÚJO, Joel Zito. A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira. SP: Senac. 2001.  
 CANCLINI, Néstor Garcia. (2006) Culturas híbridas. São Paulo: Edusp.  
 DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.  
 HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 9. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2004.  
 MAIGRET, Éric. Sociologia da comunicação e das mídias. São Paulo: SENAC, 2010.

#### **COMPONENTE CURRICULAR: Ciência Política**

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH**

#### **EMENTA**

Estados, direitos modernos e cidadanias, formas de organizações políticas e jurídicas, de aquisição e exercício do poder - evolução dos Estados e das representações políticas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

LYRA FILHO, Roberto. O que é direito. São Paulo: Brasiliense, 1982.  
 LOCKE, John. Dois tratados sobre o governo. Tradução: Julio Fisher. São Paulo: Martins Fontes, 1998.  
 ROUSSEAU, Jean Jacques. Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Disponível em:  
<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf>  
 BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade. Para uma Teoria geral da Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ADEODATO, João Maurício. Filosofia do Direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência. São Paulo: Saraiva, 2002.  
 BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.  
 CAPELLA, Juan Ramón. Fruto Proibido: uma aproximação histórico-teórica ao estudo do direito e do estado. Tradução: Gresiel Nunes da Rosa [et al]. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.  
 FOUCALT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. São Paulo: Ed. Departamento da Letras, 1996.

**COMPONENTE CURRICULAR: Teorias do Estado****CARGA HORÁRIA: 60 h****NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH****EMENTA**

Ciência Política e Teoria do Estado. Formas de Estado. O Estado na ordem internacional. Separação de poderes. Função legislativa. Função executiva e função governamental. Soberania. Estado e Nação. Atualização do Estado. Regimes Políticos. Partidos Políticos.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BONAVIDES, Paulo. A Constituição aberta. São Paulo: Malheiros, 2004.  
 DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 30a Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.  
 KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

APOSTOLOVA, Bistra Stefanova. Poder Judiciário: do moderno ao contemporâneo. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1998.  
 ARRUDA, Edmundo Lima Jr. Direito Moderno e Mudança Social. Belo Horizonte: Del Rey, 1988. Disponível em <http://edmundorrruda.skyrock.com/1792878654->

Livro-Direito-Moderno-e-Mudanca-Social-analise-gramsciana-do-direito.html MALISKA, Marcos Augusto. Estado e Século XXI. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.  
 KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.  
 KRETSCHMANN, Ângela, História Crítica do Sistema Jurídico Rio de Janeiro: Renovar, 2006

#### COMPONENTE CURRICULAR: Ciências e conhecimentos locais

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH**

#### EMENTA

Paradigmas da epistemologia das ciências. Sociologia da ciência e a formação do campo científico. Os estudos das ciências na perspectiva contemporânea.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2006.

LATOUR, B. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, M. C. Cultura com aspas. São Paulo, Cosac Naify, 2009. p. 301-310.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas, São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HARAWAY, Donna. Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LATOUR, Bruno. Ciência em Ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

LEVI-STRAUSS, C. O Pensamento Selvagem. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Temas contemporâneos sobre diversidade sexual

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH**

#### EMENTA

A diversidade sexual como tema para as Ciências Humanas. A questão dos direitos humanos e a diversidade sexual. Diversidade sexual, movimentos sociais e inclusão social.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENTO, Berenice. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2003.  
 FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.  
 PELUCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. Discursos fora da ordem: sexualidade, saberes e direitos. São Paulo: Annablume, 2012.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

KULICK, Don. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.  
 SALIH, Sara. Judith Butler e a teoria Queer. São Paulo: Autêntica, 2012.  
 VENTURI, Gustavo (Org.) Diversidade sexual e homofobia no Brasil. Rio de Janeiro: Perseu Abramo, 2011.

### **COMPONENTE CURRICULAR: Gênero, sexualidade e poder**

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH**

#### **EMENTA**

Introdução aos estudos sobre gênero e sexualidade e poder no entrecruzamento de diferentes escolas teóricas. Masculino e feminino e as identidades de gênero. Parentesco, família, filiação, reprodução e sexualidade. As relações de gênero nas sociedades contemporâneas.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FOUCAULT, Michel. A História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.  
 PISCITELLI, Adriana, GREGORI, Maria Filomena e CARRARA, Sérgio (orgs.). Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. Disponível em: <http://garamond.com.br/arquivo/143.pdf>.  
 SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.  
 BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.  
 FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra.  
 LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.  
 KULIK, Don. Travesti. Editora Fio Cruz, 2008.  
 PARKER, Richard. Abaixo do Equador: cultura do desejo, homossexualidade masculina e cultura gay no Brasil. Contraluz, 2002.

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Relações sociais e políticas na contemporaneidade</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60 h</b>
<b>NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH e LICHS</b>
<b>EMENTA</b>
Questões sociais, culturais e políticas do pensamento social contemporâneo. Relação indivíduo e sociedade. Igualdade e diferença. Identidades e alteridades. Marcadores sociais da diferença: gênero, classe, etnia e raça. Dominação, poder e violência simbólica. Modernidade e pós-modernidade. Democracia e pensamento pós-colonial. Genealogia do Poder e Biopolítica.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
COSTA, Sérgio. Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, n.o 60, São Paulo, 2006. Disponível: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000100007&amp;script=sci_arttext">http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000100007&amp;script=sci_arttext</a> . HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1986. FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007. Disponível em: < <a href="http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf">http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf</a> >. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2012. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16 (2), jul-dez 1990, p. 5-22. Disponível em: <a href="http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/169642/mod_resource/content/2/genero-scott.pdf">http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/169642/mod_resource/content/2/genero-scott.pdf</a> .

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Oficina de textos em língua inglesa</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60 h</b>
<b>NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIH, BIC e LICN</b>
<b>EMENTA</b>
Oficina de leitura e produção de textos em língua inglesa de acordo com as normas técnicas e acadêmicas internacionais. Técnicas e estratégias de leitura e produção de textos em língua inglesa. Aprimoramento de estruturas gramaticais básicas em língua inglesa.

<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
MURPHY, R. English grammar in use. 4 ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press; 2012. 399p.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Planejamento e zoneamento ambiental</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60 h</b>
<b>NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIC</b>
<b>EMENTA</b>
Desenvolvimento sustentável. A crise ambiental e suas causas. Os bens comuns. Ocupação do território. Conservação e preservação dos recursos naturais. Gestão do território: Exploração econômica e serviços ecossistêmicos. Planejamento ambiental. Movimentos ambientais locais e globais. Os acordos internacionais. Avaliação de Impacto Ambiental. Avaliação Ambiental Estratégica. Economia ecológica e valoração dos recursos naturais. Indicadores ambientais e monitoramento. Zoneamento econômico – ecológico. Transporte e meio ambiente. Paisagem e sociedade. Política Ambiental nos níveis federal, estadual e municipal. Aspectos legais e institucionais. Conceitos e Instrumentos da Política Ambiental. Licenciamento Ambiental. Participação social e audiências públicas. Introdução a educação ambiental crítica: ferramenta dos processos de gestão. Gestão Ambiental nas Empresas. Sistemas de Gestão Ambiental. Responsabilidade Social das Empresas. Produção mais limpa.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
ANDRADE, JCS; MARINHO, MMO; KIPERSTOK, A, Diretrizes para uma política nacional de meio ambiente focada na produção limpa: elementos para discussão. Bahia Análise & Dados, 2001, v 10, n. 4, p. 326-332. DONAIRE, D. Gestão Ambiental na Empresa. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999. IEA/OECD; Solar Energy perspectives; Chapter 7: Transport; OECD/IEA, 2011 PHILLIPI Jr., A; ANDRADE ROMERO, M.; BRUNA, G.C. (Eds); Curso de Gestão Ambiental. São Paulo, USP, 2006.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
BAHIA. Política Estadual de Educação Ambiental – Lei 12.056/11. Salvador: SEMA, 2012 BAHIA. Programa Estadual de Educação Ambiental. Salvador: SEMA, 2013. DRAMSTAD, W.E.; OLSON, J. D.; FORMAN, R.T.T.; Landscape Ecology: Principles in landscape architecture and land use planning; Washington; Island Press, 1996. Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. FUGLESTVEDT, J.; BERNSTEN, T. MYHRE, G. RYPDAL, K.; SKEIE, R.B.; Climate forcing from the transport sectors. PNAS, vol 105, 2008.

SROUFE, R. "Effects of Environmental Management Systems on Environmental Management Practices and Operations." *Production and Operations Management*. 12-3, 2003.

### COMPONENTE CURRICULAR: Bases Históricas e Epistemológicas das Ciências

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIC**

#### EMENTA

Mito e Filosofia. Ciência e filosofia na antiguidade clássica. A Revolução científica dos séculos XVI e XVII. A fundamentação filosófica do conhecimento científico. O Iluminismo e o desenvolvimento das ciências no século XVIII. O paradigma newtoniano-cartesiano. Paradigmas emergentes.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DESCARTES, Rene, *Discurso do Método*, L&PM Editores, 2005.  
 KUHN, Thomas S., *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Ed. Perspectiva, 2010.  
 POPPER, Karl, *A Lógica da Pesquisa Científica*, Cultrix, 2013.  
 PLATÃO, *O Mito da Caverna*, Ed. EDIPRO, 2015.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GALILEI, Galileu, *Diálogo sobre os Dois Máximos Sistemas do Mundo*, Editora 34, 2011.  
 HUME, David, *Investigação Sobre o Entendimento Humano*, Ed. HEDRA, 2009.  
 KANT, Immanuel, *Crítica da Razão Pura*, Ed. Vozes, 2012.

### COMPONENTE CURRICULAR: Pensar e fazer ciências

**CARGA HORÁRIA: 30 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIC**

#### EMENTA

Apresentar o desenvolvimento do pensamento científico; discutir os principais métodos científicos empregados, seus prós, contras e limitações; definir o método científico e suas diferentes vertentes. Desenvolver projetos de pesquisa.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUZZI, Arcângelo. Introdução ao pensar: o ser, o conhecimento. São Paulo: Vozes. 35a ed., 2010. GAUTIER, J. F., A Grande Aventura das Ciências, Terramar, Lisboa, 1988. SANTOS, BOAVENTURA SOUSA. A Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência. Porto. Afrontamento. 2000.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ALVES, R. Filosofia da Ciência. São Paulo. Brasiliense. 1981.  
HUBNER, K.-Crítica da Razão Científica. Lisboa. Ed. 70. 1993  
KUHN, T.S. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo. Pioneira. 1992  
(Idem. Lisboa. Ed. 70). SANTOS, BOAVENTURA Sousa- Um Discurso Sobre as Ciências. Porto. Afrontamento. 1988.

### **COMPONENTE CURRICULAR: Agroecologia**

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIC**

#### **EMENTA**

Conceitos, objetivos e princípios de ecologia e de conservação de recursos naturais. Ecossistemas naturais e agroecossistemas. Bases científicas e aplicações práticas da agricultura de base ecológica, considerando seus aspectos ecossistêmicos, sociais, culturais e econômicos. Ciclagem de nutrientes nos ecossistemas florestais e agrícolas. Energia – fluxo energético e estrutura trófica. Evolução dos sistemas agrícolas. Agricultura industrial – vulnerabilidade genética dos cultivares e raças modernas. Efeitos adversos dos agrotóxicos nos agroecossistemas e nos sistemas naturais. Teoria da Trofobiose. Agricultura Orgânica; Sistemas autossustentáveis; Métodos de manejo alternativos e convencionais comparados. Manejo Ecológico de Solos. Fixação biológica de nitrogênio, micorrizas e a importância das minhocas. Manejo Ecológico de Culturas. Melhoramento genético para eficiência e qualidade dos alimentos. Agrosilvicultura tropical. Manejo ecológico de espécies daninhas. Tecnologias apropriada: Manejo ecológico de animais de criação. Introdução a educação ambiental crítica: uma ferramenta para a implementação de Sistemas Agroecológicos.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Agroecologia: Alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004.  
GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica IN: LAYRARGUES, P. P. Identidades da Educação Ambiental. Brasília: MMA, 2004.  
KHATOUNIAN, C.A. 2001. A reconstrução ecológica da agricultura. Livraria e Editora Agroecologia. Botucatu, SP, 2001. 348p.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BAHIA. Política Estadual de Educação Ambiental – Lei 12.056/11. Salvador: SEMA, 2012  
BAHIA. Programa Estadual de Educação Ambiental. Salvador: SEMA, 2013

BRASIL. Política nacional de ATER (Pnater) – Lei federal 12.188/2010. Brasília:MDA, 2010.

KIEHL, E.J. Fertilizantes Orgânicos. Ceres, São Paulo, 1985, 492 p

ODUM, Eugene Pleasants. Fundamentos da ecologia. 5. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2013, c 2007. 595 p.

PASCHOAL, A.D., 1979. Pragas, praguicidas e a crise ambiente: problemas e soluções. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro , 102 p

PASCHOAL, A.D., 1994. Produção orgânica de alimentos: Agricultura Sustentável para os séculos XX e XXI, Edição do Autor, Piracicaba, 191 p

PRIMAVESI, A.. Manejo ecológico do solo. Nobel, São Paulo, 1985.514 p

SIXEL, B.T. 2003. Biodinâmica e Agricultura. Associação Brasileira de Agricultura. Biodinâmica. Botucatu, SP. 279p.

### **COMPONENTE CURRICULAR: Política nacional em meio ambiente**

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIC**

#### **EMENTA**

História do Movimento Ambientalista no Brasil e no Mundo. Relatório do Clube de Roma (The Limits to Growth). Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano das Nações Unidas. Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Relatório Brundtland (Our Common Future) e o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Agenda 21. Princípios do Direito Ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente. Legislação ambiental nacional e internacional: controvérsias e soluções. Planos Nacionais voltados às questões ambientais. O Mito da Natureza Intocada, O Mito do Bom Selvagem e A Tragédia dos Comuns: reflexões sobre prevenção e conservação do ambiente. Desenvolvimento Sustentável e as crises do mundo moderno. Introdução a Educação Ambiental crítica. Política Estadual de Educação Ambiental/BA.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BISHOP-SANCHEZ, Kathryn. Utopias desmascaradas: o mito do bom selvagem e a procura do homem natural na obra de Almeida Garrett. Lisboa, PT: Imprensa Nacional - Casa da Moeda 2008. 302 p. (Temas portugueses.)

BOTKIN DB & KELLER EA. Ciência Ambiental: Terra, um Planeta Vivo. 7ed. LTC: Rio de Janeiro. 2011. 681pp.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. 3. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2001. 169 p.

MACHADO, P.A.L. Direito Ambiental Brasileiro. 18.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SILVA, José Afonso, "Direito Ambiental Constitucional", Ed. Malheiros, 3a ed., 2002.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BAHIA. Política Estadual de Educação Ambiental – Lei 12.056/11. Salvador: SEMA, 2012

BAHIA. Programa Estadual de Educação Ambiental. Salvador: SEMA, 2013.

BENJAMIN, Antônio Herman. (Coord.) Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o Regime jurídico das Unidades de Conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária –Rio de Janeiro, 2001. 547p

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica IN: LAYRARGUES, P. P. Identidades da Educação Ambiental. Brasília: MMA, 2004.

HOYOS, Juan. B. (Org.) Desenvolvimento Sustentável: Um Novo Caminho? Universidade do Para, Núcleo de Meio Ambiente, 1992.

PETERS, E. L.; PIRES, P. T. L. Manual de direito ambiental. 2. ed. Curitiba: Editora Juruá, 2002.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond 2002.- 95 p.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michéle & CARVALHO, Isabel (org). Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO –SNUC. Lei no 9985, de 18 de julho de 2000; decreto no4340, de 22 de agosto de 2002. Brasília: MMA, 2004.56p.

### **COMPONENTE CURRICULAR: Debates Contemporâneos sobre as Ciências e Tecnologias**

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIC**

#### **EMENTA**

Análise de valores e ideologias envolvendo a produção e divulgação da ciência e da tecnologia: neutralidade, objetividade e progresso na ciência. Diferentes concepções de ciência, técnica e tecnologia e de suas relações. Participação pública na produção e nos debates envolvendo simultaneamente questões científicas, técnicas, tecnológicas e sociais.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

DAGNINO, Renato, Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico, Ed. UNICAMP, 2008.

LATOUR, Bruno, A Vida de Laboratório, Ed. Relume-Dumara, 1997.

MORIN, Edgard, Ciência com Consciência, Ed. Bertrand Brasil, 2002.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BAZZO, Walter A., Ciência, Tecnologia e Sociedade e o contexto da educação tecnológica, Ed. da UFSC, 2011.

HABERMAS, Jürgen, Técnica e Ciência como Ideologia, Ed. UNESP, 2015.

LATOUR, Bruno, Ciência em Ação – Como Seguir Cientistas, Ed. UNESP, 2012.

**COMPONENTE CURRICULAR: Gestão ambiental e sustentabilidade: contribuições da educação ambiental**

<b>CARGA HORÁRIA: 60 h</b>
<b>NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIC e LICN</b>
<b>EMENTA</b>
<p>O Componente Curricular visa subsidiar processos de reflexão crítica, por parte dos estudantes, sobre da relação entre gestão ambiental, sustentabilidade e bem estar social, trazendo elementos que propiciem a compreensão dos processos de educação ambiental como ferramentas dos processos de gestão ambiental e, ao mesmo tempo, tais processos de gestão como temas geradores de reflexão para o desenvolvimento de processos de educação ambiental, tendo em vista a importâncias que as condicionantes de educação ambiental assumiram no Estado da Bahia junto aos processos de licenciamento ambiental. Além disso, pretende-se que os estudantes compreendam que os termos “sustentável” e “sustentabilidade” podem ter significados diferentes a depender do posicionamento ideológico do ator social em questão. Outro ponto a ser destacado é o entendimento da necessidade de elaborar-se planos, programas, projetos e atividades de educação ambiental ligados aos processos de gestão ambiental que objetivem a manutenção e/ou melhoria do bem-estar social.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
<p>BAHIA. Política Estadual de Educação Ambiental – Lei 12.056/11. Salvador: SEMA, 2012.</p> <p>CUNHA, Luís H. e COELHO, Maria Célia N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, Sandra B. da e GUERRA, Antonio J. T (Orgs). A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.</p> <p>GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica IN: LAYRARGUES, P. P. Identidades da Educação Ambiental. Brasília: MMA, 2004.</p> <p>LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001</p> <p>MENDONÇA, Gilberto M. de e SERRÃO, Monica A. Controle Social no Licenciamento Ambiental. IN: FERRARO JÚNIOR, Luis (Org.). Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores – vol. 3. Brasília: MMA, DEA, 2013.</p> <p>QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, F. P. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004.</p> <p>SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michéle &amp; CARVALHO, Isabel (org). Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005</p> <p>SERRÃO, Monica A. e MENDONÇA, Gilberto M. de. Educação Ambiental no Licenciamento. IN: FERRARO JÚNIOR, Luis (Org.). Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores – vol.3. Brasília: MMA, DEA, 2013.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
<p>BAHIA. Programa Estadual de Educação Ambiental. Salvador: SEMA, 2013.</p> <p>BRASIL. Lei no 9.795/99 – Política Nacional de Educação Ambiental. Presidência da República, Brasília, 1999.</p> <p>BRASIL. Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – cadernos de formação, volumes de 1 a 5. Brasília: MMA, 2006.</p>

BRASIL. Programa Nacional de Capacitação de gestores ambientais: licenciamento ambiental. Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA, 2009.

CARVALHO, I. & SCOTO, G. Conflitos ambientais no Brasil: natureza para todos ou somente para alguns? Rio de Janeiro IBASE 1997.

MELLO, Leonardo Freire de e OJIMA, Ricardo. Além das certezas e incertezas: desafios teóricos para o mito da explosão populacional e os acordos internacionais. In: Encontro da ANPPAS – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2011.

REDCLIFT, Michael R. Pós-sustentabilidade e novos discursos da sustentabilidade. Raízes, Campina Grande, vol 21, jan-jun, 2002.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 23, no 68, out-2008.

### **COMPONENTE CURRICULAR: Manejo e gestão ambiental de recursos naturais renováveis e não renováveis**

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIC e LICN**

#### **EMENTA**

Conceitos e características de recursos naturais renováveis e não renováveis. Desenvolvimento Sustentável: conceitos, histórico, críticas e orientações. Ação antrópica sobre os ecossistemas. Aspectos políticos, econômicos e sociais e ambientais ligados ao aproveitamento dos recursos naturais. Princípios do Direito Ambiental: orientações ao manejo dos recursos naturais. Controle de impactos e remediação de danos ambientais. As etapas do licenciamento ambiental. Avaliação de Impactos Ambientais. Recuperação de áreas degradadas. Conservação x Proteção: bases conceituais e implicações no manejo e gestão ambiental. Implantação, uso e gestão de Áreas Protegidas. Plano Nacional de Unidades de Conservação (Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC). Políticas de Manejo e Gestão Ambiental. Conflitos socioambientais e a gestão participativa dos recursos naturais.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BOTKIN DB & KELLER EA (2011). Ciência Ambiental: Terra, um Planeta Vivo. 7ed. LTC: Rio de Janeiro. 2011. 681pp.

CASSETI, V. Gestão do território, impactos ambientais e desafios. Revista da ANPEGE, n.1 p.123- 146, São Paulo. 2003

CUNHA, Sandra Batista; GUERRA, Antônio José Teixeira (orgs.). Avaliação e Perícia Ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 294p

MORSELLO, C. Áreas Protegidas Público e Privadas: seleção e manejo. São Paulo, Anablume/FAPESP, 344p., 2001.

SANTOS, R. F. Planejamento Ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- BENSUSAN, N. Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas. Rio de Janeiro Ed. FGV, 1 ed. 2006
- CAMPOS, Lucila Maria de Souza; LERÍPIO, Alexandre de Ávila. Auditoria ambiental: uma ferramenta de gestão. São Paulo: Atlas, 2009. 134 p.
- CASTELLO L, CASTELLO JP & HALL CAS (2007). Problemas en el estudio y manejo de pesqueiras tropicales. Gaceta ecológica 84-85: 65-73.
- CUNHA, S.B.; GUERRA, A.J.T (Org.). A questão Ambiental: diferentes abordagens. 2003
- King, Michael G. Fisheries biology, assessment, and management. 2ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2007. 399p.
- LACERDA, W.; PALMEIRA, E.M.; COELHO NETTO, A.L.; EHRlich, M. (Org.). Desastres Naturais: susceptibilidades e Riscos; Mitigação e Prevenção; gestão e Ações Emergenciais. COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro. 2012.
- PHILIPPI JR., A; MARCELO, M. D. A.; BRUNA, G. C.. Curso de Gestão Ambiental (3a. Ed.), Barueri, Ed. Manole. 2009
- PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo A.; BRUNA, Gilda C. (Eds.). Curso de Gestão Ambiental. Barueri/SP: Manole, 2004. (Org). Turismo, Investigação e Crítica. São Paulo: Contexto, 2002. pp. 11-23.
- PINHEIRO, M.R. 2010. Recomendações para reconhecimento e implementação de mosaicos de áreas protegidas. Brasília, GTF. 2010.
- TOMINAGA, L.K.; SANTORO, J.; AMARAL, R.(Org.). Desastres Naturais: conhecer para prevenir. Inst. Geol./Secr. Meio Ambiente. 2009

## COMPONENTE CURRICULAR: Economia social criativa

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIC e LIMC**

### EMENTA

Gestão financeira no cotidiano familiar e comunitário. Potencial econômico de uma localidade. Razão e proporção. Fração, juro e capitalização simples. Classificação das taxas de juros. Capitalização composta. Taxa média e prazo médio. Desconto simples. Série de pagamentos. Sistema de amortização. Métodos de avaliação de fluxo de caixa. Estratégias para superação da desigualdade social. Economia solidária e criativa. Operações financeiras realizadas no Mercado.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Samanez, C.P., Matemática Financeira-Aplicações à Análise de Investimentos, Pearson-Prentice Hall, 3ed.,2002.

Fortuna, Eduardo. Mercado Financeiro: produtos e serviços. Qualitymark Ed., Rio de Janeiro, 2005.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

...

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Artes, gênero e sexualidades</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 30 h</b>
<b>NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIA</b>
<b>EMENTA</b>
<b>Arte para uma cartografia sentimental: as relações das artes com as poéticas de gênero e sexualidades.</b>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
<p>ALOS, Anselmo Peres. Narrativas da sexualidade: pressupostos para uma poética queer. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 837-864, dez. 2010. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0104-026X2010000300011&amp;lng=pt&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0104-026X2010000300011&amp;lng=pt&amp;nrm=iso</a>. Acesso em: 4 dez. 2015.</p> <p>LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56), maio/ago, 2008. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf">http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf</a>. Acesso em: 4 dez. 2015.</p> <p>OSTHOFF, Simone. De musas a autoras: mulheres, arte e tecnologia no Brasil. ARS (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 15, 2010, p. 74-91. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1678-53202010000100006&amp;lng=pt&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1678-53202010000100006&amp;lng=pt&amp;nrm=iso</a>. Acesso em: 4 dez. 2015.</p> <p>ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
<p>ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Sejamos todos feministas. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Acesso em: 4 dez. 2015.</p> <p>BRETT, Philip; WOOD, Elizabeth. Música lésbica e guei. Revista eletrônica de musicologia, Curitiba, v. 7, dez. 2002. Disponível em: <a href="http://www.rem.ufpr.br/_REM/REMr7/Brett_Wood/Brett_e_Wood.html">http://www.rem.ufpr.br/_REM/REMr7/Brett_Wood/Brett_e_Wood.html</a>. Acesso em: 4 dez. 2015.</p> <p>BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p> <p>CHUMAHAR, Schuma, BRAZIL, Érico Vital. Mulheres negras do Brasil. São Paulo: Editora Senac, 2006.</p> <p>LLANOS, Fernando Elías. Black is Beautiful: Victoria Santa Cruz. Anais do XXIV Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, São Paulo, 2014. Disponível em: <a href="http://www.anppom.com.br/.../136-subarea-etnomusicologia?...black-is-beautif...">http://www.anppom.com.br/.../136-subarea-etnomusicologia?...black-is-beautif...</a>. Acesso em: 4 dez. 2015.</p>

<b>CARGA HORÁRIA: 30 h</b>
<b>NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIA</b>
<b>EMENTA</b>
Estudo das formas artísticas das sociedades contemporâneas, a partir dos meios técnicos de reprodutibilidade das obras: fotografia, cinema, música popular, quadrinhos, televisão, vídeo ou artes digitais. Artes tradicionais e modos técnicos de reprodução. Estudo da cultura imagética contemporânea. As formas contemporâneas de circulação das expressões artísticas. Arte, comunicação e relações de poder nas sociedades contemporâneas.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
MORIN, Edgar: Cultura de Massas no Século XX. Rio de Janeiro: Forense, 1969. Disponível em: <a href="http://www.scribd.com/doc/169378659/Cultura-de-Massas-no-seculo-XX-Neurose-Edgar-Morin-pdf#scribd">http://www.scribd.com/doc/169378659/Cultura-de-Massas-no-seculo-XX-Neurose-Edgar-Morin-pdf#scribd</a> . Acesso em: 31 jul. 2015.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 1997. DEBORD, Guy: A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Disponível em: <a href="http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf">http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf</a> . Acesso em: 31 jul. 2015.

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Ateliê em arte e comunidades</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60 h</b>
<b>NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIA e LIA</b>
<b>EMENTA</b>
Experiência, experimentação, concepção, realização e argumentação de projetos e processos artísticos. A experiência artística nos coletivos. As artes e a noção do “comum”. A experiência estética nas comunidades e em comunidades.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
ALVES, Marco Antônio Sousa. O autor em deslocamento: do gênio romântico às criações colaborativas em rede. In: DUARTE, Rodrigo; FREITAS, Romero (Org). Deslocamentos na arte. Belo Horizonte, 2010, UFOP; UFMG; Associação Brasileira de Estética (ABRE). Disponível em: <a href="http://www.abrestetica.org.br/deslocamentos/deslocamentos.pdf">http://www.abrestetica.org.br/deslocamentos/deslocamentos.pdf</a> . Acesso em: 31 jul. 2015. PAIVA, Raquel (Org.). O retorno da comunidade: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>

CESAR, Marisa Flório. Como se existisse a humanidade. Disponível em: [http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae15\\_mariza\\_florido\\_cesar1.pdf](http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae15_mariza_florido_cesar1.pdf). Acesso em: 31 jul. 2015.

MAFFESOLI, Michel. O Conhecimento comum. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SILVA, Gabriela Saenger. Arte em partilha: práticas artísticas colaborativas e participativas na arte contemporânea. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/114637/000955533.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 jul. 2015.

TAYLOR, Roger L. Arte, inimiga do povo. São Paulo: Conrad, 2005.

WASEM, Marcelo Simon. Processos colaborativos, contaminações e jogos de alteridade em arte pública: experiências na criação de uma rádio comunitária. Florianópolis, SC, 2008. Dissertação de mestrado. UDESC.

WASEM, Marcelo Simon. Colaboração, arte e subculturas. In: HARA, Helio. (Org.) Caderno Videobrasil 02, Arte Mobilidade Sustentabilidade. São Paulo: SESC São Paulo, 2006. Disponível em: [http://www.sescsp.org.br/sesc/videobrasil/vbonline/bd/index.asp?cd\\_entidade=483578&cd\\_idioma=1](http://www.sescsp.org.br/sesc/videobrasil/vbonline/bd/index.asp?cd_entidade=483578&cd_idioma=1) 8531. Acesso em: 31 jul. 2015.

#### **COMPONENTE CURRICULAR: Ateliê em encontros de saberes**

**CARGA HORÁRIA: 60**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIA e LIA**

#### **EMENTA**

Experiência, experimentação, concepção, realização e argumentação de projetos e processos artísticos. Aprendizado com Mestres e aprendizes de comunidades tradicionais, e experimentação de suas práticas expressivas. Investigação teórico-prática de (reconhecimento do) sistemas estéticos, atualizados, pelos Mestres.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FOSTER, Hal. O artista como Etnógrafo. Revista Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 12, 2005, p. 136-151. Disponível em: [http://www.academia.edu/7389208/Foster\\_Hal\\_El\\_Artista\\_Como\\_Etnografo](http://www.academia.edu/7389208/Foster_Hal_El_Artista_Como_Etnografo). Acesso em: 31 jul. 2015.

SANTOS, Milton. Territorialidade e cultura. In: SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: EDUSP, 2007.

TASCA, Fabíola Silva. O Outro em Sebastião Salgado e Santiago Sierra: modos de usar. Deslocamentos na fotografia e no cinema. Revista Ângulo, n. 135, 2013.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de criação. Petrópolis: Vozes, 1978.

ZAMBONI, Sílvio. A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência. São Paulo: Autores Associados, 1998.

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Cultura, saberes tradicionais e práticas de saúde</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60 h</b>
<b>NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIS</b>
<b>EMENTA</b>
<p>Conceito de Cultura, interculturalidade e etnocentrismo. Dimensões, representações e reprodução de organizações culturais tradicionais. Inserção no campo e abordagem da Cultura. Saberes e práticas culturais tradicionais na saúde e na doença e outras práticas integrativas e complementares no SUS. Sensibilidade e competência cultural para o cuidado em saúde.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
<p>ALVES, Paulo César; RABELO, Miriam Cristina (orgs.). Antropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteiras [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 1998. Disponível em: <a href="http://static.scielo.org/scielobooks/by55h/pdf/alves-9788575414040.pdf">http://static.scielo.org/scielobooks/by55h/pdf/alves-9788575414040.pdf</a>.  LARAIA, Roque de Barros [online]. Cultura um conceito antropológico. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. Disponível em: <a href="http://disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=41050">disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=41050</a>.  HELMAN, Cecil G. Cultura, saúde e doença. 5 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
<p>ALMEIDA-FILHO, Naomar. O que é Saúde? Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.  ALVES, P.C., MINAYO, M.C.S. (Orgs.) [online]. Saúde e doença: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. Available from SciELO Books em: <a href="http://static.scielo.org/scielobooks/tdj4g/pdf/alves-9788575412763.pdf">http://static.scielo.org/scielobooks/tdj4g/pdf/alves-9788575412763.pdf</a>.  CAROSO, Carlos (org) Cultura, tecnologias em saúde e medicina – perspectiva antropológica. Salvador, UFBA, 2008.  CSORDAS, Thomas. Corpo, significado, cura. Porto Alegre: EdUGRGS, 2008.</p>

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Acessibilidade, inclusão e saúde</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 30 h</b>
<b>NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIS</b>
<b>EMENTA</b>
<p>As pessoas com deficiência, o estigma e o preconceito. A pessoa com deficiência e as políticas em saúde. Paradigmas da inclusão. Ações e serviços para a pessoa com deficiência na saúde. Recursos disponíveis para as pessoas com deficiência na saúde. Acessibilidade no SUS e a qualidade no atendimento.</p>

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

RIBAS, J. B. C. O que são pessoas deficientes. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos; 89).

BRASIL. [Estatuto da pessoa com deficiência (2015)]. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência [recurso eletrônico]: Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) / Câmara dos Deputados. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 200). Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/editora>>. Acesso em: 19.jan.2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. A pessoa com deficiência e o Sistema Único de Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 16 p. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pessoa\\_deficiencia\\_sus\\_2ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pessoa_deficiencia_sus_2ed.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2015.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRAGANÇA, S.; PARKER, M. (Org.) Igualdade nas diferenças: os significados do “ser diferente” e suas repercussões na sociedade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. 146 p. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/igualdadenasdiferencas.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Viver Sem Limites – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: SDH-PR/SNPD, 2013. P. 49-67. Disponível em: [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_0.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_0.pdf). Acesso em: 21.ago.2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Acessibilidade e Inclusão Social nos Serviços do SUS. In: Atenção à saúde da pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. P. 18-28 . Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_saude\\_pessoa\\_deficiencia\\_sus.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_pessoa_deficiencia_sus.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 24 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_pessoa\\_com\\_deficiencia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_pessoa_com_deficiencia.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção à saúde da pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 18 p. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_saude\\_pessoa\\_deficiencia\\_sus.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_pessoa_deficiencia_sus.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2015.

<b>CARGA HORÁRIA: 60 h</b>
<b>NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIS</b>
<b>EMENTA</b>
Ciclo das Políticas Públicas e o Papel do Planejamento na criação de Valor Público. Breve histórico do Planejamento em Saúde na América Latina, com destaque para o Planejamento com Enfoque Estratégico. A função Planejamento no SUS. Fundamentos do Planejamento Estratégico Situacional (PES) de Carlos Matus. Metodologia do Planejamento Estratégico e Participativo. Momento Explicativo do PES/Análise da Situação de Saúde. Momento Normativo e Momento Estratégico do PES/Desenho do Plano. Momento Tático-Operacional do PES/Programação e Gestão Estratégica do Plano. O ato de governar. A gestão negociada da mudança. Processo decisório em saúde.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS): uma construção coletiva – trajetória e orientações de operacionalização / Ministério da Saúde, Organização Pan- Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 318 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). CARDOSO JR, J.C.; CUNHA, A. S. Planejamento e avaliação de políticas públicas. Brasília; Ipea, 2015. <a href="http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_ppa_vol_1_web.pdf">http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_ppa_vol_1_web.pdf</a> PAIM, J. S.; ALMEIDA-FILHO, N. (orgs.). Saúde Coletiva: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Medbook, 2014.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
TEIXEIRA, C. Planejamento em saúde: conceitos, métodos e experiência. EDUFBA, Salvador, 2010, pp 161. CARDOSO, A.J.C. Seminário Integrador 1 (Lições 3 e 4). Brasília, UNASUS/UnB, 2013, pp. 23-42. Disponível em: <a href="https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/1789?show=full">https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/1789?show=full</a> . Acesso em: 27 ago. 2015. CARDOSO, A.J.C. Seminário Integrador 2. Brasília, UNASUS/UnB, 2013. Disponível em: <a href="https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/1790?show=full">https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/1790?show=full</a> . Acesso em: 27 ago. 2015. PAIM, J.S. Por um planejamento das práticas de saúde. Ciência e Saúde Coletiva, 4:243 – 248. 1999. RIVERA, F.J.U; ARTMANN, E. Planejamento e gestão em saúde: histórico e tendências com base numa visão comunicativa. Ciência e Saúde Coletiva, vol.15 no 5 (2265 – 2284), 2010.

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Políticas e Serviços em Saúde</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60 h</b>
<b>NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo do BIS</b>
<b>EMENTA</b>

Sistemas de Saúde em diferentes países: análises comparativas. Antecedentes, princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Os princípios doutrinários e organizacionais do SUS inscritos na CF de 1988 e nas LOS de 1990. Avanços e desafios do SUS e da Reforma Sanitária no Brasil. Componentes do sistema de saúde: infraestrutura, organização, gestão, financiamento e modelos assistenciais. Participação e controle social do SUS. Modelos de atenção em saúde no Brasil. Problemas de saúde da população e de seus determinantes. Análises de políticas de saúde específicas. Discussão da conjuntura nacional do SUS e das Políticas de Saúde no Brasil e situação atual nas regiões Sul e Extremo Sul da Bahia (Itabuna, Porto Seguro, Teixeira de Freitas).

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Lei n.º 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 1990. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm) PAIM, J.S. ALMEIDA-FILHO, N. Saúde Coletiva: Teoria e Prática. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2014.  
PAIM, J.S. E-book O Que É o SUS. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. v. 1. <http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus/>.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 36 p.

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_integral\\_populacao.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf)

BRASIL. Lei n.º 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Brasília: Ministério da Saúde, 1990. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm)

FINKELMAN, J.(ORG.). Caminhos da Saúde Pública no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. 328 p. Disponível em:

<[http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2705/1/Finkelman\\_Jacobo\(Org.\).pdf](http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2705/1/Finkelman_Jacobo(Org.).pdf)>. Acesso em 29 jul. 2015. PAIM, J. S. 20 anos de construção do Sistema Único de Saúde. Tempus - Actas de Saúde Coletiva, v.2, n.2 (2008):63-86.

PAIM, J. et al. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. The Lancet, Saúde no Brasil, maio de 2011:11-31.

**COMPONENTE CURRICULAR:** Estatística e sociedade

**CARGA HORÁRIA:** 60 h

**NATUREZA:** Componente curricular do eixo propedêutico oriundo da LIMC

<b>EMENTA</b>
Definições, conceitos e cálculos estatísticos voltados para a Educação Básica. Letramento Estatístico: construção, interpretação e comunicação de dados estatísticos a partir de situações da realidade. Análise de notícias veiculadas nas mídias. Elaboração e aplicação de questionários para obtenção de dados. Organização e análise de dados. Responsabilidade social no uso da Estatística e sua presença nos caminhos para tomada de decisões. Educação Estatística na formação de sujeitos críticos.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
...
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
...

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> Computadores e transformação social
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 30 h
<b>NATUREZA:</b> Componente curricular do eixo propedêutico oriundo da LIMC
<b>EMENTA</b>
Contextos sócio-históricos-culturais que guiaram os percursos da computação, desde o computador primitivo aos dispositivos computacionais atuais. Diálogos e reflexões sobre o impacto social e econômico decorrente da inserção da computação na sociedade contemporânea. A sociedade da informação, conhecimento e aprendizagem. As Tecnologias Digitais e a educação. Perspectivas para o futuro.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999. SERRES, Michel. Polegarzinha. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
PRETTO, Nelson De Luca. Desafios da educação na sociedade do conhecimento. 2000. Disponível em: < <a href="http://www.ufba.br/~pretto/textos/sbpc2000.htm">http://www.ufba.br/~pretto/textos/sbpc2000.htm</a> >. Acesso em: 10 de março de 2002. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL. O Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 14, n. 23, jan./jun., 2005 MASIERO, Paulo. C.. Ética em Computação. EdUSP, 2004.

THE ROYAL SOCIETY. Shut down or restart? The way forward for computing in UK schools. Education Section 6-9. London: Carlton House Terrace, 2012. Disponível em: <https://royalsociety.org/~media/education/computing-in-schools/2012-01-12-computing-in-schools.pdf>

#### COMPONENTE CURRICULAR: Educação, gênero e diversidade sexual

**CARGA HORÁRIA: 30 h**

**NATUREZA: Componente curricular do eixo propedêutico oriundo da LIA, LICN, LICHs, LIL e LIM**

#### EMENTA

As críticas feministas e a educação. Pedagogias *queer*, a filosofia da diferença, os estudos culturais e o decolonialismo. O currículo e as práticas pedagógicas escolares no contexto das relações de gênero e das sexualidades.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HAUER, Mariane; GUIMARÃES, Rafael Siqueira de. Mães, filh@s e homossexualidade: narrativas de aceitação. *Temas em Psicologia* (Ribeirão Preto), v. 23, p. 649-662, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUGÓNES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, N.9: 73-101, julio-diciembre 2008. *Política & Trabalho, Revista de Ciências Sociais*, n. 36, abril de 2012, p. 219-235.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALTMAN, Helena. "Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais". *Revista de Estudos Feministas*, a. 9, 2. Semestre 2001.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo – fatos e mitos*. Trad. Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Thomaz Tadeu da (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2011.

SILVA, Thomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> Políticas Públicas educacionais e gestão escolar
<b>CARGA HORÁRIA:</b> Componente curricular do eixo propedêutico oriundo da LIA, LICN, LICHs, LIL e LIM
<b>NATUREZA:</b> 60 h
<b>EMENTA</b>
Estado, sociedade e educação. Políticas educacionais no contexto das políticas sociais. Potencialidades e limites das políticas em educação na contemporaneidade. Gestão Escolar: planejamento participativo; Projeto Político-Pedagógico; Conselho Escolar; Regimento Escolar; Plano de Trabalho Docente (plano de ensino e plano de aula); Organização do Trabalho Pedagógico Escolar.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
<p>BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? - Uma discussão conceitual. <i>Revista Debates</i>. Porto Alegre: UFRGS, v. 6, n. 1, p.173-187, jan./abr. 2012.</p> <p>BARRETO, R. O.; PAES DE PAULA, A. P. "Rio da Vida Coletivo": empoderamento, emancipação e práxis. <i>Rev. Adm. Pública</i>. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. v. 48, n. 1, p. 111-30, jan./fev. 2014.</p> <p>BRASIL, LDB. Lei n. 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Disponível em &lt; <a href="http://www.planalto.gov.br">www.planalto.gov.br</a> &gt;. Acesso em 25 de abril de 2015.</p> <p>BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
<p>CAVAGNARI, Luzia Borsato. Projeto Político-Pedagógico, autonomia e realidade escolar: entraves e contribuições. In: VEIGA, Ilma. P. A. (Org.). <i>Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico</i>. Campinas, SP: Papirus, 1998.</p> <p>CHARLOT, B. O professor na sociedade contemporânea: um trabalhador da contradição. <i>Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade</i>, Salvador, v. 17, n. 30, p. 17-31, jul./dez. 2008. Disponível em: <a href="http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero30.pdf">http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero30.pdf</a> Acesso em: 13/3/2015.</p> <p>FREIRE, P. <i>Política e educação: ensaios</i>. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>FREIRE, P. et al. <i>Pedagogia da solidariedade</i>. São Paulo: Paz e Terra, 2014.</p> <p>GANDIN, D. <i>A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental</i>. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.</p> <p>NUNES, Z. C. R. M. Anísio Teixeira: a poesia da ação. <i>Revista Brasileira de Educação</i>, São Paulo, v. 16, p. 5-18, 2001.</p> <p>ROMANELLI, O. <i>História da Educação no Brasil</i>. Petrópolis: Vozes, 1978.</p> <p>VEIGA, I. P. A. Projeto político pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (orgs). <i>As dimensões do projeto político pedagógico</i>. 3 ed. Campinas SP: Papirus, 2004.</p> <p>XIMENES, S. Responsabilidade Educacional: concepções diferentes e riscos eminentes ao direito à educação. <i>Revista Educação &amp; Sociedade</i>, v. 33, n. 119, abr./jun. 2012.</p>

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> Perspectivas matemáticas e computacionais em humanidades
<b>CARGA HORÁRIA:</b>
<b>NATUREZA:</b> Componente curricular do eixo propedêutico oriundo da LIL e LIMC
<b>EMENTA</b>
Sensibilização, por meio de exemplos e exercícios práticos, para a importância da quantificação e tratamento de dados na representação e compreensão de vários domínios das Humanidades. Desenvolvimento, também por meio de exemplos e exercícios práticos, de competências e capacidades de cálculo, quantificação e tratamento de dados, recorrendo a meios computacionais e considerando criticamente indicadores socioeconômicos habitualmente utilizados.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
HUFF, Darrel. <i>Como mentir com estatísticas</i> . Rio de Janeiro: Edições Financeiras S.A., 1968. CORREA, Sonia. <i>Probabilidade e Estatística</i> . Belo Horizonte: PUC Minas 2003. PAIVA, Carlos; CUNHA, André Moreira. <i>Noções de economia</i> . Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. PUCCINI, Ernesto Coutinho. <i>Matemática financeira e análise de investimentos</i> . Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
...

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> Biografias languageiras : a escuta da comunidade
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 30 h
<b>NATUREZA:</b> Componente curricular do eixo propedêutico oriundo da LIA, LICN, LICHS, LIL e LIM
<b>EMENTA</b>
Reconhecimento das perspectivas teóricas contemporâneas das narrativas e histórias de vida. Estudo através de obras literárias, depoimentos e filmes das diversas linguagens possíveis para "se contar" e ao seu entorno: o texto escrito, a oralidade, a imagem. Seminário sobre atividades de campo realizadas pelos estudantes em comunidades quilombolas, indígenas, regionais, religiosas e outras.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
JESUS, Maria Carolina de. <i>Quarto de Despejo</i> . 15a Ed. São Paulo: Ática, 1993.

PASSEGI, Maria da Conceição; SILVA Vivian Batista. *Invenções de vidas, compreensão de itinerários e alternativas de formação*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

PENA, Felipe. Subjetividade midiática: tempo e memória no discurso das biografias contemporâneas. *Psicologia Clínica*, vol. 19 n. 1 Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652007000100004&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000100004&lang=pt)>. Acesso em: 10 de jan. 2016.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABOUEY, Marguerite. *Aya de Yopougon*. Tomo 1. Rio de Janeiro: L&PM Editores, 2009.

BERTAUX, Daniel. *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. Natal: EDUFRN, 2010.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, "História oral e narrativas: tempo, memória e identidades" In: *História oral*, Editora UFSC, 2003, p. 9-25. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/mod/resource/view.php?id=434794>

RATO, Vanessa. Todas as memórias podem dar livros. *Público*, dez./2015. Disponível em: <https://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/todas-as-memorias-podem-dar-livros-1717227>

### Componentes curriculares do Núcleo de Formação Comum

#### COMPONENTE CURRICULAR: Democracia e Sociedade

**CARGA HORÁRIA:** 60h

#### É PRÉ-REQUISITO PARA CURSAR:

1. Políticas Públicas como campo de teorias e práticas

**NATUREZA:** Componente Curricular de Conhecimentos - Formação Básica - Obrigatório

#### EMENTA:

Democracia, um conceito em disputa. Concepções e dimensões da democracia. Democracia e esfera pública. Sociedade civil, movimentos sociais, participação política e cidadania democrática. Consenso e dissenso na prática democrática. Construção democrática no Brasil: perspectivas históricas, políticas e sociais. Democracia participativa, Demodiversidades e crise democrática. Democracia com uma nova gramática social.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel. **Demodiversidade**: imaginar novas possibilidades democráticas. São Paulo: Autêntica, 2018.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Teoria do Estado**: filosofia política e teoria da democracia. 5. São Paulo Atlas 2016.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro Zahar 2018.

CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da democracia**: uma introdução crítica: debates contemporâneos. Porto Alegre ArtMed 2009.

NOGUEIRA, Marcos Aurélio. **Um estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

**COMPONENTE CURRICULAR: Epistemologias das Ciências Sociais****CARGA HORÁRIA: 60h****É PRÉ-REQUISITO PARA CURSAR:**

1. Métodos e técnicas de pesquisa
2. Pesquisa e intervenção
3. Gestão de grupos, coletivos e intervenção psicossocial
4. Políticas Públicas como campo de Teorias e Práticas

**NATUREZA: Componente Curricular de Conhecimentos - Formação Básica - Obrigatório****EMENTA:**

Construção do objeto da ciência na epistemologia contemporânea. Divisão clássica entre ciências físicas e sociais/humanas. Produção de conhecimento nas sociedades complexas, para além dos postulados de racionalidade/causalidade linear, objetivismo, previsibilidade. Virada paradigmática e paradigmas emergentes para as ciências humanas e sociais. Interdependência, complexidade e respeito às diferenças na produção do conhecimento. Crítica da epistemologia positivista, Ecologia de saberes, epistemologias do sul, epistemologias insurgentes.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

GUINSBURG, J.; ROMANO, Roberto; CUNHA, Newton (Org.). **Descartes**: obras escolhidas. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MENESES, Maria Paula (Org). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Trad. de M. Alexandre e M. Sampaio. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil. 1996. (Trabalho original publicado em 1990).

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

MORIN, Edgar (Dir.). **A religião dos saberes**: o desafio do século XXI. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org). **Construindo as Epistemologias do Sul**. Antologia. Vol II. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

PRIGOGINE Ilya, STENGERS Isabelle. **A nova aliança**: metamorfose da ciência. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.  
 DEMO, Pedro. **Complexidade e Aprendizagem**: A dinâmica não linear do conhecimento. Atlas, São Paulo, 2002.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Questões contemporâneas sobre o Estado

**CARGA HORÁRIA: 60h**

#### É PRÉ-REQUISITO PARA CURSAR:

1. Planejamento, Gestão e Implementação de Políticas Públicas

**NATUREZA: Componente Curricular de Conhecimentos - Formação Básica - Obrigatório**

#### EMENTA:

Concepções do Estado e sua relação com o exercício da cidadania. Fascismo social e democracia liberal no estado capitalista. Necropolítica e racismo estrutural na sociedade e no estado. Estados e constituições plurinacionais na América Latina. Crítica contemporânea do estado, alternativas históricas e políticas. As respostas à crise do estado: aprofundamento e radicalização da democracia, concepções de povos e governos sem estado.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**: homo sacer, II, I. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.  
 BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Teoria do Estado**: filosofia política e teoria da democracia. 5. São Paulo: Atlas, 2016.  
 D'URSO, Flavia. **A crise da representação política do Estado**: perspectivas da soberania em Carl Schmitt, Michel Foucault e Giorgio Agamben. São Paulo: Minha Editora, 2016.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**. São Paulo: UBU Editora, 2017.  
 DAGNINO, Evelina; RIVIERA Alberto O., PANFICHI, Aldo. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.  
 MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.  
 ÖCALAN, Abdullah. **Confederalismo democrático**. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2016.  
 SILVA, Heleno Florindo. **Teoria do Estado Plurinacional**: O Novo Constitucionalismo Latino-americano e os Direitos Humanos. Curitiba: Juruá Editora, 2016.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Introdução à Administração Pública

**CARGA HORÁRIA: 60h**

<p><b>É PRÉ-REQUISITO PARA CURSAR:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Instituições de Direito Público e Privado</li> <li>2. Planejamento, Gestão e Implementação de Políticas Públicas</li> <li>3. Estado e governança pública</li> <li>4. Lei de responsabilidade fiscal</li> </ol>
<p><b>NATUREZA: Componente Curricular de Conhecimentos - Formação Básica - Obrigatório</b></p>
<p><b>EMENTA:</b></p>
<p>Teoria e Conceitos da Administração Pública: panorama crítico. Estado, Sociedade, Governo e Administração Pública. As esferas administrativas, os Poderes e as relações intergovernamentais no Brasil. Desafios contemporâneos da Administração Pública.</p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p>
<p>DENHARDT, Robert B. <b>Teorias da administração pública</b>. 2. São Paulo: Cengage Learning, 2016.  MATIAS-PEREIRA, José. <b>Administração pública</b>. 5. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.  PETERS, Guy, B.; JON, Pierre. (Orgs.). <b>Administração pública</b>: coletânea – São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 2010.</p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p>
<p>IPEA. <b>Governos estaduais no federalismo brasileiro</b>: capacidades e limitações governativas em debate / organizador : Aristides Monteiro Neto. – Brasília : Ipea, 2014. 326 p. Disponível em &lt;<a href="http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3184/1/livro_governos_estaduais.pdf">http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3184/1/livro_governos_estaduais.pdf</a>&gt; Acessado em 23 de março de 2020.  ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. <b>São Paulo em perspectiva</b>, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.  ABRUCIO, Fernando Luiz. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. <b>Revista de Administração Pública-RAP</b>, v. 39, n. 2, p. 401-419, 2005.</p>

<p><b>COMPONENTE CURRICULAR: Sustentabilidade, desenvolvimento e suas crises</b></p>
<p><b>CARGA HORÁRIA: 60h</b></p>
<p><b>NATUREZA: Componente de Formação Básica - Obrigatório</b></p>
<p><b>EMENTA:</b></p>
<p>Revisão crítica dos conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Limites planetários no antropoceno: crise sistêmica e sinais de colapso. Mudanças climáticas e mega-extinção: humanidades em risco. Capitalismo improdutivo e economia linear: desigualdades e hiper-exploração da natureza. Movimentos de resistência: ecologia política e eco-socialismo. Cenários alternativos: decrescimento e redistribuição,</p>

autonomia e Bem Viver. Os desafios da sobrevivência: resiliência humana e reconstrução civilizatória.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ACOSTA, Alberto; BRENDA, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Editora Elefante, 2018.  
 MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.  
 ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

AMBRIZZI, Tercio; JACOBI, Pedro Roberto; DUTRA, Livia Márcia Mosso (Org.). **Ciência das mudanças climáticas e sua interdisciplinaridade**. São Paulo: Annablume, 2015. 281 p. (Cidadania e meio ambiente.).  
 DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Outras Palavras, Autonomia Literária, 2017. Disponível em  
 <[http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/a\\_era\\_do\\_capital\\_improdutivo\\_2\\_i\\_mpressãoV2.pdf](http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/a_era_do_capital_improdutivo_2_i_mpressãoV2.pdf)> Acessado em 10 de março de 2020.  
 MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.  
 SOLÓN, Pablo (Org.). **Alternativas sistêmicas**. Bem Viver, Decrescimento, Comuns, Ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Editora Elefante, 2019

### **COMPONENTE CURRICULAR: Instituições de Direito Público e Privado**

**CARGA HORÁRIA: 60h**

#### **É PRÉ-REQUISITO PARA CURSAR:**

1 . Planejamento, Gestão e Implementação de Políticas Públicas

**NATUREZA: Componente Curricular de Conhecimentos - Formação Básica - obrigatório**

#### **EMENTA:**

Ordenamento jurídico, sociedade e instituições. Normas jurídicas e outras normas sociais. Fontes e Ramos do Direito (público e privado) e o debate contemporâneo interdisciplinar. Capacidade jurídica e formas de Direito Civil - pessoa natural e pessoa jurídica. Fatos e atos jurídicos. Relações entre instituições de Direito público, privado, formas de Estado e formas e sistemas de Governo.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2016.  
 MARTINS, Sérgio Pinto. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo: Atlas, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Instituições de direito público e privado**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

DOWER, Nelson Godoy Bassil [et al.] **Instituições de direito público e privado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

FERNANDES, Luciana Cordeiro de Souza. **Instituições de direito: desmistificando o direito público, privado e difuso**. São Paulo: Saraiva, 2019.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de direito civil**, v. 1 introdução ao direito civil, teoria geral de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos de direito público**. São Paulo: Malheiros, 2010.

### **COMPONENTE CURRICULAR: Métodos e Técnicas de Pesquisa**

**CARGA HORÁRIA: 60h**

#### **É PRÉ-REQUISITO PARA CURSAR:**

1. Pesquisa e intervenção
2. Análise e avaliação de Políticas Públicas .
- 3 Estatística para Gestão

**NATUREZA: Componente de formação profissional - obrigatório**

#### **EMENTA**

As propriedades dos campos científicos. Gestão pública e social como campos interdisciplinares e consequências disso na escolha dos métodos de análise. Perguntas, Objetos, Hipóteses e Variáveis. Relações Causais. Método Qualitativo vs. Quantitativo ou abordagem quanti-qualitativa. Estudos de Caso; Conceitos e Tipologias. Entrevistas; Pesquisa científica e ética. Procedimentos de coleta e análise de dados dos métodos qualitativos estudados: Entrevista, Etnografia, História de vida, Análise documental, Pesquisa-Ação, Estudos de Caso, Análise de Conteúdo, Análise de Discurso. Elaboração de ferramentas de coleta de dados; Correlação; Análise de Variância; Testes de Hipóteses; ANOVA; Análise de Cluster.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

ANDERSON, D. R., SWEENEY, D. J., WILLIAMS, T. A. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. 2ª ed., CENGAGE Learning. 2011.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3a. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MORETTIN, Pedro A; BUSSAB, Wilton de O. **Estatística básica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

REIS, Marcelo M. **Estatística aplicada à Administração**. Florianópolis: Departamento de Ciência da Administração/UFSC, 2008.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Políticas Públicas como campo de teorias e práticas

**CARGA HORÁRIA: 60h**

##### É PRÉ-REQUISITO PARA CURSAR:

1. Planejamento, Gestão e Implementação de Políticas Públicas
2. Análise e avaliação de Políticas Públicas
3. Participação social e políticas públicas

**NATUREZA: Componente de formação profissional - obrigatório**

##### EMENTA

Compreender o conceito de política pública (PP) e os motivos de sua problemática definição. PP em uma visão estadocêntrica e sociocêntrica. Tipos de PPs. Ciclo de PPs. Evolução do se fazer das PPs. Instituições no Processo de Política Pública. Globalização e PPs. Atores no Processo de Política Pública; Estilos de Políticas Públicas; Glossário de Termos de Políticas Públicas.

##### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Editora Unijuí, 2011.

LIMA, Luciana Leite; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo (orgs). **Campo de públicas em ação: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.

DIAS, Reinaldo. **Políticas públicas princípios, propósitos e processos**. São Paulo Atlas, 2012.

##### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas – Conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3 Ed., São Paulo: Cengage Learning, 2020

HOWLETT, Michael. **Política pública seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta, MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Teorias econômicas clássicas e contemporâneas

**CARGA HORÁRIA: 60h**

<b>É PRÉ-REQUISITO PARA CURSAR:</b> 1. Planejamento, Gestão e Implementação de Políticas Públicas
<b>NATUREZA: Componente de formação profissional - obrigatório</b>
<b>EMENTA</b>
Introdução; Fundamentos da Economia Política; Subjetivismo Racionalista; Economia Política Crítica e Crítica da Economia Política; Utilitarismos; Neoclássicos; Teorias do Imperialismo; Críticas à mão invisível; Economia Contemporânea; Renascimento da Economia Política Crítica
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
BRUE, Stanley L. <b>História do pensamento econômico</b> . 2. Rio de Janeiro Carnegie Learning 2016. HUNT, E. K; LAUTZENHEISER, Mark. <b>História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica</b> . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. STRATHERN, Paul. <b>Uma breve história da economia</b> . Rio de Janeiro Zahar 2003.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
BARBIERI, Fabio. <b>Metodologia do pensamento econômico: o modo de fazer ciência dos economistas</b> . São Paulo: Atlas, 2014. MARX, Karl. <b>O capital I: crítica da economia política : o processo de produção do capital</b> . 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. PRADO JUNIOR, Caio. <b>História econômica do Brasil</b> . 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. SINGER, Paul. <b>Aprender economia</b> . 25. ed. São Paulo: Contexto, 2017. FURTADO, Celso. <b>Formação econômica do Brasil</b> . 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Planejamento, Gestão e Implementação de Políticas Públicas</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>É PRÉ-REQUISITO PARA CURSAR:</b> 1. Análise e avaliação de Políticas Públicas 2. Finanças e Orçamento Público 3. Participação social e políticas públicas
<b>NATUREZA: Componente de formação profissional - obrigatório</b>
<b>EMENTA</b>
Racionalidades, teorias e métodos do planejamento. Escalas, instituições e atores; os múltiplos interesses envolvidos no planejamento. Técnicas e ferramentas aplicadas em processos de planejamento, gestão e implementação de PPs. Conceitos e metodologias de planejamento na administração pública: Planejamento Estratégico Situacional (PES),

Planejamento Estratégico Organizacional, Gestão orientada a resultados, Planejamento participativo. Conceitos e metodologias de gestão de projetos: Método do Quadro Lógico. Conceitos e metodologias de gestão de processos: Árvore de Processos, Desenho e redesenho de processos. Alinhamento, adequação, avanços e limites das ferramentas de gestão. Planejamento e implementação: da política como deveria se à política como ela é. Estudos de caso e atividades práticas.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIACOMONI, James. PAGNUSSAT, José Luiz. (Orgs.) **Planejamento e orçamento governamental**. coletânea –Brasília: ENAP, 2006.  
 REPETTO, Fábio... [et al]. **Reflexões para Ibero-América: Planejamento Estratégico**. Brasília ENAP. 2009.  
 LOTTA, Gabriella (org.). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. Acesso liberado para download.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOREIRA, Maria Cecília Roxo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUCSP, 2001.  
 MATUS, C. **Política, planejamento e governo**. Tomos I e II. Brasília: Editora IPEA, 1993  
 LIMA, Guilherme Pereira. **Gestão de projetos: como estruturar logicamente as ações futuras**. Rio de Janeiro: LTC, 2009.  
 CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela. **Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação**. Brasília: Enap, 2015.  
 PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. **Burocracia e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Ipea; Enap, 2018.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos da Contabilidade

**CARGA HORÁRIA: 60h**

#### É PRÉ-REQUISITO PARA CURSAR:

1. Finanças e Orçamento público
2. Lei de responsabilidade fiscal

**NATUREZA: COMPONENTE CURRICULAR de Formação Profissional - obrigatório**

#### EMENTA:

A importância da contabilidade nas organizações públicas e privadas e seus usuários externos e internos; Princípios fundamentais de contabilidade (visão geral); Método das partidas dobradas e Regimes Contábeis; Relatórios contábeis (visão geral); Estrutura básica de um Balanço Patrimonial: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e seus principais grupos de contas. O mecanismo de origens e aplicações de recursos. Despesas e receitas. Extração de dados do balanço patrimonial para tomada de decisões. A demonstração do Resultado do Exercício na geração de informações.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA-USP. **Contabilidade introdutória**. 12. Rio de Janeiro Atlas 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Introdução à teoria da contabilidade para graduação**. 6. Rio de Janeiro Atlas 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 12. Rio de Janeiro Atlas 2018.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade introdutória**. 2. Rio de Janeiro Atlas 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade**. 7. São Paulo Atlas 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à contabilidade com abordagem para não-contadores**. 2. São Paulo Cengage Learning 2016.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. 4. São Paulo Saraiva 2017.

VICECONTI, Paulo. **Contabilidade básica**. 17. São Paulo Saraiva 2017.

**COMPONENTE CURRICULAR: Pesquisa e intervenção**

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de formação profissional - obrigatório**

**EMENTA**

Métodos de pesquisa e intervenção social e suas relações com a gestão pública e social. Princípios epistemológicos das estratégias de pesquisa e intervenção social. Desenho da pesquisa e da intervenção. Pesquisa-ação participativa. Técnicas participativas de pesquisa e intervenção. Níveis de intervenção com coletivos e comunidades. Estratégias de análise de dados. Interculturalidade e intervenção social. A intervenção social como dispositivo emancipatório e de transformação. Pesquisa em direitos humanos e dimensões éticas da pesquisa e da intervenção social. Elaboração de relatórios.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2011.

LAVILLE, C; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed Editora UFMG, 2008.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: EDUFBA, 2012.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FALS BORDA, O. **Una Sociologia Sentipensante para América Latina**. Antología de textos seleccionados e apresentados por Víctor Manuel Moncayo. Bogotá: CLACSO/Siglo del Hombre Editores, 2009.

BERISTAIN, C. **Manual sobre perspectiva psicosocial en la investigación en derechos humanos**. Bilbao: Hegoa, 2007.

FALS BORDA, O. **Por la praxis**: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. Bogotá: Federación para el Análisis de la Realidad Colombiana (FUNDARCO), 1978.  
 DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985. Ebook  
 DAVID T. **Pesquisa-ação**: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005

## COMPONENTE CURRICULAR: Ética política e profissional na contemporaneidade

**CARGA HORÁRIA: 60h**

### É PRÉ-REQUISITO PARA CURSAR:

1. Lei de responsabilidade fiscal
4. Estado e governança pública

**NATUREZA: Componente de formação básica - obrigatório**

### EMENTA

Fundamentos da ética. Ética e moral. Ética utilitarista. Ética do dever. Ética da virtude. Relativismo e objetivismo em juízos morais. Ética e política. Ética profissional dos gestores e administradores. Ética profissional dos servidores públicos. Processos disciplinares.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FURROW, Dwight. **Ética**: Conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: ArtMed, 2017.  
 QUINTANA, Fernando. **Ética e política**: da Antiguidade clássica à contemporaneidade. São Paulo Atlas 2014.  
 LAASCH, Oliver. **Fundamentos da gestão responsável**: sustentabilidade, responsabilidade e ética. São Paulo Cengage Learning 2016.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Decreto nº 1.171**, de 22 de junho de 1994. [Aprova o] Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Publicado no D.O.U. de 23.6.1994. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm)>. Acessado em 7 de março de 2020.  
 CFA. **Resolução normativa nº 537**, de 22 de março de 2018. [Institui o] Código de Ética dos Profissionais de Administração. Disponível em <[http://documentos.cfa.org.br/arquivos/resolucao\\_537\\_2018\\_665.pdf](http://documentos.cfa.org.br/arquivos/resolucao_537_2018_665.pdf)>. Acessado em 7 de março de 2020.  
 CFA. **Resolução normativa nº 538**, de 22 de março de 2018. [Aprova o] Regulamento do Processo Ético Disciplinar dos Profissionais de Administração. Disponível em <[http://documentos.cfa.org.br/arquivos/resolucao\\_538\\_2018\\_666.pdf](http://documentos.cfa.org.br/arquivos/resolucao_538_2018_666.pdf)>. Acessado em 7 de março de 2020.  
 MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética de Platão à Foucault**. Rio de Janeiro Zahar 2007.  
 MATTAR NETO, João Augusto. **Filosofia e ética na administração**. 2a. ed. São Paulo Saraiva 2009.

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Estatística para Gestão</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>NATUREZA: Componente de formação profissional - obrigatório</b>
<b>EMENTA</b>
Introdução, o lugar da estatística na sociedade, o lugar da sociedade na estatística, elementos da sociedade enquanto dados, pesquisas e dados, técnicas de amostragem, dados categorizados, dados quantitativos, medidas descritivas, modelos probabilísticos, distribuições contínuas e o modelo normal, estimação de parâmetros, testes estatísticos de hipóteses, testes de comparação entre duas amostras, análise de dados categorizados, correlação e regressão.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
COSTA, Sérgio Francisco. <b>Introdução ilustrada à estatística</b> . 5. ed. São Paulo: Harbra, 2013. MORETTIN, Pedro A; BUSSAB, Wilton de O. <b>Estatística básica</b> . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. RIOLA, Mauro F. <b>Introdução à estatística</b> . 12. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
BARBETTA, Pedro Alberto. <b>Estatística aplicada às Ciências Sociais</b> . 9a. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. CAMPOS, Celso Ribeiro; WODEWOTZKI, Maria Lucia Lorenzetti; JACOBINI, Otávio Roberto. <b>Educação estatística: teoria e prática em ambientes de modelagem matemática</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 2011. DANCEY, Christine P.; REIDY, John. <b>Estatística sem matemática para psicologia</b> . 7. ed. Porto Alegre: Penso, 2019. FALCO, Javert Guimarães. MEDEIROS JÚNIOR, Roberto José. <b>Estatística</b> . Curitiba: IFPR, 2012. Disponível em < <a href="http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/estatistica.pdf">http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/estatistica.pdf</a> >. Acessado em 4 de março de 2020. STEVENSON, W. J. <b>Estatística Aplicada à Administração</b> . São Paulo: Editora Harper & Row do Brasil letda, 1981.

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Socioeconomia e Economia Solidária</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>É PRÉ-REQUISITO PARA CURSAR:</b> 1. Empreendedorismo e inovação na GPS 2. Gestão Social e Territórios
<b>NATUREZA: Componente de Formação Profissional - obrigatório</b>

<b>EMENTA:</b>
Economia social: Contexto de surgimento e características; Cooperativismo tradicional e cooperativismo popular; Autogestão: Construção de um conceito. Crise do trabalho, novas relações com o capital. Economia solidária no Brasil: Histórico, concepções e práticas. Economia solidária e princípios cooperativistas. Discussão sobre os fundamentos (conceituais, teórico-metodológicos) do desenvolvimento local. Análise de experiências de sucesso com ênfase nos contextos nordestino e baiano. Fortalecimento e desenvolvimento local através de estratégias da economia solidária; Desafios práticos das experiências em economia solidária.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
DOWBOR, Ladislau. <b>Democracia Econômica: Alternativas de gestão social</b> . 2012. SILVA, Sandro Pereira (Org.). <b>Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas</b> . Brasília: IPEA, 2020. SINGER, Paul. <b>Introdução à Economia Solidária</b> . São Paulo: Perseu Abamo, 2002.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
BORINELLI, Benilson [et al] (Org.). <b>Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e experiência institucional</b> . Londrina: UEL, 2010. CATTANI, Antonio, D., LAVILLE, Jean-Louis, GAIGER, Luiz, I., Hespanha, Pedro (Orgs.), <b>Dicionário Internacional da Outra Economia</b> . Editora Almedina, Coimbra-São Paulo, 2009. FURTADO, Celso. <b>Formação econômica do Brasil</b> . 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. LAVILLE, Jean_Louis. <b>Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia</b> . Katál, Florianópolis v. 11 n.1 p. 20-42 jan/jun. 2008. VARANDA, Ana Paula de Moura e BOCAJUVA, Pedro Claudio Cunha (Orgs.). <b>Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária</b> . Rio de Janeiro. 2009. (acessível <i>online</i> ). MARTINS, Mariana.; HIRATA, Aloisia. Agricultura para o buen vivir: o estudo de caso da experiência agroecológica e econômica solidária da Central das Associações dos Agricultores Orgânicos do Sul de Minas (OSM)

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Finanças e Orçamento Público</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>É PRÉ-REQUISITO PARA CURSAR:</b> 1. Lei de responsabilidade fiscal 3. Estado e governança pública
<b>NATUREZA: Componente de Formação Profissional- obrigatório</b>
<b>EMENTA:</b>
O processo de constituição do orçamento público e as relações entre Executivo e Legislativo (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei orçamentária Anual); o Orçamento

Público como ferramenta de apoio no processo de planejamento e desenvolvimento de políticas públicas; A execução orçamentária e financeira (Lei 4.320/64): Classificações orçamentárias e estágios da Despesa, Receita e Crédito público; Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público**: abordagem simples e objetiva. 2. São Paulo Atlas 2013.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. Rio de Janeiro Atlas 2017.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas**. 7. Rio de Janeiro Atlas 2017.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 6. Rio de Janeiro Atlas 2016

GIACOMONI, James. **Orçamento governamental**: teoria, sistema, processo. Rio de Janeiro Atlas 2018.

LIMA, Diana Vaz de. **Orçamento, contabilidade e gestão no setor público**. Rio de Janeiro Atlas 2018.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade pública**: uma abordagem da administração financeira pública. 14. Rio de Janeiro Atlas 2019.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9ª. São Paulo Atlas 2012.

### **COMPONENTE CURRICULAR: Análise e avaliação de Políticas Públicas**

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de Formação Profissional - obrigatório**

#### **EMENTA:**

Analisar e avaliar (PPs), atividades não neutras. Análise de políticas públicas: perspectiva histórica e teórica. Tipologias de políticas públicas. Objetivos, natureza e dinâmica das políticas públicas. Visão geral sobre o papel e o uso da avaliação de políticas públicas. Teorias, conceitos, tipos, modelos, métodos e instrumentos de avaliação de políticas públicas e de programas governamentais. Avaliação e aprendizagem. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Modelos e instrumentos metodológicos no campo de avaliação.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo Cengage Learning, 2016.

JANNUZZI, P.M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas-sp: alínea editora, 2016.

WU, Xun, RAMESH, M., HOWLETT, Michael, FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Editora: Escola Nacional de Administração Pública (Enap). 2014. Liberado pela editora em <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2555>.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista do Serviço Público**, Brasília, abr/jun, 2005.

MINAYO, C. (ORG). **Avaliação por triangulação e métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

BROUSELLE, A, CHAMPAGNE, F, CONTANDRIOPOULUS, AP, HARTZ Z, (orgs). **Avaliação: Conceitos e Métodos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2011.

SILVA, Rogério. **Avaliação Participativa**: leituras e questionamentos. São Paulo, Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social, 2009. Acessível *online*.

### COMPONENTE CURRICULAR: Gestão de grupos, coletivos e intervenção psicossocial

**CARGA HORÁRIA: 60h**

#### É PRÉ-REQUISITO PARA CURSAR:

1. Gestão Social de Territórios

**NATUREZA: Componente de formação profissional - obrigatório**

#### EMENTA

Este componente curricular aborda os princípios teóricos e metodológicos da gestão e trabalho com grupos, coletivos, comunidades ou organizações e da intervenção psicossocial. Serão estudados os conceitos de grupo, coletivo, organização e comunidade. Interação, relações intra e intergrupais. Gestão de grupos de trabalho e saúde. Dinâmica, organização e estrutura grupal. Psicologia das massas. Dimensões emocionais e cognitivas da intervenção e do trabalho com grupos. Coordenação e gestão de grupos de trabalho. Grupos operativos. Técnicas de trabalho grupal. Intervenção psicossocial e direitos humanos. Níveis de intervenção comunitária.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AFONSO, M. L. (Org.) **Oficinas em dinâmica de grupo**: Um método de intervenção psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABUD, C. C. (Org). **A Subjetividade nos Grupos e Instituições**: Constituição, mediação e mudança. Lisboa: Chiado Editora, 2015.

BERISTAIN, C. **Enfoque psicosocial de la ayuda humanitaria**. Bilbao: Universidad Deusto, 1997. Disponível *online*.  
ENRIQUEZ, E. **A organização em análise**. São Paulo: Cortez, 1997.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Empreendedorismo e Inovação na GPS

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de formação profissional - obrigatório**

#### EMENTA:

O papel da inovação e do empreendedorismo nas esferas pública e social. A burocracia estatal e o desafio de se inovar no governo. Inovação e empreendedorismo no setor público: políticas públicas e ação governamental para o bem-viver. Inovação social e empreendedorismo social no contexto brasileiro: desafios e perspectivas. Empreendedores sociais como agentes de mudança social. Redes colaborativas e arranjos locais/territoriais em gestão pública e social. Tendências, experiências e práticas de inovação e empreendedorismo no campo da gestão pública e social (estudos de caso).

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BACICHETTO, Vinícius de Vargas. **Inovação no setor público**. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2018.  
BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.  
BORGES, Cândido. **Empreendedorismo sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2014.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRUNO-FARIA, Maria de Fátima et. al. (orgs.). **Criatividade e inovação nas organizações: desafios para a competitividade**. São Paulo Atlas 2013.  
BERNARDI, Luiz Antonio. **Empreendedorismo e armadilhas comportamentais: causalidades, emoções e complexidade**. São Paulo Atlas 2015.  
SOUZA NETO, Bezamat de. **Contribuição e elementos para um metamodelo empreendedor brasileiro: o empreendedorismo de necessidade do 'virador'**. 2. São Paulo Blucher 2017.  
JULIEN, Pierre-André. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**. São Paulo Saraiva 2010.  
REIS, Dálcio Roberto dos. **Gestão da inovação tecnológica**. 2. São Paulo Manole 2008.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Participação social e políticas públicas

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de formação profissional - obrigatório**

#### EMENTA

O papel da participação nos diversos arranjos democráticos: democracia representativa, democracia participativa, democracia de baixa ou alta intensidade. Movimentos sociais e Participação. A institucionalização da participação, ganhos e perdas. Participação social e gestão de políticas públicas. Efeitos da participação social nas políticas públicas brasileiras. Efetividade dos arranjos participativos: críticas, diagnósticos e alternativas. Retrocesso ou avanço da participação como indicador do estado de saúde da democracia.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANTOS, B. S. (ORG.) **Democratizar a Democracia**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002.  
DAGNINO, Evelina, TATAGIBA, Luciana. **Democracia, sociedade civil e participação**. Argos Editora, 2007.  
ROMÃO, Wagner de M. MARTELLI, Carla G. G., PIRES, Valdemir(org.) **Participação Política no Brasil**. Ação coletiva e interfaces socioestatais. Cultura Acadêmica Editora, Unesp, 2014. Recurso digital.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.  
DURIGUETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.  
PIRES, Roberto, Rocha, C. **Efetividade das instituições Participativas no Brasil**: Estratégias de Avaliação. Brasília, IPEA, 2011.  
ANTERO, S. A.; SALGADO, V. A. B. (Orgs.). **Democracia, Direito e Gestão Pública**: textos para discussão. Editora IABS, Brasília-DF: 2012. P 117-137 (Capítulo II). Disponível em <[http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao-publica/programas-e-projetos-de-gestao/arquivos/vol\\_6\\_participacao\\_s](http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao-publica/programas-e-projetos-de-gestao/arquivos/vol_6_participacao_s)>

#### COMPONENTE CURRICULAR: Políticas públicas e (des)envolvimento territorial

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de Formação Profissional - optativo**

#### EMENTA:

Crítica ao conceito de desenvolvimento e da dicotomia desenvolvimento /subdesenvolvimento. Conceitos de território e desenvolvimento territorial. Antecedentes teóricos da questão regional e urbana contemporânea. Abordagens críticas da economia política da urbanização e desenvolvimento regional. Transformações do espaço urbano-regional contemporâneo e implicações para políticas públicas. Modelos de desenvolvimento territorial das agências internacionais e suas implicações para o sul-global.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga; LIMA, Maria Messias Ferreira; PINHEIRO, Valéria Feitosa & TEIXEIRA, Francisco José Soares (org.). **Capitalismo, trabalho e política social** - Série CEURCA, v. 2. São Paulo: Blucher, 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura & MONTE-MÓR, Roberto Luís. **Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

COSTA, W. M. da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos Sobre o Território e o Poder**. São Paulo: EDUSP, 2008.

DALLABRIDA, Valdir R. (Org.). **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Contraponto, 2009

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1ª Ed. São Paulo. Outras Expressões, 2011.

### COMPONENTE CURRICULAR: Psicologia social e institucional e organizações públicas

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de formação profissional - conteúdo complementar - optativo**

#### EMENTA

Este componente curricular introduz os fundamentos teóricos e as distintas vertentes das psicologias social, institucional e das organizações. Serão abordadas as origens da psicologia social e da análise institucional. Pedagogia institucional. Fundamentos da análise institucional de origem francesa. A psicologia social e institucional na América Latina. A vertente construtivista da psicologia social. Psicologia social e comunitária e transformações sociais. A psicologia social crítica. Psicologia social dos movimentos sociais. Psicologia social e gestão pública e social. Psicologia social e políticas públicas. Análise do discurso e psicologia social.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERGER e LUCKMAN. **A Construção Social da Realidade**. São Paulo: Vozes, 2006

REY, F.G. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 2004.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LAUREAU, R. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

ROSE, N. **A Psicologia como uma ciência social**. *Psicologia & Sociedade*; 20 (2): 155-164, 2008. Disponível em <[https://social.stoa.usp.br/articles/0038/4451/rose\\_\\_nikolas.\\_psicologia\\_como\\_uma\\_ciencia\\_social.pdf](https://social.stoa.usp.br/articles/0038/4451/rose__nikolas._psicologia_como_uma_ciencia_social.pdf)> Acessado em 23 de março de 2020.

SPINK, M.J. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Globalização e governança internacional

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de Formação Profissional - conteúdo complementar - optativo**

#### EMENTA:

Globalização: trajetória e crítica. Estudo sobre governança do sistema internacional na contemporaneidade: análise geopolítica desde a Segunda Guerra até a atualidade. Papel desempenhado por instituições internacionais e a sua influência nas sociedades e políticas públicas domésticas dos Estados. Análise da difusão de práticas internacionais em múltiplos níveis e em diversas áreas, tais como economia, comércio, desenvolvimento sustentável, segurança e direitos humanos. Estudos sobre propostas alternativas aos modelos hegemônicos.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças. **Guiné-Bissau da independência colonial à dependência da cooperação internacional para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SOLÓN, Pablo (Org.). **Alternativas sistêmicas. Bem Viver, Decrescimento, Comuns, Ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum. Ensaio sobre a revolução do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Geopolítica moderna e contemporânea

**CARGA HORÁRIA: 60h**

<b>NATUREZA: Conteúdo Complementar - Optativo</b>
<b>EMENTA:</b>
Estados nacionais e blocos político-econômicos. Breve história do colonialismo e imperialismo. Invasões, dominação e extermínio: pensamento abissal e o redesenho do mundo. Independências nacionais e a continuidade do colonialismo interno. Guerras mundiais e guerra fria: a (re)partilha do mundo. Guerras anticoloniais e anti-imperialistas: resistências no Sul. Neocolonialismo e impérios contemporâneos: tecnopolíticas, guerras híbridas e neofascismo. Resistências nacionais, plurinacionalismo e resistências autonômicas. Capitalismo tardio: crise sistêmica ou colapso?
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
AGAMBEN, Giorgio. <b>Estado de exceção: homo sacer, II, I. 2.</b> ed. São Paulo: Boitempo, 2007. CARDOSO, Bruno; BRUNO, Fernanda; MELGAÇO, Lucas; GUILHON, Luciana; KANASHIRO, Marta. <b>Tecnopolíticas da vigilância.</b> São Paulo: Boitempo, 2018. FANON, Franz. <b>Os condenados da terra.</b> Juiz de Fora: UFJF, 2005.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado. GROSFOGUEL, Ramón (org.). <b>Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.</b> São Paulo: Autêntica, 2018 ALKMIN, Fábio Márcio. <b>Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México.</b> São Paulo: Humanitas, 2018. ESCOBAR, Pepe; AGUIAR, Renato. <b>Império do Caos.</b> Rio de Janeiro: Editora Revan, 2016. KORYBKO, Andrew. <b>Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes.</b> São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2018. SAID, Edward W. <b>Cultura e Imperialismo.</b> Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Violência, segurança e políticas públicas</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>NATUREZA: Componente de formação profissional conteúdo complementar - optativo</b>
<b>EMENTA</b>
Este componente curricular discutirá a violência como conceito e como fenômeno social, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, identificando suas interconexões com as práticas de segurança e com o desenho e implementação de políticas públicas no Brasil e no mundo. Serão temas abordados durante o componente: a violência urbana, a violência policial, a violência política, as relações entre a intervenção em segurança pública, a desigualdade social e os direitos humanos. Poder e segurança, emoções e discursos de segurança; migrações, drogas, sistemas prisionais e políticas de segurança, entre outros fenômenos contemporâneos deste campo de estudos.

<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
<p>BAUMAN, Zygmunt. <b>Medo líquido</b>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.</p> <p>FOUCAULT, Michel. <b>Microfísica do poder</b>. Rio de Janeiro: Graal.</p> <p>SOUZA, Marcelo Lopes de. <b>Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana</b>. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
<p>MISSE, M. <b>Crime e Violência no Brasil Contemporâneo</b>. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.</p> <p>CANO, Ignacio (Org.) ; BORGES, Doriam (Org.) ; RIBEIRO, Eduardo (Org.) . <b>Os donos do morro: uma análise exploratória do impacto das unidades de polícia pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro</b>. 1. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública / Urbana, 2012. v. 1. 218p</p> <p>FASSIN, Didier. <b>La fuerza del orden: una etnografía del accionar policial en las periferias urbanas</b>. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.</p> <p>WIEVIORKA, Michel. <b>La violencia</b>. Buenos Aires: Prometeo, 2000.</p> <p>ZAVERUCHA, Jorge; BARROS, Maria do R. Negreiros. <b>Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais</b>. Recife: FJN/Massangana, 2002</p>

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Relações de poder</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>NATUREZA: Componente de formação profissional conteúdo complementar - optativo</b>
<b>EMENTA</b>
<p>Este componente curricular aborda o campo das relações de poder, tomando como ponto de partida a Modernidade como campo de tensão entre a valoração das distintas formas de ser e sua tendência ao governo dos sujeitos individuais e coletivos. São debatidas distintas perspectivas teóricas para definir o poder e sua proximidade com outros conceitos como autoridade e obediência. O curso analisa as distintas tecnologias de governo da população desenvolvidas durante a modernidade, assim como as estratégias de resistência orientadas à emancipação e à mudança social.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
<p>BOURDIEU, Pierre. <b>O poder simbólico</b>. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998</p> <p>HAN, Byung-Chul. <b>O que é o poder?</b>. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.</p> <p>FOUCAULT, Michel. <b>Estratégia, poder-saber</b>. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
<p>ARENDT. H. <b>Sobre a violência</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009</p>

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2017

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Perspectiva: São Paulo, 1974.

ROSE, N. A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. São Paulo: Paulos, 2013.

SENNETT, R. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

## COMPONENTE CURRICULAR: Concepções e Métodos alternativos de solução de conflito

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de formação profissional - conteúdo complementar - optativo**

### EMENTA

O conflito nas ciências sociais modernas: harmonia vs conflito. Conflito na sociedade contemporânea. Teoria da complexidade e conflito: uma nova concepção de conflito e novas ferramentas para gerenciá-lo. Autocomposição e heterocomposição; O monopólio estatal da jurisdição; O Direito ao acesso à justiça e suas limitações; Métodos alternativos de solução de conflito; Mediação e conciliação; Arbitragem; Justiça restaurativa; Negociação: conceito, técnicas e aplicações.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUZERT, Yann. **Negociação**: barreiras para resolução dos conflitos. São Paulo: Saraiva, 2011.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual dos MESC's meios extrajudiciais de solução de conflitos**: arbitragem, mediação, conciliação, negociação, ombudsmã, avaliação neutra. São Paulo Manole 2016.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Arbitragem, mediação, conciliação e negociação**. 10a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CNJ. **Pilotando a justiça restaurativa**: o papel do Poder Judiciário. Relatório analítico propositivo. Brasília, DF: CNJ, 2018. Disponível em <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/722e01ef1ce422f00e726fbbee709398.pdf>>. Acessado em 4 de março de 2020.

FISS, Owen. **Um novo processo civil**: estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

LEWICKI, Roy J. **Fundamentos de negociação**. 5. Porto Alegre AMGH 2014.

LIMA, Roberto Kant de; MISSE, Michel (Coord.). **Ensaio de antropologia e de direito**: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 5. Rio de Janeiro Método 2018.

## COMPONENTE CURRICULAR: Tutela de Direitos Difusos e Coletivos

<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>NATUREZA: Componente de formação profissional - conteúdo complementar - - optativo</b>
<b>EMENTA</b>
Direitos individuais e direitos coletivos (meio ambiente, patrimônio cultural, patrimônio público, de grupos raciais, étnicos e religiosos e outros); Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos; Conflitos individuais e conflitos coletivos; Microsistema do Processo Coletivo; Instrumentos: Ação Civil Pública, Ação Popular, Mandado de Segurança Coletivo e outros; Legitimidade, litisconsórcio e intervenção de terceiros (partidos políticos, sindicatos e fundações privadas); Controle da Administração Pública pela via judicial
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
DIDIER JUNIOR, Fredie; ZANETI JUNIOR, Hermes. <b>Curso de direito processual civil: processo coletivo</b> . 13. ed. Salvador: Juspodium, 2019. MAZZILLI, Hugo Nigro: <b>A defesa dos interesses difusos em juízo</b> . 31a. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. <b>Tutela de interesses difusos e coletivos</b> . São Paulo: Saraiva, 2018.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
GAJARDONI, Fernando da Fonseca. <b>Direitos difusos e coletivos i: teoria geral do processo coletivo</b> . São Paulo Saraiva 2012. GAJARDONI, Fernando da Fonseca. <b>Direitos difusos e coletivos ii: ações coletivas em espécie : ação civil pública, ação popular e mandato de segurança coletivo</b> . São Paulo Saraiva 2012. FENSTERSEIFER, Tiago. <b>Defensoria pública, direitos fundamentais e ação civil pública: a tutela coletiva dos direitos fundamentais (liberais, sociais e ecológicos) dos indivíduos e grupos sociais necessitados</b> . São Paulo Saraiva 2014. MANCUSO, Rodolfo de Camargo. <b>Advocacia do setor público: estudos temáticos de direito</b> . São Paulo Saraiva 2013. BUENO, Cassio Scarpinella. <b>Curso sistematizado de direito processual civil: direito processual público, direito processual coletivo</b> . 4. São Paulo: Saraiva, 2013

**COMPONENTE CURRICULAR: Democracia digital, governança da internet e políticas públicas - GPS**

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de formação profissional - Conteúdo complementar - Optativo**

**EMENTA:**

Sociedade em rede e cidadania. Mídia, poder e contrapoder na era da informação. Democratização do Estado digital: governança eletrônica e e-participação no ciclo de políticas públicas. Os governos e os desafios político-institucionais e sociais de desenvolvimento na governança eletrônica. Cibercidadania: a iniciativa popular pela internet como instrumento de democracia participativa. O Marco Civil da Internet: direitos e deveres para quem usa a rede. Poder simbólico, poder político e comunicação de massa. Democratização da informação: a importância das mídias alternativas. Minorias sociais e liberdade de expressão na Internet.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BERNARDES, Marciele B. **Democracia na sociedade informacional. O desenvolvimento da democracia digital nos municípios brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2013.  
 CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 17. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2016.  
 GUEVARA, Arnaldo José de Hoyos. **Da sociedade do conhecimento à sociedade da consciência.** São Paulo: Saraiva, 2007.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.  
 GONÇALVES, Victor Hugo Pereira. **Marco Civil da Internet comentado.** Rio de Janeiro: Atlas, 2016.  
 HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.  
 PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Comunicação e cultura das minorias.** São Paulo: Paulus.  
 SPANHOL, Fernando José et al. (Orgs.). **Tecnologias da informação e comunicação na segurança pública e direitos humanos.** 2. São Paulo: Blucher, 2016

**COMPONENTE CURRICULAR: Conflitos e movimentos sociais contemporâneos no campo e na cidade**

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de formação profissional - Conteúdo complementar - Optativo**

#### **EMENTA**

Globalização, e lutas sociais contemporâneas. Racionalidade (econômica) dominante e outras racionalidades. Emergências e insurgência de novas formas de luta no campo e na cidade. Lutas por existência e reconhecimento, afirmação de identidade; o direito de ser

igual na diferença. Interseccionalidade: raça, gênero e classe. Epistemologias do sul e encontro de saberes para embasar outras formas de ver, sentir e pensar o mundo.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.  
 LAVAL, Christian, DARDOT, Pierre. **Comum**: Ensaio Sobre A Revolução No Século XXI Boitempo Editorial, 2017.  
 MELUCCI, Alberto. **Invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HARVEY, David(et al). **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo. Boitempo, Carta Maior, 2012.  
 SAVAZONI, Rodrigo. **O Comum entre Nós**. Da cultura digital à democracia do século XXI. Coleção Democracia Digital. SILVEIRA Sergio A. da (org.) Editora, SESC. 2018. Livro digital.  
 GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2007 [1997].  
 \_\_\_\_\_ **O Protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2008.  
 SOLÓN, Pablo (Org.). **Alternativas sistêmicas**. Bem Viver, Decrescimento, Comuns, Ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

### COMPONENTE CURRICULAR: Estudos Étnico-Raciais para Gestão Pública e Social

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de Formação Profissional - conteúdo complementar - optativo**

#### EMENTA:

Raça e Racismo. A trajetória da desigualdade racial no Brasil. O combate ao racismo e às desigualdades por meio de políticas públicas. Políticas públicas para promoção da igualdade racial: governança, competências, atores e instrumentos.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.  
 TEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.  
 MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional vs identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANTOS, Deborah Silva; GARCIA-FILICE, Renisia Cristina; RODRIGUES, Ruth Meyre Mota. **Políticas Públicas e Raça: avanços e perspectivas.** São Paulo, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador.** Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

ALMEIDA, Silvio. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

SANTOS, Hamilton Richard. **Branquitude e televisão: a nova África (?) na tv pública.** Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Representatividade e cultura política na contemporaneidade

**CARGA HORÁRIA:** 60h

**NATUREZA:** Componente de Formação Profissional - conteúdo complementar - optativo

#### EMENTA:

Estruturação da cultura política do Brasil: uma retrospectiva histórica. O patrimonialismo e o personalismo como raízes das instituições políticas brasileiras. Estado, instituições e democracia. Crise da democracia representativa contemporânea. Democracia participativa e o caso brasileiro. Demodiversidade e os novos repertórios de participação social e política. O Brasil e a cultura da corrupção. A política da presença e a representatividade das minorias sociais nos espaços de poder. Os sentidos da representação e o lugar de fala. Capital social, gênero e representação política no Brasil.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MELO, Débora Sinflorio da Silva. **Ciência política e teoria geral do estado.** Porto Alegre: SAGAH, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel (Orgs.). **Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas.** São Paulo: Autêntica, 2018.

TOFFOLI, José Antonio Dias. **30 anos da Constituição Brasileira: democracia, direitos fundamentais e instituições.** Rio de Janeiro: Forense, 2018.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

D'ARAUJO, Maria Celina. **Capital social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.  
 GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. 2. ed. São Paulo: 34, 2012.  
 MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Diversidade e ações afirmativas combatendo as desigualdades sociais**. São Paulo: Autêntica, 2010.  
 MORAIS, José. **Alfabetizar para a democracia**. Porto Alegre: Penso, 2014.  
 ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder no Brasil uma história, séculos XVI a XVIII**. São Paulo: Autêntica, 2017.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Libras

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de Formação Profissional - Conteúdo complementar optativo**

#### EMENTA:

Língua brasileira de sinais: as libras enquanto linguagem. Aspectos gramaticais da língua de Sinais brasileira. A língua de sinais como produção histórica associada a singularidades sociais e culturais. Princípios e processos da orientação, articulação, movimento, simetria e configuração da língua de sinais. A linguagem visual, gestual e o processo de comunicação.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, 1995.  
 QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre/RS: Artmed, 2004.  
 FELIPE, T. A. LIBRAS em contexto. Curso Básico. Rio de Janeiro: MEC/FENEIS, 7a edição, 2007.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOZA, H.H. e MELLO, A.C.P.T. O surdo, este desconhecido. Rio de Janeiro. Folha Carioca, 1997.  
 BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Volume 1. Brasília; MEC/SEESP, 2002. BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.  
 FELIPE, Tanya A; MONTEIRO, Myrna S. Libras em Contexto: curso básico, livro do professor instrutor – Brasília: Programa Nacional de apoio à Educação dos Surdos, MEC: SEESP, 2001.  
 GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. - São Paulo: Parábola Editorial, 2009.  
 GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2a ed. - São Paulo: Plexus Editora, 2002.

### Componentes curriculares do núcleo de formação específica (ênfases)

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Gestão Social de Territórios</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>É PRÉ-REQUISITO PARA CURSAR:</b> 1. Gestão de Organizações sociais
<b>NATUREZA: Componente de formação profissional - obrigatório</b>
<b>EMENTA</b>
Gestão Social como campo e conceito polissêmico: a emergência de uma nova forma de se conceber a gestão. Reforma do Estado, terceiro setor e sociedade civil: alternativas e contradições. Novas formas de se pensar o “público”; sujeitos públicos não estatais; coprodução do bem público, responsabilidade social empresarial: declinações, armadilhas e desafios do desenvolvimento local sustentável. Território, territorialidades e complexidade. Dimensão territorial na gestão social das políticas públicas: mobilizar o território vivido e múltiplo. Escuta e diálogo para gestão social de territórios, reconhecendo e valorizando racionalidades e saberes. Problemas, práticas e métodos da GS.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
BOULLOSA, R. F. <b>Dicionário para a formação em gestão social</b> . Salvador: Ciags/Ufba, 2014. KOGA, Dirce. <b>Medidas De Cidades: Entre Territórios De Vida e Territórios Vividos</b> . Cortez Editora. 2ª Ed. 2011. PERICO, Rafael. E. <b>Identidade e território no Brasil</b> . Brasília: IICA, 2009.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
JUNQUEIRA, Luciano, A. P. [et al.] <b>Gestão Social: Mobilizações e Conexões</b> . LCTE Editora. São Paulo, 2013. 1ª Edição. CANÇADO, Airton, TENÓRIO, Guilherme, SILVA Jr, Jeová T. (orgs). <b>Gestão Social</b> . Aspectos teóricos e aplicações. Editora Unijuí, 2012. DIAS, Thiago F., PAIVA, Juarez de. <b>Gestão Social e Desenvolvimento Territorial: um olhar a partir processo de governança dos Colegiados Territoriais Brasileiros</b> . <b>Revista de Ciência da Administração</b> . RCA, V.17 Edição Especial, Dezembro 2015. SERAFIM, Lizandra, ROMÃO, Wagner de M., TEIXEIRA, Ana, C. (orgs). <b>Participação, Democracia e Políticas Públicas na América Latina</b> . Dossiê v. 2 n. 1, <b>Revista Brasileira de Políticas Públicas Internacionais</b> - RPPI, 2017.

**COMPONENTE CURRICULAR: Metodologias Integrativas para o trabalho de campo**

<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>NATUREZA: Componente de formação profissional - obrigatório</b>
<b>EMENTA</b>
Gestão social e metodologias integrativas, para uma concepção radical de participação. Separação mente/corpo, razão/emoção, objetivo/subjetivo,... como herança do positivismo e suas consequências para a GS e o trabalho social no geral. Epistemologias pós abissais, reconhecendo as múltiplas formas de conhecer e se conectar com o real. Howard Gardner e as inteligências múltiplas. Observar, escutar e agir com base na mente-corpo-coração. Casos de aplicação de metodologia integrativas na gestão social e vivências para se familiarizar com algumas delas.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
SANTOS, Boaventura, de S. <b>O fim do império cognitivo</b> . Coimbra: Almedina, 2018. GIANNELLA, Valéria. Base teórica e papel das metodologias não convencionais para a formação em gestão social. In: CANÇADO, Airton, Cardoso et al. (org.). <b>Os desafios da formação em gestão social</b> . Anais do II Enapegs, Provisão: Palmas/TO, 2008. GARDNER, Howard. <b>Inteligências Múltiplas: A Teoria na Prática</b> . Editora Artes Médicas, 1995.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
BARON, Dan. <b>Alfabetização cultural</b> . A luta íntima para uma nova humanidade. Alfarrabio, 2004. GIANNELLA, Valéria, BARON, Dan, SOUZA, Jesus M., <b>Pedagogia da Criatividade: percursos de arteducação no empoderamento de sujeitos para a Gestão Social Integrativa</b> . Em, RIGS, <b>Revista Interdisciplinar de Gestão Social</b> , v. 2, n. 3, 2013. BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.) <b>Dicionário para Formação em Gestão Social</b> . Salvador, CIAGS/UFBA, 2014. BROSE, Markus (Org) <b>Metodologia participativa</b> . Uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Gestão de Organizações Sociais</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>NATUREZA: Componente de Formação Profissional - optativo</b>
<b>EMENTA:</b>
Marcas históricas da ação social no Brasil. Trajetória histórica das OSCs no Brasil: do “não governamental” à afirmação da “sociedade civil”. Panorama dos desafios globais das OSCs. <i>Compliance</i> e integridade nas organizações sociais: introdução ao conceito de <i>compliance</i> ; ambiente regulatório e; governança corporativa e gestão de riscos organizacionais. Gestão estratégica: teoria, prática e ferramentas. Planejamento, monitoramento e avaliação de

programas e projetos socioambientais. Comunicação para a transformação social e ambiental.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABDALLA, Márcio Moutinho et a. (Orgs.). **Administração estratégica da teoria à prática no Brasil**. Rio de Janeiro Atlas 2019  
 PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações, associações e entidades de interesse social**. 9. Rio de Janeiro Forense 2017  
 TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 7. Rio de Janeiro Atlas 2019

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Aline. **Contabilidade do terceiro setor**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.  
 CARVALHO, André Castro et al. (Orgs.). **Manual de compliance**. Rio de Janeiro Forense 2018  
 FÍGARO, Roseli. **Gestão da Comunicação no mundo do trabalho, terceiro setor e cooperativismo**. São Paulo Atlas 2005  
 VOESE, Simone Bernardes; REPTCZUK, Roseli Maria. **Características e peculiaridades das entidades do terceiro setor**. Porto Alegre, 2011.  
 ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil**. Brasília, 2019.

### COMPONENTE CURRICULAR: Estado e governança pública

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de Formação Profissional - obrigatório da ênfase**

#### EMENTA:

Noção de Governança. Governo, Governabilidade e Governança: bases teóricas, históricas e conceitos. Governança e Democracia. Governança e Desenvolvimento. Governança e Políticas Públicas. Governança e Gestão Pública. Governança Local. Governança multinível. Componentes da Governança: transparência ativa, cidadania, participação social, novos atores e interdependência. Experiências brasileiras e internacionais sobre governança pública

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. Imperatriz ,MA: Ética, 2016  
 MARTINS, Humberto, F., MARINI, Caio. **Um Guia de Governança para Resultados na Administração Pública**. Brasília, Instituto Publix, Editora Publix, 2010.  
 ESTEVE , Josep M<sup>a</sup> Pascual. **Governança democrática: construção coletiva do desenvolvimento das cidades** . Tradução de João Carlos Vitor Garcia . Belo Horizonte: UFJF, 2009.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROSENAU, James N., CZEMPIEL, Ernst, O.. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial** . Brasília: Unb , 2000

SOARES, J. A. CACCIA BAVA, S. **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo, Cortez, 2002.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. **Novos Atores, Governança Global e o Direito Internacional Ambiental**, Mimeo, 2001.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, governança e capacidade governativa: algumas notas**. Brasília: MARE/ENAP, 1996.

SANTOS, Júnior Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio de (orgs). **Governança democrática e poder local: a experiência dos Conselhos Municipais no Brasil**. Rio de Janeiro: REVAN: FASE, 2004.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Lei de responsabilidade fiscal

**CARGA HORÁRIA: 60h**

#### É PRÉ-REQUISITO PARA CURSAR:

1. Contabilidade e Controladoria pública

**NATUREZA: Componente de formação profissional - obrigatório da ênfase**

#### EMENTA

Disposições Preliminares; Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária e do Cumprimento de Metas; Receita Pública - previsão e arrecadação; Renúncia de receita; Geração de despesa; Despesa obrigatória de caráter continuado; Despesa com pessoal - definições e limites; Controle da despesa total com pessoal; Despesas com a seguridade social; Transferências voluntárias; Destinação de recursos públicos para o setor privado; Dívida e endividamento - definições básicas; Limites da dívida pública e das operações de crédito; Recondução da dívida aos limites; Operações de crédito - contratações e vedações; Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária; Operações com o Banco Central; Garantia e contragarantia; Restos a pagar; Disponibilidades de caixa; Preservação do patrimônio público; Empresas controladas pelo setor público; Transparência da gestão fiscal; Escrituração e consolidação das contas; Relatório resumido da execução orçamentária; Relatório de gestão fiscal; Prestações de contas; Fiscalização da gestão fiscal; Disposições finais e transitórias

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAHAM, Marcus. **Lei de Responsabilidade Fiscal comentada**. 2. Rio de Janeiro Forense 2017

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito tributário direito financeiro, direito orçamentário e Lei de Responsabilidade Fiscal**. São Paulo Saraiva 2018

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Moacir Marques da. **Lei de responsabilidade fiscal enfoque jurídico e contábil para os municípios**. São Paulo Atlas 2014.

PASCOAL, Valdecir. **Direito financeiro e controle externo**. Rio de Janeiro Método 2019

LIMA, Luiz Henrique. **Controle externo teoria e jurisprudência para os Tribunais de Contas**. 8. Rio de Janeiro Método 2019.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. **Lei de Improbidade Administrativa comentada**. Rio de Janeiro Atlas 2018.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Contabilidade e Controladoria Pública

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de Formação Profissional - obrigatório da ênfase**

#### EMENTA:

Noções Gerais de Contabilidade e controladoria pública: campo de aplicação, objeto e comparações com a contabilidade empresarial; Evolução da Contabilidade Pública: Da ênfase orçamentária à nova Contabilidade Pública; Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público; Principais relatórios e demonstrações contábeis públicas; Plano de contas da Administração Federal; Contabilização das operações típicas; Controladoria e sua aplicação às organizações do setor público; Sistema Federal de Controle: controle interno, controle externo e controle social; O processo de auditorias públicas; o papel dos Tribunais de Contas.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 9ª. São Paulo Atlas 2012.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública teoria e prática**. 15. São Paulo Atlas 2016.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (ipsasb/ifac/cfc)**. 3. São Paulo Atlas 2013.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 6. Rio de Janeiro Atlas 2016.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade aplicada ao setor público abordagem simples e objetiva**. 2. São Paulo Atlas 2015.

BRASIL. STN/SOF. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 8ª Ed. Brasília: 2019 disponível em [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU\\_MCASP+8%C2%AA%20ed+-+publica%C3%A7%C3%A3o\\_com+capa\\_2vs/4b3db821-e4f9-43f8-8064-04f5d778c9f6](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8%C2%AA%20ed+-+publica%C3%A7%C3%A3o_com+capa_2vs/4b3db821-e4f9-43f8-8064-04f5d778c9f6)

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade pública uma abordagem da administração financeira pública**. 14. Rio de Janeiro Atlas 2019

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo Atlas 2005

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Teoria das Organizações</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>NATUREZA: Componente de Formação Profissional - obrigatório da Ênfase</b>
<b>EMENTA:</b>
<p>Evolução da teoria das organizações e sua relação com a teoria administrativa. Principais abordagens (humana, econômica, sociológica, crítica) de estudo e análise das organizações. As metáforas organizacionais (máquina, organismo, cultura, sistema político, cérebro, fluxo e transformação, prisão psíquica e instrumento de dominação, rede). Análise organizacional: estruturas, processos e resultados. Mudanças e configurações organizacionais. A teoria das organizações como ideologia. O poder nas e o poder das organizações. Estudos e pesquisas em teoria das organizações. A Teoria das Organizações no Brasil: raízes do processo organizacional brasileiro, situação atual e perspectivas futuras da administração no País</p>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
<p>CLEGG, S. R.; KORNBERGER, M., &amp; PITSIS, T. (Eds.). <b>Administração e Organizações: Uma introdução à teoria e à prática</b>. Porto Alegre: Bookman, 2011.</p> <p>PAES DE PAULA, A. P. <b>Teoria crítica nas organizações</b>. São Paulo: Thomson Pioneira, 2007.</p> <p>CHANLAT, J.-F., FISCHER, T., &amp; FACHIN, R. C. (Eds.). <b>Análise das Organizações: Perspectivas Latinas - Vol. 1 - Olhar Histórico e Constatações Atuais</b>. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
<p>MORGAN, G. <b>Imagens da organização</b>. São Paulo: Editora Atlas, 1996.</p> <p>CLEGG, S., HARDY, C., NORD, W. R., CALDAS, M., FACHIN, R., &amp; FISCHER, T. <b>Handbook de Estudos Organizacionais</b>. Volume 3 - Ação e Análise Organizacionais. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>CHANLAT, J. F. <b>Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social</b>. São Paulo: Editora Atlas, 1999.</p> <p>AGOSTINHO, Márcia E.. <b>Complexidade e organizações: em busca da gestão autônoma</b>. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>HALL, Richard H. <b>Organizações. Estruturas, Processos e Resultados</b>. São Paulo. Prentice-Hall. 8a. ed. 2004</p>

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Psicologia social e trabalho comunitário</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>NATUREZA: Componente de Formação Profissional - optativo</b>
<b>EMENTA:</b>

Este componente curricular aborda a psicologia social como ciência individualizante e da democracia. O curso parte de uma análise crítica da psicologia como ciência social e seu papel como tecnologia, ao mesmo tempo reificante e facilitadora de processos de emancipação social. Propõe-se uma perspectiva psicossocial para a compressão e a análise fenômenos como as relações de poder, conflitos e lutas sociais, processos de resistência, administração e agenciamento das subjetividades. Finalmente, são descritos os distintos níveis e técnicas de intervenção em contextos comunitários e de trauma psicossocial.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

STRAY, Marlene Neves. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2013.  
ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.  
MARTIN-BARÓ, Ignácio. **Crítica e libertação em psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis, Vozes, 2017.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BAUMAN, Z. **Modernidade e Comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.  
BERGER; LUCKMAN. **A Construção Social da Realidade**. Vozes: São Paulo, 2006.  
CAMPOS, R. H. F.(Org.) **Psicologia Social Comunitária**. Petrópolis: Vozes, 2000  
SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Ed. Fund. Perseu Abramo, 2002.  
XIMENES, V. M. ; SARRIERA, JORGE C.; BONFIM, Z. A. C.; ALFARO, J. (Orgs.). **Psicologia Comunitária no Mundo Atual: desafios, limites e fazeres**. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016

### **COMPONENTE CURRICULAR: Gestão Social, Comunicação, Mobilização e Participação**

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente Curricular de Formação Profissional - conteúdo complementar - Optativo**

#### **EMENTA:**

Conceitos de democracia representativa, participativa, associativa e deliberativa. Participação social e controle social: tendências na América Latina. Institucionalização e desinstitucionalização da participação social no Brasil. Participação social e gestão de políticas públicas. Gestão social e governança democrática. Movimentos sociais, comunicação e mobilização social.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performática de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.  
CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.  
BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2009.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**. São Paulo/Belo Horizonte, Perspectiva/Editora da UFMG, 1996.

BOULLOSA, Rosana (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: Editora CIAGS/UFBA, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2014.

LASCOUMES, Pierre; LE GALES, Patrick. **Sociologia da ação pública**. Maceió: UFAL, 2012.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

**COMPONENTE CURRICULAR: Memória, identidade e processos de gestão****CARGA HORÁRIA: 60h****NATUREZA: Componente de Formação Profissional - Conteúdo complementar optativo****EMENTA:**

Este curso estuda a memória como fenômeno social e coletivo e suas relações com a gestão social. Como ponto de partida situa-se a construção da memória social como campo de estudos dentro das Ciências Humanas e suas abordagens teórico-metodológicas. São estudadas as concepções de tempo em distintos contextos sociais, assim como as relações entre memória social, identidade e narrativas. Políticas públicas de memória. Memória social, memória histórica e processos identitários. Memória, criação e esquecimento. Memória social, relações de poder e processos institucionais. Memória, política e identidade.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argus, 2009

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

DOBEDEI, V.; FARIAS, F. R.; GONDAR, J. **Por que a memória social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Cultura, Criatividade e Gestão</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>NATUREZA: Componente de formação profissional - conteúdo complementar - optativo</b>
<b>EMENTA</b>
Problematizações sobre o conceito de cultura organizacional. Criatividade e flexibilidade no pragmatismo em gestão. As fontes de incertezas na contemporaneidade. O incentivo à emancipação de coletivos através de práticas culturais e artísticas no cenário brasileiro.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
FREITAS, E. C.; TONIDANDEL, M. C.; PINHEIRO, C. M. P.; BARTH, M. <b>Cultura organizacional e gestão contemporânea: um estudo de caso em empresas de economia criativa. Perspectivas em Gestão &amp; Conhecimento</b> , v. 4, n. 2, p. 147-170, 2014. LATOURE, B. <b>Reagregando o Social</b> . Bauru: EDUSC/ Salvador, BA: EDUFBA, 2012. SIQUEIRA-SILVA, R. <b>Conexões musicais: Musicoterapia, saúde mental e teoria ator-rede</b> . Curitiba: Editora Appris, 2015
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
BEDANI, M. O impacto dos valores organizacionais na percepção de estímulos e barreiras à criatividade no ambiente de trabalho. <b>RAM, Rev. Adm. Mackenzie</b> , São Paulo, v. 13, n. 3, p. 150-176, jun. 2012. Disponível em < <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1678-69712012000300008&amp;lng=pt&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1678-69712012000300008&amp;lng=pt&amp;nrm=iso</a> >. acessos em 26 mar. 2020. <a href="https://doi.org/10.1590/S1678-69712012000300008">https://doi.org/10.1590/S1678-69712012000300008</a> . CARVALHAL, F; MUZZIO, H. <b>ECONOMIA CRIATIVA E LIDERANÇA CRIATIVA: UMA ASSOCIAÇÃO (IM) POSSÍVEL?. REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre)</b> , Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 659-688, dez. 2015. Disponível em < <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1413-23112015000300659&amp;lng=pt&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1413-23112015000300659&amp;lng=pt&amp;nrm=iso</a> >. acessos em 26 mar. 2020. <a href="https://doi.org/10.1590/1413-2311.0032015.54929">https://doi.org/10.1590/1413-2311.0032015.54929</a> . MUZZIO, H. <b>Indivíduo, Liderança e Cultura: Evidências de uma Gestão da Criatividade. Rev. adm. contemp.</b> , Curitiba, v. 21, n. 1, p. 107-124, Feb. 2017. Available from < <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S141565552017000100107&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S141565552017000100107&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a> >. access on 26 Mar. 2020. <a href="https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2017160039">https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2017160039</a> . MUZZIO, H. <b>Cultura Organizacional na Perspectiva Cultural Regional Brasileira. Rev. bras. gest. neg.</b> , São Paulo, v. 12, n. 37, p. 447-463, out. 2010. Disponível em < <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S180648922010000400447&amp;lng=pt&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S180648922010000400447&amp;lng=pt&amp;nrm=iso</a> >. acessos em 26 mar. 2020. <a href="https://doi.org/10.7819/rbgn.v12i37.668">https://doi.org/10.7819/rbgn.v12i37.668</a> . SANTOS, B. de S. <b>Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes</b> . In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.) <b>Epistemologias do Sul</b> . São Paulo: Cortez Editora, 2010, pp. 31-83.

<b>CARGA HORÁRIA:</b> 60h
<b>NATUREZA:</b> Componente de Formação Profissional - optativo
<b>EMENTA:</b>
Territórios, territorialidades e multiterritorialidade. Povos e comunidades tradicionais: direitos territoriais e autogestão. Saberes tradicionais e encontros de saberes. Metodologias participativas de pesquisa e educação popular. Agroecologia e transição agroecológica: sementes crioulas, produção orgânica e soberania alimentar. Gestão territorial e transição autonômica: águas e florestas, energia, educação, segurança, tecnologia e inovação. Economia comunitária e arranjos produtivos locais: alternativas de financiamento, verticalização de cadeias produtivas, acesso a mercados, redes de trocas e moedas sociais.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
DAGNINO, Renato (org.). <b>Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade.</b> Campinas: Unicamp, 2009. DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio (Org.). <b>Políticas para o desenvolvimento local.</b> São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. UDRY, Consolación; EIDT, Jane Simoni (org.). <b>Coleção Povos e Comunidades Tradicionais, volume 1. Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal.</b> Brasília: Embrapa, 2015.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). <b>Geografia: conceitos e temas.</b> 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. CUNHA, Eduardo Vivian da; MEDEIROS, Amanda Cristina; TAVARES, Augusto de Oliveira (Org.). <b>Incubação em economia solidária: reflexões sobre suas práticas e metodologias.</b> Fortaleza: Impreco, 2013. FARIA, Ivani Ferreira de. <b>Gestão do conhecimento e território indígena: por uma geografia participante.</b> Manaus: Reggo Edições, 2015. Disponível <i>online</i> . KRAHÔ, Feliciano Tephot; SCHIAVINI, Fernando. <b>Coleção Povos e Comunidades Tradicionais, volume 2. Diálogos de saberes.</b> Brasília: Embrapa, 2016. MEDEIROS, Carlos Alberto Barbosa. <b>Transição agroecológica: construção participativa do conhecimento para a sustentabilidade – resultados de atividades.</b> 2009 2010 / Editado por Carlos Alberto Barbosa Medeiros, Flávio Luiz Carpena Carvalho, André Samuel Strassburger– Brasília, DF: Embrapa, 2011.

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> Movimentos sociais, Poder local e Participação
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 60h
<b>NATUREZA:</b> Componente de Formação Profissional - optativo
<b>EMENTA:</b>

Este curso estuda os movimentos sociais como ações coletivas orientadas a mudar aspectos concretos da realidade. Para tal, o componente curricular analisa o contexto de surgimento dos movimentos sociais durante a Modernidade, como expressões de mal-estares sociais, lutas por reconhecimento e ampliação dos direitos de sujeitos individuais e coletivos submetidos a práticas de exclusão social ou privação de direitos. Serão estudadas as características dos movimentos sociais coletivos e protestos contemporâneos, identificando suas dimensões cognitivas e emocionais, seus objetivos, suas dinâmicas de ação, potencial de resistência e transformação da realidade.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.  
 CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança, movimentos sociais na era de internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.  
 GOHN, Maria. da Gloria. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.  
 GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.  
 Honneth, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.  
 SANTOS, Boaventura de Souza. **Da mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Coimbra: Almedina, 2013.  
 SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

**COMPONENTE CURRICULAR: Gestão e incubação de empreendimentos associativos e cooperativos**

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente Curricular de Formação Profissional - conteúdo complementar - Optativo**

#### **EMENTA:**

Noções de associativismo, cooperativismo e empreendimentos econômicos solidários. Diferenças entre gestão de empresas, gestão pública (governamental), gestão de organizações sociais e gestão de empreendimentos econômicos solidários; Gestão de associações e Cooperativas Populares; Definição de incubação de EES, e suas diferenças com relação à incubação tradicional. Educação popular e incubação. O papel das instituições de apoio e fomento. Projetos de Incubação no Brasil: origem, conceitos, metodologias, possibilidades e limites. Incubadoras Universitárias. Modelos de Gestão e Incubação. Financiamento. Sistematização do Conhecimento. Tendências da economia colaborativa e compartilhada; Aproximação com experiências locais de associativismo, cooperativismo e empreendimentos econômicos solidários.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

NUNES, Débora. **Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária. Uma aplicação da pedagogia da participação.** São Paulo, SP: Editora Annablume. 2009

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra. 43.a ed. 2011.

HESPANHA, P. et al. **Dicionário Internacional da Outra economia.** São Paulo:Almedina, 2009.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

SCHOLZ, Robinson, E. **Economia solidária e incubação: uma construção coletiva de saberes.** São Leopoldo. Oikos, 2014.

GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. **Educação Comunitária e Economia Popular.** São Paulo, SP. Cortez Editora, 2005.

CANÇADO. A. C.. **Incubação de Cooperativas Populares: Metodologia dos Indicadores de Desempenho.** 1.a Ed. 2007.

FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA E. V. **Incubação de Redes Locais de Economia Solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA.** Revista O&S - Salvador, v.16 - n.51, p. 725-747 - Outubro/Dezembro - 2009.

**COMPONENTE CURRICULAR: Gênero e Sexualidade na Cultura e nas Artes.****CARGA HORÁRIA: 60h****NATUREZA: Componente Curricular de Formação Profissional - conteúdo complementar - Optativo****EMENTA:**

A performance de gênero e suas implicações estéticas no âmbito da Cultura e das manifestações artísticas; Uma breve história dos Feminismos e dos Transfeminismos; As sociedades matriarcais, comunidades e Irmandades de mulheres; As formas de insurgências e resistência estética de gênero; Cuidado de si, sexualidade e gênero; Os corpos trans e os corpos femininos na gestão no campo das artes e como artistas (visões internas aos processos criativos); Transgeneridades nas linguagens artísticas e hibridismos; Cisgeneridade compulsória e normas de gênero nas artes; A Lei Maria da Penha; Crimes de gênero e sexualidade.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LEAL, Dodi Tavares Borges; DENNY, Marcelo (Org.). **Gênero expandido: performances e contrassexualidades.** São Paulo: Annablume, 2018.

PRECIADO, Paul. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual.**

Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2015.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Pêdra. The Kuir Sauvage. In: **Revista Concinnitas**, ano 17, volume 01, número 28, setembro. Rio de Janeiro, 2016.

<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25926/18565>

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. In: **Caderno de Imagem Política**. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2016.

[https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo\\_a\\_uma\\_redistribuicao\\_a\\_o\\_da\\_vi](https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuicao_a_o_da_vi)

OLIVEIRA, Aline Nunes. **Performações Cassândricas: cultivando artista e obras por meio dos Feminismos como cuidado de si**. Tese (Doutorado em Artes da Cena). Instituto de Artes, Unicamp – Campinas, SP :[s.n.], 2019.

[http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/335305/1/Oliveira\\_AlineNunesDe\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/335305/1/Oliveira_AlineNunesDe_D.pdf)

PRECIADO, Paul. **Testo Junkie**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Produção nas Artes do corpo em cena I e II

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de Formação Profissional - conteúdo complementar - optativo**

#### EMENTA:

Políticas para as artes cênicas e para a cultura: fomento público e privado, economia criativa, redes de arte e cultura e produção independente. Fontes e formas de financiamento. Planejamento da produção. Oficina de redação de projeto artístico-cultural. Estratégias de produção e divulgação. Planilha de custos. Identidade visual. Prestação de contas. Contrapartidas. Parcerias, patrocínios e mecenato. A curadoria em artes cênicas. Práticas colaborativas de produção artístico-cultural e organização coletiva.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ROLIM, Michele. **O que pensam os curadores de artes cênicas**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2017.

AVELAR, Rômulo. **O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural**. Belo Horizonte: DUO, 2008.

MARCHIORI NUSSBAUMER, Gisele (Org.). **Teorias & políticas da cultura: Visões multidisciplinares**. Salvador: Editora da UFBA, 2007.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Teixeira: **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 2004.  
 MIGUEZ, Paulo. **Repertório de fontes sobre economia criativa**. Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT/UFBA, Salvador, 2007.  
 COELHO, Teixeira: **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 2004.  
 ORTIZ, Renato. Cultura e Desenvolvimento. **Políticas Culturais em Revista**, v. 1, n. 1, 2008, p. 122-128. Disponível em: [www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/download/.../2304](http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/download/.../2304). Acesso em: 29 jul. 2015.  
 FUNCEB Fundação Cultural do Estado da Bahia. **Manual de Orientações para a elaboração de projetos culturais**. 2008. Acesso liberado pela editora.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Oficina de Teatro do Oprimido

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de Formação Profissional - conteúdo complementar - optativo**

#### EMENTA:

Augusto Boal: trajetória e contextos da elaboração de um teatro político. Experiências de Teatro do Oprimido no Brasil e no mundo. Sanjoy Ganguly e o Jana Sanskriti. Diálogos possíveis do Teatro do Oprimido com a Pedagogia do oprimido de Paulo Freire. Jogos para atores e não-atores. O papel do coringa no teatro foro. Práticas das diferentes formas do teatro do oprimido: teatro invisível, teatro jornal, teatro imagem, teatro foro, arco-íris do desejo.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. RJ: Civilização Brasileira, 2005.  
 BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. RJ: Civilização Brasileira, 1991.  
 BOAL, Augusto. **O Arco-íris do Desejo: o método Boal de teatro e terapia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOAL, Augusto. **Estética do Oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.  
 BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro**. Tradução de Fiana Pais Brandão. RJ: Nova Fronteira, 2005.  
 FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.  
 GANGULY, Sanjoy. **From Boal to Jana Sanskriti: practice and principles**. NY: Routledge, 2017.  
 SILVA, Anderson de Souza Zanetti da. **Augusto Boal: alguns encontros e desencontros com Bertolt Brecht**. 2015. 188 f. Tese (doutorado) Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Instituto de Artes, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/136786>> Acesso em: 16 out. 2017.  
 TAUSSING, M., SCHECHNER, R. & BOAL, A.. Boal in Brazil, France and the USA: interview with Augusto Boal. **TDR**, v. 34, 1990. p. 50-65. Disponível em: <

[http://www.jstor.org/stable/1146069?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/1146069?seq=1#page_scan_tab_contents) > Acesso em 14 out. 2017.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Temas de Direito Constitucional

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de Formação Profissional - optativo**

#### EMENTA:

Constitucionalismo: paradigmas e constitucionalização do Direito. Histórico das Constituições brasileiras. Constituição Federal de 1988. Estado Democrático de Direito: princípios e fundamentos. Direitos e Garantias Fundamentais. Organização político-administrativa do Estado. Papel do STF. Ativismo judicial e questões contemporâneas de Direito Constitucional.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.  
SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.  
SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel. **Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho**. Belo Horizonte : Fórum , 2017.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Comentários à constituição do Brasil**. São Paulo Saraiva 2013  
CASTRO, Matheus Felipe de; MEZZARROBA, Orides. **História ideológica e econômica das constituições brasileiras**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.  
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Aspectos do direito constitucional contemporâneo**. 3. São Paulo Saraiva 2010  
SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 13. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.  
STRECK, Lenio Luiz. **30 anos da CF em 30 julgamentos uma radiografia do STF**. Rio de Janeiro Forense 2018

#### COMPONENTE CURRICULAR: Gestão Tributária

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de Formação Profissional - optativo da ênfase**

<b>EMENTA:</b>
Conceitos e definições de tributos; Princípios Constitucionais Tributários; Elementos da Tributação (Sujeito Ativo e Passivo, Fato Gerador, Base de Cálculo, Alíquotas, Contribuintes, Não Incidência; Isenção); Créditos Tributários (constituição, suspensão, exclusão, extinção e garantias/privilégios); Sistema Tributário Nacional. Tributos: Federais; Estaduais; Distritais e Municipais
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
CHAVES, Francisco Coutinho. <b>Planejamento tributário na prática gestão tributária aplicada</b> . 4. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. CREPALDI, Silvio. <b>Planejamento tributário</b> . 2. São Paulo: Saraiva, 2017. SABBAG, Eduardo. <b>Direito tributário</b> . 2. Rio de Janeiro: Método, 2018.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
ANDRADE, Euridice S. Mamede de. <b>Contabilidade tributária</b> um enfoque prático nas áreas federal, estadual e municipal. 2. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. CASSONE, Vittorio. <b>Direito tributário</b> . 28. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. HARADA, Kiyoshi. <b>Direito financeiro e tributário</b> . 28. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. MARTINS, Ives Gandra da Silva. <b>Curso de direito tributário</b> . 14. São Paulo: Saraiva, 2012. SOUSA, Edmilson Patrocínio de. <b>Contabilidade tributária aspectos práticos e conceituais</b> . Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Temas de Direito Administrativo</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>NATUREZA: Componente de Formação Profissional - optativo</b>
<b>EMENTA:</b>
Aspectos históricos do Direito Administrativo. Fontes, objeto e regime jurídico administrativo. Função Administrativa do Estado. Poderes Administrativos. Administração Pública: princípios, entidades, atividades e servidores públicos. Controle da Administração Pública. Questões contemporâneas, políticas públicas e novas tecnologias em Direito Administrativo.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
CARVALHO FILHO, José dos Santos. <b>Manual de direito administrativo</b> . 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <b>Direito administrativo</b> . 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. MEDAUAR, Odete. <b>Direito administrativo moderno</b> . 20. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

COUTO, Reinaldo. **Curso de direito administrativo**. 3. São Paulo Saraiva 2018 1 recurso online

LEAL, Fernando; MENDONÇA, José Vicente Santos de (Org). **Transformações do direito administrativo: novas tecnologias e alternativas regulatórias**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

OLIVEIRA, Aroldo Cedraz de (Org.). **O Controle da Administração Pública na Era Digital**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

**COMPONENTE CURRICULAR: Governo Eletrônico****CARGA HORÁRIA: 60h****NATUREZA: Componente de Formação Profissional - Conteúdo complementar optativo****EMENTA:**

Evolução, da sociedade industrial à sociedade da informação. Sociedade em rede, elementos estruturantes e relações com o capitalismo global. Novas tecnologias da informação (TICs): características, usos e impactos (positivos e negativos) na sociedade, na economia, nos governos e nas organizações, em nível global e local. Aspectos teóricos e conceituais relativos ao e-governo, à e-governança e à e-administração: suas aproximações e dispersões; as experiências práticas vivenciadas no uso das TICs (e-governo) por parte de governos nacionais, regionais e locais: entraves, avanços, inovações e possibilidades; o uso das TICs para a gestão pública e social a serviço de um desenvolvimento humano e sustentável.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BORGES, Maria Alice Guimarães. **A compreensão da sociedade da informação**. Ciência da Informação, [S.l.], v. 29, n. 3, Dez. 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999;

AGUNE, R.; CARLOS, J. **Governo eletrônico e novos processos de trabalho**. In: LEVY, E.; DRAGO, P. (Orgs.). Gestão pública no Brasil contemporâneo. São Paulo: Fundap, 2005.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CASTELLS. **A galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SORJ, B.; GUEDES, L. E. **Exclusão digital**. Problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. Novos Estudos, Rio de Janeiro, n. 72, Jul. 2005.

RIBEIRO, Jader, G. **Transparência pública e governo eletrônico: análise dos portais dos municípios do Pará**. Belém, Pará, Editora, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, 2017.

MARTINI, Renato. **Inclusão digital & inclusão social**. Revista IBICT, v. 1, n. 1, 2005.

FERREIRA, Michelle. **As novas configurações da Gestão Pública: comunicação, conhecimento e pessoas.** Coletânea: Diversidade e Igualdade na Comunicação. UNIFESP: FAAC. 2007. Disponível em <http://www.faac.unesp.br/publicacoes/anais-comunicacao>.

BALBE, R. S. **Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal.** Revista do serviço público, v. 61 (189- 209). Brasília: 2010.

TURBAN, E.; RAINER JR, R. K.; POTTER, R. E. **Administração de Tecnologia da Informação.** 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Tecnologia da Informação e da Comunicação Aplicada à Gestão Pública

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente de Formação Profissional - Conteúdo complementar optativo**

#### EMENTA:

Introdução à informática e ao processamento de dados, hardware, software, sistemas operacionais, redes locais e redes públicas, processadores de texto, planilhas de cálculo, programas de apresentações, gerenciadores de bancos de dados, linguagens de programação, sistemas integrados de gestão

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORNACCHIONE JUNIOR, Edgard Bruno. **Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia.** 4a ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Aldemar de Araújo. **Informática na empresa.** 6a ed. São Paulo Atlas 2015.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: conceitos básicos.** 10a ed. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2017.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROCHOL, Juergen. **Comunicação de dados.** Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARÇULA, Marcelo. **Informática: conceitos e aplicações.** São Paulo: Erica, 2019.

GUILHEN, Bruno. **Informática.** São Paulo: Saraiva, 2013.

COSTA JÚNIOR, Hélio Lemes. **Informática para administradores.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC / UAB, 2015. Disponível em <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145412/1/PNAP%20-%20Modulo%20Basic%20-%20GPM%20-%20Informatica%20para%20Administradores.pdf>>. Acesso em 9 de dezembro de 2020.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de sistemas de informação e informática.** 5a ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Gestão de serviços públicos

**CARGA HORÁRIA: 60h**

<b>NATUREZA: Componente de formação profissional - Conteúdo complementar - Optativo</b>
<b>EMENTA</b>
Evolução histórica da Administração Pública e dos Serviços. Marcos teóricos e regulatórios da gestão dos serviços públicos. As fronteiras entre o público e o privado na gestão dos serviços. O envolvimento das organizações de mercado e não governamentais na prestação do serviço público. Qualidade dos serviços públicos e as relações entre prestadores e usuários. Regulação e controle social dos serviços públicos – <i>Accountability</i> e Agências Reguladoras. A proposta do Novo Serviço Público. Alianças, redes, parcerias e outras formas locais da produção e gestão dos serviços públicos. Experiências inovadoras na gestão dos serviços públicos
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
CACCIA-BAVA, Silvio; SOARES, José A. (org). <b>Os desafios da gestão municipal democrática</b> . São Paulo: Córtes, 1998. DALLARI, Dalmo de A.; BRANCO, Adriano M. <b>O Financiamento de Obras e de Serviços Públicos</b> . São Paulo: Paz e Terra, 2006. KEINERT, T. M. M. <b>Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas</b> . São Paulo: Annablume / Fapesp, 2000.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <b>Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas</b> . 4a edição, São Paulo: Atlas, 2009. GOMIDE, Alexandre de Ávila. <b>Transporte urbano e inclusão social: elementos para políticas públicas</b> . IPEA, Brasília, 2003. SILVA, Alexandre Manoel Angelo da; RESENDE, Guilherme Mendes. <b>A importância do acesso aos serviços públicos na renda por habitante dos municípios nordestinos</b> . IPEA, Brasília, 2005. CUNHA, Alexandre dos Santos. <b>Saneamento Básico No Brasil: Desenho Institucional E Desafios Federativos</b> . IPEA, Rio de Janeiro, 2011. BNDES; IFC. <b>Estruturação de Projetos de PPP e Concessão no Brasil: Diagnóstico do modelo brasileiro e propostas de aperfeiçoamento</b> . 2015.

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Compras, Contratos e Licitações</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>NATUREZA: Componente de Formação Profissional - optativo</b>
<b>EMENTA:</b>
O modelo de compras públicas no Brasil, a regra e as exceções; Tipos de licitação; Modalidades licitatórias: Tradicionais (Lei 8.666/93), Pregão eletrônico e presencial (Lei 10.520/2002) e Regime Diferenciado de Contratação-RDC (Lei12.462/2011); Princípios licitatórios; O procedimento licitatório e suas fases; Sistemas informatizados de compras

públicas (Plataformas Comprasnet, Licitações-e, Compras-Bahia, Compras Públicas, etc); Contratos administrativos: suas características, tipos e a diferença com os contratos privados; Gestão de contatos administrativos: manutenção, controle, sanção e extinção.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de licitações e contratos administrativos. 6. ed., rev., atual. e ampl.** -. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos: lei 8.666/1993.** 17. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e contratos administrativos teoria e prática.** 8. Rio de Janeiro Método 2019.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Curso de direito administrativo.** 2. Rio de Janeiro Forense 2013.

MOREIRA, Egon Bockmann; GUIMARÃES, Fernando Vernalha. **Licitação pública: a lei geral de licitações/ LGL e o regime diferenciado de contratações/ RDC.** 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

TOLOSA FILHO, Benedicto de. **Licitações, contratos e convênios: incluindo a modalidade de pregão, o registro de preços e a contratação de publicidade.** 5. ed. Curitiba: Juruá, 2016.

VIEIRA, Antonieta Pereira et al. **Gestão de contratos de terceirização na administração pública: teoria e prática.** 6. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

### **COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Avançados em Políticas Públicas**

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Conteúdo Complementar - optativo**

#### **EMENTA:**

Temas do debate contemporâneo e pesquisas em andamento, relacionadas à formulação e implementação de políticas públicas, indagando as formas de interação entre o Estado e a diversidade dos atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente, na formulação e execução das políticas públicas assim como a insurgência de experiências públicas das sociedades em movimento.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

A bibliografia básica será definida de acordo com as temáticas identificadas para o componente.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

A bibliografia complementar será definida de acordo com as temáticas identificadas para o componente.

**COMPONENTE CURRICULAR: Gestão Pública, direitos da pessoa com deficiência e acessibilidade**

**CARGA HORÁRIA: 60h**

**NATUREZA: Componente Curricular de Formação Profissional - conteúdo complementar - Optativo**

**EMENTA:**

Deficiência: conceitos, modelos de análise, estigmas e representações sociais. Pessoas com deficiência, garantias, direitos e sociedade. Gestão pública e atenção às pessoas com deficiência no Brasil: aspectos históricos, políticos, jurídicos e sociais. Acessibilidade, território e gestão pública: a perspectiva inclusiva nas políticas públicas. Acesso à informação, governo eletrônico e acessibilidade. Barreiras atitudinais e instituições.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon; Senac São Paulo, 1997.  
MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da diferença e ações afirmativas.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.  
SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002..

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BRASIL. **Diálogo (bio)político: sobre alguns desafios da construção da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do SUS.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em:  
<[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/dialogo\\_bio\\_politico\\_pessoa\\_deficiencia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/dialogo_bio_politico_pessoa_deficiencia.pdf)>  
Acessado em 23 de março de 2020.  
DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.  
LANNA JÚNIOR, M. C. M. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em  
<[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/historia\\_movimento\\_pcd\\_brasil.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/historia_movimento_pcd_brasil.pdf)> Acessado em 23 de março de 2020.  
LEITE, Flávia Piva Almeida. **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência.** São Paulo: Saraiva Educação, 2016.  
RIBAS, João. **Preconceito contra as pessoas com deficiência as relações que travamos com o mundo.** São Paulo Cortez 2011.

**COMPONENTE CURRICULAR: Gestão de Políticas Públicas, sofrimento e bem-estar social e subjetivo**

<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>NATUREZA: Componente de formação profissional - conteúdo complementar - optativo</b>
<b>EMENTA</b>
<p>Este curso aborda as dimensões política e social do sofrimento e do bem-estar como experiências subjetivas. Estudaremos a modernidade como projeto contraditório, empenhado em um discurso que promete a felicidade, mas produz ao mesmo tempo mal-estares compartilhados por distintos sujeitos sociais. Abordaremos os elos entre a formulação, desenho e implementação de políticas públicas e a produção de emoções negativas e positivas em distintas populações. As estratégias da razão humanitária e as tecnologias de governo de populações. O impacto psicossocial da violação dos direitos humanos. Políticas de reparação e memória. Desigualdade social, desemprego e emoções morais. Precarização do trabalho, ansiedade e angústia. Práticas de exclusão social, marginalização e sofrimento.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
<p>ACHILLE, M. <b>Políticas da inimizade</b>. Lisboa: Antígona, 2017          SOUZA, J. A. <b>Construção Social da Subcidadania</b>. Belo Horizonte: UFMG, 2006.          SAWAIA, B.B. <b>As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social</b>. Petrópolis: Vozes, 2008</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
<p>BAUMAN, Z. <b>O Mal-estar da Pós-modernidade</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.          HAN, Byung-Chul. <b>Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder</b>. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.          DEJOURS, C. <b>A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho</b>. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992          FASSIN, D. <b>La razón humanitaria: una historia moral del presente</b>. Prometeo, 2016          SOUZA, J. A <b>Os batalhadores: nova classe média ou nova classe trabalhadora?</b> Belo Horizonte: UFMS, 2010.</p>

<b>COMPONENTE CURRICULAR: Gestão Ambiental Urbana</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>NATUREZA: Componente Curricular de Formação Profissional - conteúdo complementar - Optativo</b>
<b>EMENTA:</b>

Gestão ambiental urbana: meio ambiente, espaço urbano e sustentabilidade. A função social das cidades e o conceito de bem-viver. Política e legislação sobre gestão ambiental urbana no Brasil - a CF/88 e o Estatuto da Cidade. Principais instrumentos de planejamento ambiental: planos diretores e Agenda 21. Gestão democrática participativa: o papel dos conselhos de políticas públicas de meio ambiente e afins. Panorama atual da urbanização no Brasil e seus problemas ambientais. Crise urbana e crise ambiental, relações e contradições. A busca do bem viver nos centros urbanos: desafios e possibilidades. Tendências, experiências e práticas exitosas de gestão ambiental urbana (estudos de caso).

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.  
 FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza**. Porto Alegre: Bookman, 2013.  
 KOHN, Ricardo. **Ambiente e sustentabilidade: metodologias para gestão**. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECHARA, Erika. **Aspectos relevantes da política nacional de resíduos sólidos Lei nº 12.305/2010**. São Paulo Atlas 2013 1 recurso online.  
 MASCARÓ, Juan Luís (Org.). **Sustentabilidade em urbanizações de pequeno porte**. Porto Alegre: Masquatro.  
 SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo Cengage Learning 2016.  
 SILVA, R. T.; PORTO, M. F. A. **Gestão urbana e gestão das águas: caminhos da integração**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 129-145, 2003.  
 MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson. **Desenvolvimento sustentável e estratégias para a gestão ambiental**. Porto Alegre, Edufrgs, 2004.

#### COMPONENTE CURRICULAR: Planejamento de Cidades e Territórios

**CARGA HORÁRIA:** 60h

**EMENTA:**

A função social das cidades e o conceito de bem-viver. Diferentes abordagens do conceito de território. Estatuto da Cidade e desenvolvimento urbano. Políticas públicas de desenvolvimento urbano e ordenamento territorial. Diretrizes internacionais para o planejamento urbano e territorial. O Plano Diretor como instrumento básico da política urbana: limites e contradições. Gestão democrática participativa: o papel dos conselhos de políticas públicas de desenvolvimento urbano e de gestão e desenvolvimento territorial. Mobilidade urbana e o direito à cidade. Desordenamento territorial e a situação das favelas do Brasil. Os movimentos sociais brasileiros e os conflitos territoriais no país: o direito à terra e à moradia. Planos de gestão territorial e ambiental em terras tradicionalmente ocupadas (terras indígenas, quilombos etc.).

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ALVES, Luiz Roberto. **Cidades**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SCOPEL, Vanessa Guerini et al. (orgs.). **Planejamento urbano**. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2018.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Marco Antonio. **Direito antropológico e terras indígenas no Brasil**. São Paulo: Piêiade, Fapesp, 2001.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. **Habitar em risco mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana**. São Paulo: Blucher, 2014.

MOURA, Ana Clara Mourão (Org.). **Tecnologias de geoinformação para representar e planejar o território urbano**. Rio de Janeiro: Interciência, 2016.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E. (Org.). **Dispersão urbana e mobilidade populacional implicações para o planejamento urbano e regional**. São Paulo: Blucher, 2016.

PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Orgs.). **A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo**. Salvador: Edufba, 2004.